



# BMEP

---

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 09 | setembro 2011



**Gabinete de Estratégia e Estudos**  
Ministério da Economia e do Emprego

## **GPEARI**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,  
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

## Ficha Técnica

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** setembro de 2011

Elaborado com informação disponível até ao dia 23 de setembro.

### Editores

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Emprego

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

(Texto escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico)

## Índice

<hr/>	
<b>Conjuntura</b>	<b>5</b>
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	26
<hr/>	
<b>Destaques</b>	<b>33</b>
Evolução da Balança de Serviços em Portugal	35
Previsões Macroeconómicas da CE e do FMI - Outono de 2011	43
As Previsões do FMI para o Crescimento Real do PIB de Portugal	47
<hr/>	
<b>Artigos</b>	<b>49</b>
<b>Ensaio</b>	<b>51</b>
The Forecast Quality of Portuguese GDP Expenditure Components	51
<hr/>	
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>65</b>
<hr/>	
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>73</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Em julho de 2011, a produção industrial mundial abrandou devido à desaceleração registada para as economias emergentes, embora continue com um crescimento robusto. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou, mas continuou com um fraco crescimento. Já em relação às trocas comerciais mundiais, estas aceleraram tanto ao nível das importações como das exportações, tendo para estas últimas sido mais significativa para as economias emergentes, especialmente asiáticas.
- \* Nos meses de agosto e setembro de 2011, assistiu-se a uma forte instabilidade dos mercados financeiros internacionais, a qual foi fortemente influenciada pelas preocupações relacionadas com a sustentabilidade das finanças públicas quer nos EUA quer na área do euro e pelo aumento das preocupações por parte dos participantes no mercado quanto às perspetivas da economia mundial, especialmente das economias mais desenvolvidas. Esta situação originou uma diminuição acentuada dos índices bolsistas internacionais e uma depreciação abrupta do euro face ao dólar.
- \* Nos EUA, os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2011 indicam um abrandamento da atividade industrial e uma melhoria dos serviços. De facto, no conjunto dos meses de agosto e setembro, os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários da indústria diminuíram, enquanto os dos serviços subiram; a produção industrial desacelerou e as vendas a retalho registaram um forte crescimento, similar à do 2.º trimestre. Em agosto de 2011, a taxa de desemprego manteve-se em 9,1% e a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,8% (3,6% em julho).
- \* No conjunto dos meses de julho e agosto de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu de forma pronunciada tanto na UE como na AE, em resultado sobretudo do agravamento do indicador de confiança dos empresários da indústria transformadora. Em julho de 2011, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um reforço da produção industrial e das exportações; enquanto as vendas a retalho diminuíram, indiciando a continuação de um fraco desempenho do consumo privado (o qual aumentou apenas 0,6% em termos homólogos reais no 1.º semestre). Em julho de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, situando-se em 10% e em 9,5%, respetivamente. Em agosto de 2011, a taxa de inflação homóloga da AE manteve-se em 2,5%.
- \* Em setembro e, até ao dia 23, as taxas de juro a 3 meses continuaram a diminuir na área do euro; enquanto prosseguiram a tendência ascendente nos EUA. Em agosto, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto na AE como nos EUA, tendo esta redução sido particularmente acentuada no último caso, refletindo, em parte, a revisão em baixa das expectativas de crescimento nas principais economias desenvolvidas.
- \* O preço *spot* do petróleo *Brent* subiu em setembro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 23 deste mês, registado o valor de 112 USD/bbl (81€/bbl).

### Conjuntura Nacional

- \* De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 2.º trimestre de 2011 o PIB registou uma contração de 0,9% em volume, superior em 0,4 p.p. à registada no trimestre anterior.
- \* No trimestre terminado em julho, os indicadores quantitativos relativos à atividade económica, apresentaram uma evolução menos favorável face ao 2.º trimestre de 2011.
- \* No mês de Agosto, verificou-se uma deterioração do indicador de clima económico e dos indicadores de confiança para todos os sectores de atividade, com exceção da indústria transformadora.

- \* No 2.º trimestre de 2011, o investimento apresentou uma quebra significativa em termos reais com a construção a apresentar a redução mais significativa.
- \* No 2.º trimestre de 2011, as exportações continuaram a registar um crescimento elevado, enquanto as importações acentuaram as suas quebras de forma significativa.
- \* Em agosto verificou-se, pelo 4.º mês consecutivo, um abrandamento no crescimento dos preços com uma taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) de 2,9%, 0,3 p.p. inferior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC estabilizou nos 3,1%.
- \* Até agosto, o défice orçamental provisório da Administração Central e da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 5274,2 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 2141 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Este resultado reflete, essencialmente, o comportamento do défice global do Estado, o qual se reduziu em 2023,4 milhões de euros face ao período homólogo, situando-se nos 7202,3 milhões de euros. Os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) registaram um excedente de 1193,9 milhões de euros, mais 44,3 milhões de euros que no período homólogo. O excedente de execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 734,1 milhões de euros, 73,6 milhões de euros acima do registado no período homólogo.
- \* Nos primeiros oito meses do ano, a execução financeira consolidada provisória do Serviço Nacional de Saúde (SNS) registou um valor negativo de 198,1 milhões de euros, que compara com um défice de 296,7 milhões de euros no período homólogo, refletindo essencialmente a redução da despesa, mais acentuada do que a da receita, onde o menor valor das transferências recebidas do OE e não compensado integralmente pelo aumento do subsídio de investimento e da receita proveniente da prestação de serviços.
- \* Até julho, a Administração Regional apresentou um excedente orçamental de 28,1 milhões de euros, isto é, uma melhoria de 68 milhões de euros face ao mês anterior, explicado pelo excedente orçamental verificado na Região Autónoma dos Açores (RAA).

## Comércio Internacional

- \* Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** divulgados para o mês de julho<sup>1</sup> indicam um crescimento homólogo positivo das exportações de mercadorias de 16,3% nos primeiros sete meses de 2011. Neste mesmo período, as importações de mercadorias cresceram 5,7%. Como resultado desta evolução, o saldo negativo da balança comercial (fob-cif) recuperou 14,1% (aproximadamente 1.612 milhões de euros). Por outro lado, a taxa de cobertura das importações pelas exportações aumentou 6,6 p.p. face ao período homólogo, passando a ser de 71,6%.
- \* Entre janeiro e julho de 2011, e *excluindo os produtos energéticos*, o crescimento das exportações de mercadorias manteve-se relativamente superior (16,9%) ao do total das exportações. As importações registaram um crescimento de 2%, inferior em 50% ao verificado no total das importações, o que originou um desagravamento do défice da balança comercial respetiva (-33,4%).
- \* No último ano a terminar em julho de 2011, as exportações cresceram, em termos homólogos, 16,5%. As importações mantiveram uma variação homóloga positiva inferior (7,6%). O défice da balança comercial registou uma recuperação de 7,7%. *Excluindo os produtos energéticos*, o saldo negativo da balança comercial recuperou, em termos homólogos, 21,8%, com as exportações a crescer, também em termos homólogos, a uma taxa superior (+16,7%) à das importações (+4,5%).

<sup>1</sup> Os dados recentemente divulgados para o mês de julho de 2011 correspondem a uma primeira versão preliminar.

- \* Entre janeiro e julho de 2011 todos os grupos de produtos continuaram a contribuir positivamente para o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, destacando-se os grupos “Material de Transporte” (+3,7 p.p.), “Químicos” (+2,9 p.p.) e “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.). No último ano a terminar em julho de 2011, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações, destacando-se os grupos “Material de Transporte” (+3,6 p.p.), “Químicos” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de +2,6 p.p.).
- \* Nos primeiros sete meses do ano, as *exportações para o mercado comunitário* cresceram, em termos homólogos, 16,5% e representaram 75,4% das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE – 15 registaram uma variação homóloga positiva de 16,7%, superior à das exportações para os países do Alargamento (11,4%). Espanha continua a manter a sua posição de principal mercado de destino das exportações de mercadorias (25,7% do total). As exportações para a Alemanha (+3,2 p.p.) e para a Espanha (+2,9 p.p.) foram aquelas que mais contribuíram para o crescimento das exportações neste período. As exportações de mercadorias para França cresceram, em termos homólogos, 20,2%, contribuindo com 2,5 p.p. para o crescimento das exportações. As exportações para o Reino Unido cresceram, em termos homólogos, 4,7%.
- \* Entre janeiro e julho de 2011, as *exportações para os Países Terceiros* cresceram, em termos homólogos, 15,7%, evidenciando-se o comportamento positivo das exportações para a Argélia (+106,6%), China (+42,1%) e Brasil (+35,6%). As exportações para Angola cresceram 12%, contribuindo positivamente para o crescimento das exportações (+0,6 p.p.).
- \* Entre janeiro e julho de 2011, as exportações de produtos industriais transformados registaram uma variação homóloga positiva de 16,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica (alta+baixa) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações deste tipo de produtos (10,9 p.p.).
- \* De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de junho de 2011, as **Exportações de Bens e Serviços** registaram um crescimento homólogo positivo de 15,5% no primeiro semestre do ano. A componente de Bens cresceu a uma taxa superior à da dos Serviços (17,7% e 10,3%, respetivamente). A componente de Bens continua a ser a que mais contribui para o crescimento do total das Exportações (+12,3 p.p.). As Importações de Bens e Serviços cresceram a uma taxa inferior (5,9%), sendo também a componente de Bens (+4,9 p.p.) a que mais contribuiu para este comportamento.

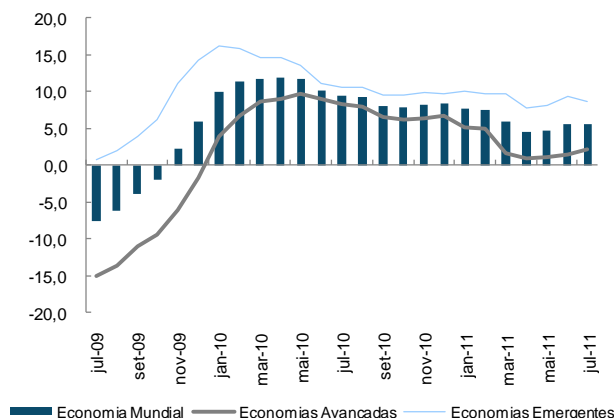


## 1. Enquadramento Internacional

### Atividade económica mundial

No mês de julho de 2011, a produção industrial mundial abrandou ligeiramente para 5,5% em termos homólogos (5,6% em junho) devido à desaceleração registada para as economias emergentes, embora continue com um crescimento robusto. Pelo contrário, a produção industrial das economias avançadas melhorou, mantendo, no entanto, um fraco crescimento.

**Figura 1.1. Produção Industrial**  
(VH, em %)



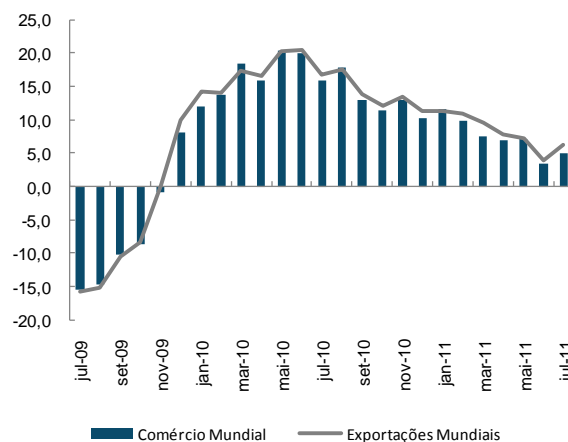
Fonte: CPB.

Porém, o comércio mundial de mercadorias acelerou, tendência que se estendeu tanto ao nível das importações como das exportações mundiais, tendo sido mais acentuada para estas últimas.

De facto, em julho e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial cresceu 5,1% (3,4% em junho);
- as importações e as exportações mundiais também aceleraram para 3,9% (2,9% em junho) e para 6,2% (3,9% em junho), respetivamente.

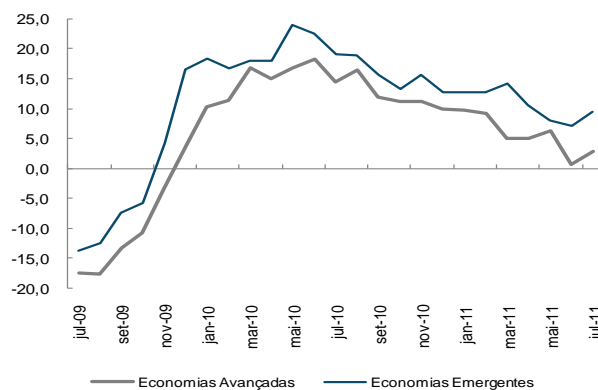
**Figura 1.2. Comércio Mundial e Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

A aceleração das exportações abrangeu tanto as economias avançadas como as economias emergentes, tendo a melhoria sido mais pronunciada neste último caso, especialmente para os países asiáticos. Já em relação ao fortalecimento das importações mundiais, foram as economias avançadas que contribuíram para esta evolução, visto que se assistiu a um abrandamento para as economias emergentes.

**Figura 1.3. Exportações de Mercadorias**  
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

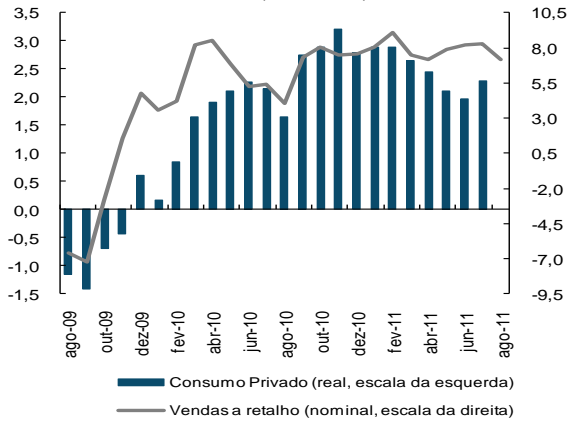
**Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		2011				
				2T	3T	4T	1T	2T	abr	mai	jun	jul
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	9,8	11,2	9,0	8,2	7,0	5,0	4,5	4,7	5,6	5,5
Economias Avançadas	VH	CPB	7,4	9,3	7,6	6,5	3,9	1,2	1,0	1,1	1,5	2,2
Economias Emergentes	VH	CPB	12,1	13,1	10,3	9,7	9,9	8,4	7,8	8,1	9,3	8,6
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	15,1	18,8	15,5	11,6	9,7	5,8	6,9	7,2	3,4	5,1
Importações Mundiais	VH	CPB	14,5	18,4	15,0	10,8	8,7	5,3	6,0	7,1	2,9	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	11,6	16,3	13,5	9,5	7,2	2,4	4,3	4,5	-1,5	1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	18,0	20,9	16,7	12,2	10,4	8,5	7,8	9,9	7,8	6,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	15,6	19,1	16,0	12,3	10,6	6,3	7,8	7,2	3,9	6,2
Economias Avançadas	VH	CPB	13,6	16,7	14,2	10,7	8,0	4,0	5,0	6,4	0,6	2,9
Economias Emergentes	VH	CPB	17,6	21,5	17,9	13,9	13,2	8,5	10,6	8,0	7,1	9,5

**Atividade Económica Extra-UE**

Nos **EUA**, os indicadores disponíveis para o 3.º trimestre de 2011 indicam um abrandamento da atividade industrial e uma melhoria dos serviços, podendo resultar num crescimento económico mais moderado. Os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos consumidores apresentaram uma diminuição acentuada; o mercado de trabalho estabilizou e os preços aceleraram.

**Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**



Fonte: Bureau of Economic Analysis.

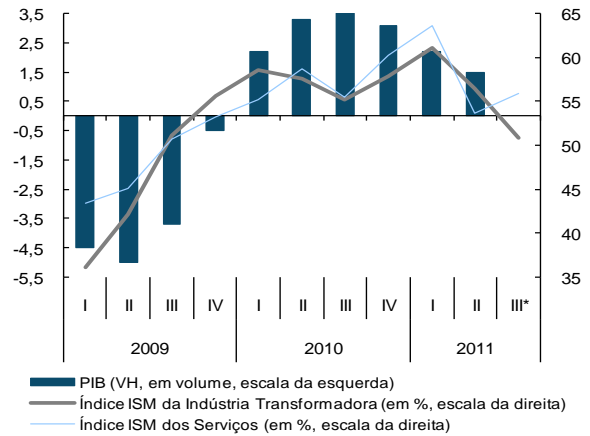
Com efeito, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2011 e, em termos homólogos:

- a produção industrial desacelerou para 3,4% (3,8% no 2.º trimestre);
- as vendas a retalho aumentaram 7,7% em termos nominais (7,8% no 2.º trimestre), continuando com um crescimento robusto.

Em julho de 2011 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 2,3% em termos reais (2% em junho) e as exportações registaram um crescimento robusto de 15,1% em termos nominais (13,5% em junho).

A taxa de desemprego manteve-se em 9,1% em agosto e a taxa de inflação homóloga aumentou para 3,8% (3,6% em julho desde maio).

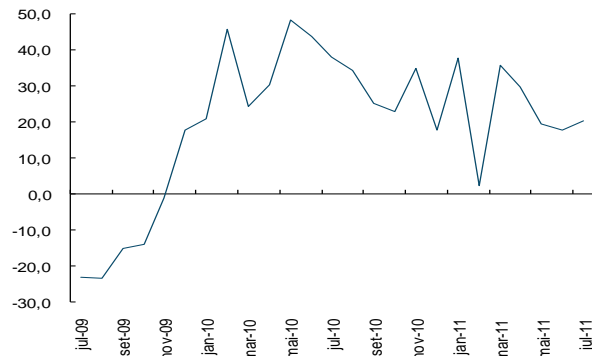
**Figura 1.5. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contração da atividade. \* Média de julho e agosto.

Os indicadores disponíveis para a economia da **China** sugerem um abrandamento da atividade económica, mantendo-se, no entanto, robusta. De facto, no conjunto dos meses de julho e agosto de 2011 e, em termos homólogos, a produção industrial aumentou 13,8% (14,3% no 1.º semestre) e as vendas a retalho registaram um crescimento de 17,1% (16,8% no 1.º semestre). As exportações aceleraram em julho, tendo aumentado 20,4% em termos homólogos nominais (17,9% em junho). A taxa de inflação homóloga continuou elevada, embora tenha descido para 6,2% em agosto (6,5% em julho).

**Figura 1.6. Exportações de Mercadorias da China (VH nominal, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística da China.

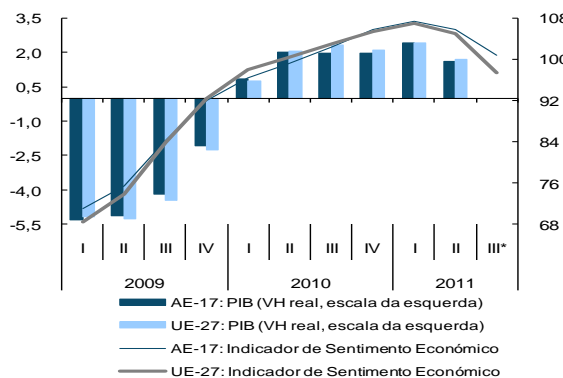
**Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
EUA – PIB real	VH	BEA	3,0	3,3	3,5	3,1	2,2	1,5	-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	5,3	6,5	6,9	6,2	5,4	3,8	3,4	3,4	3,4	3,4
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,3	57,6	55,2	57,9	61,1	56,4	53,5	55,3	50,9	50,6
Índice ISM dos Serviços	%	"	57,4	58,7	55,5	60,3	63,7	53,6	53,6	53,4	56,1	55,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	71,8	73,9	68,3	71,3	73,1	71,9	74,3	71,5	63,7	55,7
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,6	9,6	9,6	9,6	8,9	9,1	9,1	9,2	9,1	9,1
China – PIB real	VH	NBSC	10,4	10,3	9,6	9,8	9,7	9,5	-	-	-	-
Exportações	VH	MC	31,3	41,0	32,5	25,2	25,3	22,4	19,4	17,9	20,4	:
Japão – PIB real	VH	COGJ	4,0	3,3	4,8	2,5	-0,7	-1,1	-	-	-	-

## Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de julho e agosto de 2011, o indicador de sentimento económico diminuiu de forma pronunciada tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado da deterioração de todos os indicadores de confiança (particularmente importante na indústria) com exceção do sector da construção.

Figura 1.7. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

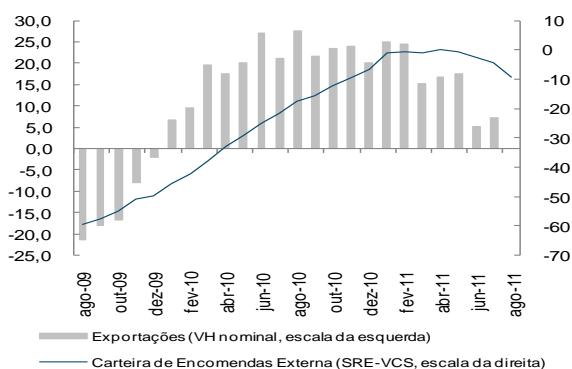


Fontes: CE; Eurostat. \* Média de julho e agosto.

Em julho de 2011, os indicadores quantitativos para a área do euro indicam um reforço da produção industrial e das exportações; enquanto as vendas a retalho diminuíram, indiciando a continuação de um fraco desempenho do consumo privado. Em termos homólogos:

- a produção industrial acelerou para 4,1% (2,8% em junho);
- as exportações aumentaram 7,1% em termos nominais (5,1% em junho);
- as vendas a retalho diminuíram 0,4% em termos reais (-0,7% em junho).

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

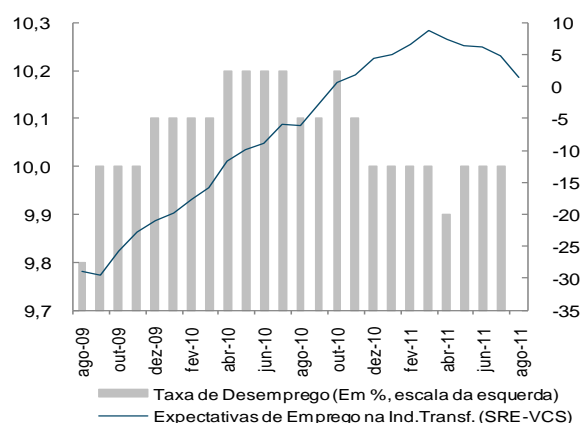
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	2,1	2,3	2,1	2,4	1,7	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,7	100,4	103,0	105,3	106,9	105,0	105,4	104,6	102,3	97,3
Área do Euro (AE-17) – PIB real	VH	Eurostat	1,8	2,0	2,0	2,0	2,4	1,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	100,9	99,2	102,3	105,7	107,4	105,7	105,5	105,4	103,0	98,3
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	7,5	9,3	7,3	8,1	6,5	4,0	4,1	2,8	4,1	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,8	0,7	1,3	0,7	0,1	-0,4	-1,4	-0,7	-0,4	:
Taxa de Desemprego	%	"	10,1	10,2	10,1	10,1	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	:
IHPC	VH	"	1,6	1,6	1,7	2,0	2,5	2,8	2,7	2,7	2,5	2,5

Em julho de 2011, a taxa de desemprego estabilizou tanto na AE como na UE, tendo-se mantido em 10% e em 9,5%, respetivamente.

Em agosto de 2011, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os sectores da indústria transformadora, comércio a retalho e serviços; enquanto melhoraram para a construção.

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em agosto de 2011, a taxa de inflação homóloga da área do euro manteve-se em 2,5% e subiu para 2,4% em termos de variação dos últimos 12 meses (2,3% em julho).

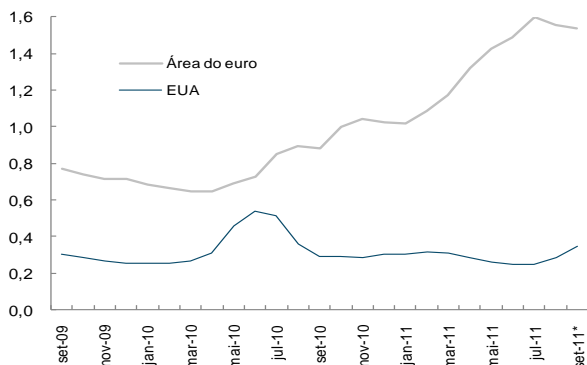
Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis tornaram a acelerar no 2.º trimestre de 2011 para 3,6% em termos homólogos nominais (2,7% no 1.º trimestre). De entre as principais economias, é de realçar a aceleração na Alemanha, Espanha e Itália, enquanto se assistiu a um abrandamento em França.

No 2.º trimestre de 2011, o emprego total da economia aumentou 0,4% em termos homólogos na AE (0,3% no 1.º trimestre), acompanhando de um menor crescimento da produtividade, a qual aumentou de 2,1 p.p. no 1.º trimestre para 1,2 p.p. no 2.º trimestre.

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em setembro e até ao dia 23, as taxas de juro de curto prazo continuaram a diminuir na área do euro, situando-se em 1,53% (1,55%, em média, em agosto); enquanto nos EUA prosseguiram a tendência ascendente para 0,34% (0,28%, em média, em agosto).

**Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 Meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)**



Fonte: BCE; IGCP. \* Média até ao dia 23.

Em agosto, as taxas de juro de longo prazo diminuíram na área do euro e nos EUA, tendo esta redução sido particularmente acentuada no último caso, refletindo sobretudo uma revisão em baixa das expectativas de crescimento nas principais economias desenvolvidas. Neste período, os mercados financeiros foram também influenciados por um aumento das tensões relacionadas com a crise das dívidas soberanas na área do euro e com a diminuição da classificação da dívida soberana nos EUA.

**Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)**

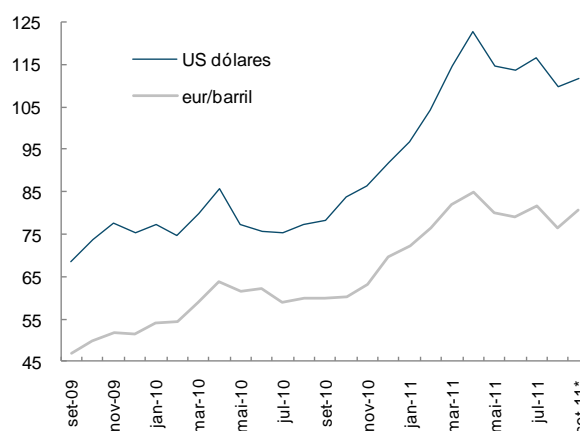


Fonte: Banco de Portugal. Para setembro, o valor é do dia 23.

Após uma apreciação do euro face ao dólar em agosto, este tem vindo a depreciar-se de forma abrupta em setembro, situando-se em 1,34 no dia 23 (o valor mais baixo desde meados de janeiro). Para esta evolução tem contribuído, a intensificação da crise financeira europeia, em torno do risco de incumprimento da dívida soberana de alguns países da área do euro (caso da Grécia).

Em agosto de 2011, o índice de preços relativo do petróleo importado subiu para 78,3 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em setembro, e até dia 23, o preço do petróleo *Brent* aumentou para se situar, em média, em 112 USD/bbl (81 €/bbl).

**Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)**



Fontes: DGE, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 23.

Em linha com a perspetiva de enfraquecimento da economia mundial, o preço das matérias-primas não energéticas abrandou em agosto de 2011, tendo aumentado 19% em termos homólogos (29% em julho), devido sobretudo à forte desaceleração dos preços dos produtos industriais e dos metais.

### Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011				
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	1,01	0,77	0,89	1,01	1,23	1,55	1,43	1,55	1,61	1,54	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,21	3,49	2,79	2,86	3,46	3,21	3,17	3,00	3,00	2,30	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,62	3,60	3,44	3,75	4,34	4,54	4,50	4,53	4,67	4,20	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,336	1,227	1,365	1,336	1,421	1,445	1,439	1,445	1,426	1,445	
Dow Jones*	VC	Yahoo	11,0	-10,0	10,4	7,3	6,4	0,8	-1,9	-1,2	-2,2	-4,4	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	-5,8	-12,2	6,8	1,6	4,2	-2,1	-5,0	-0,5	-6,3	-13,8	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl **	USD/bbl	DGEG	80,21	79,53	76,87	87,23	105,15	117,04	114,66	113,77	116,49	109,85	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl **	VH	"	28,4	33,5	11,4	15,5	36,2	47,2	48,5	50,2	54,8	42,4	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl **	VH	DGEG e BP	34,9	43,1	23,4	25,8	37,7	30,2	30,0	27,5	38,6	28,0	
Preço Relativo do Petróleo em euros ***	1979=100	GEE	59,8	61,3	60,6	62,0	74,0	82,6	84,7	78,1	76,4	78,3	

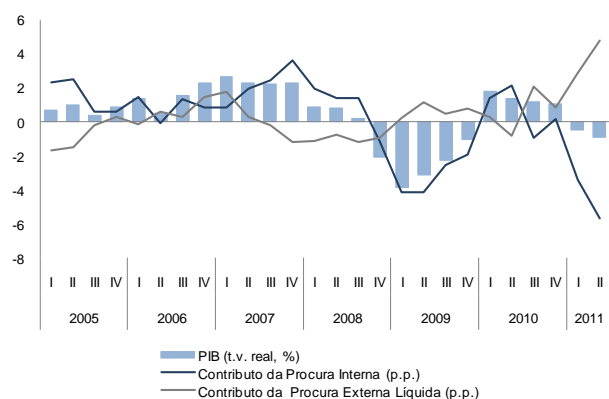
\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009, 2010 e 2011 corresponde à média diária do IGCP.

## 2. Conjuntura Nacional

### Atividade Económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou, no 2.º trimestre, uma quebra de 0,9% em termos reais (-0,5% no 1.º trimestre). Este comportamento resultou do contributo bastante negativo da procura interna (-5,7 p.p. face a -3,4 p.p., no trimestre anterior), cujas componentes se agravaram globalmente, com especial destaque para o investimento que apresentou uma quebra real de 12,5% em termos homólogos (-6,2% no 1.º trimestre). Também as despesas de consumo final acentuaram a quebra para 3,7% (-2,4% no trimestre anterior). A procura externa líquida continuou a ter um contributo positivo para o PIB (4,8 p.p. face a 2,9 p.p. no 1.º trimestre), refletindo o dinamismo das exportações, mas principalmente uma forte redução das importações.

Figura 2.1. Contributos para a Variação Real do PIB



Fontes: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em julho mostram que, em termos médios homólogos:

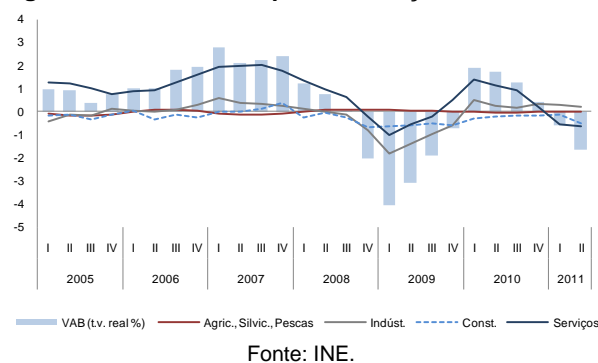
- na indústria transformadora, o índice de produção apresentou uma quebra de 1% (0,1% no 2.º trimestre) e o índice de volume de negócios desacelerou para 6,3% (1,9 p.p. face ao 2.º trimestre).
- o índice de produção na construção e obras públicas agravou a quebra para 9,9% (-9,4% no 2.º trimestre de 2011).
- os índices de volume de negócios nos serviços e comércio a retalho apresentaram quebras de 6,5% e 5,1%, respetivamente, ou seja, um ligeiro agravamento face ao 2.º trimestre (0,2 e 0,1 p.p., respetivamente).

Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	1,2	1,4	1,2	1,1	-0,5	-0,9	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-0,4	0,0	0,0	-1,1	-1,5	-2,2	-2,0	-2,2	-2,3	-2,4
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-12,1	-13,4	-6,4	-12,2	-12,4	-14,8	-14,7	-17,5	-9,8	-13,3
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-5,0	-1,9	-5,2	-8,5	-8,8	-15,9	-16,4	-15,5	-20,0	-17,6
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-8,9	-7,9	-9,9	-10,7	-11,6	-13,5	-14,3	-12,7	-21,1	-23,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-42,2	-41,3	-41,3	-45,6	-49,9	-54,4	-54,6	-56,1	-55,6	-60,4
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	2,0	2,7	-0,2	0,7	0,5	0,1	0,1	-1,6	-1,5	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	9,3	10,4	7,6	8,5	10,1	8,1	9,6	7,2	2,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	2,6	5,1	1,3	2,5	-3,4	-6,3	-3,0	-9,8	-6,5	:

No 2.º trimestre, os ramos dos serviços e construção foram determinantes na quebra de 1,6% do VAB, continuando a indústria a ser o único ramo a contribuir positivamente para o VAB ainda que de forma mais discreta. A construção foi o ramo que apresentou maior quebra em termos homólogos (-9,4%), o que se traduziu num contributo de -0,5 p.p. para a variação do VAB (-0,1 p.p. no 1.º trimestre).

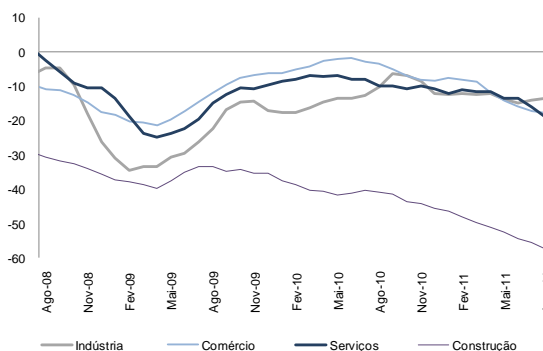
Figura 2.2. Contributos para a Variação Real do VAB



Fonte: INE.

No mês de agosto registou-se um agravamento de todos os indicadores de confiança, com exceção da indústria transformadora que continuou a recuperar pelo 2.º mês consecutivo. Os serviços registaram o agravamento mais significativo e a construção voltou a atingir um novo mínimo.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)

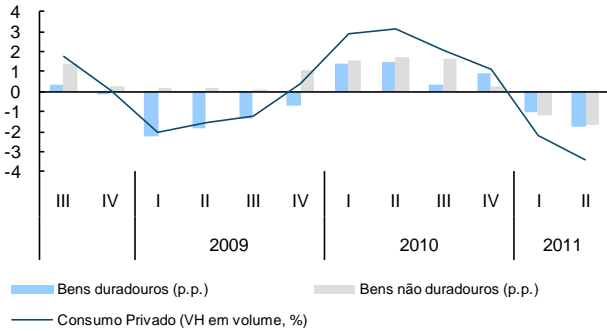


Fonte: INE.

**Consumo Privado**

O consumo privado registou, durante o 2º trimestre, em termos homólogos, uma contração real de 3,4%, um agravar de 1,2 p.p face ao trimestre anterior. Esta evolução deveu-se em grande parte à forte quebra de 16,6% registada nos bens duradouros.

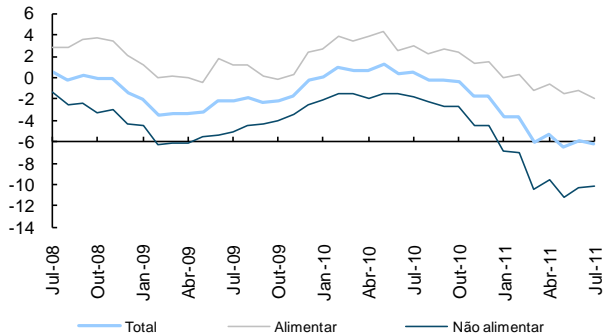
**Figura 2.4 Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos (VH)**



Fonte: INE.

No trimestre terminado em Julho, o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou uma redução de 5,5% em termos homólogos, uma melhoria de 0,1 p.p. face ao mês anterior. Se na categoria dos bens não alimentares se verificou uma melhoria 1,6 p.p face ao mês anterior com uma quebra de 8,2%, já nos bens alimentares a redução de 2,6% traduziu um agravamento de 1,6 p.p. em relação a junho.

**Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)**



Fonte: INE.

**Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado**

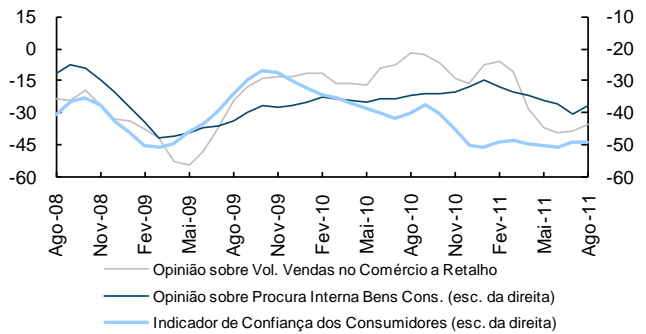
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	3,1	2,1	1,1	-2,2	-3,4	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-41	-40	-37	-50	-48	-51	-49	-49	-49	-49
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-11	-9	-3	-16	-11	-39	-41	-36	-38	-33
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-0,2	0,4	-0,1	-1,7	-6,1	-5,9	-7,4	-5,6	-5,5	-
Bens alimentares	VH	"	2,5	2,6	2,7	1,4	-1,2	-1,1	-2,2	-1,0	-2,6	-
Bens não alimentares	VH	"	-2,5	-1,4	-2,7	-4,5	-10,4	-10,2	-12,3	-9,8	-8,2	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	38,8	48,8	16,1	28,9	-15,2	-24,7	-23,5	-34,1	-29,7	-31,9
Importações de bens de consumo***	VH	INE	2,3	6,5	0,0	3,0	2,6	-3,0	2,1	-9,5	-4,0	-

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

Em agosto verificou-se uma melhoria na confiança quer dos empresários do comércio a retalho quer no sentimento dos empresários relativos à procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

O índice de confiança dos consumidores manteve-se estável pelo 4.º mês consecutivo.

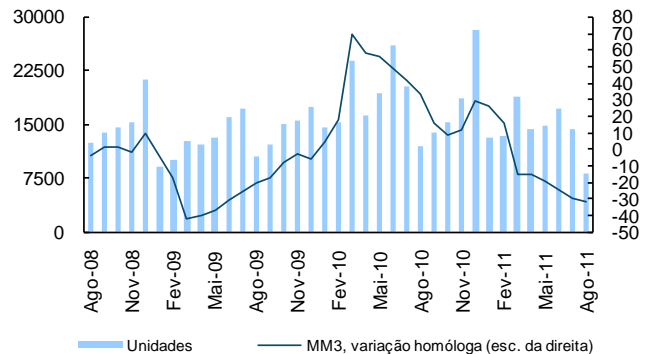
**Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

Em agosto foram vendidos aproximadamente 8 mil veículos, o valor mais baixo desde janeiro de 98, representando uma quebra homóloga de 31,9%.

**Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros**

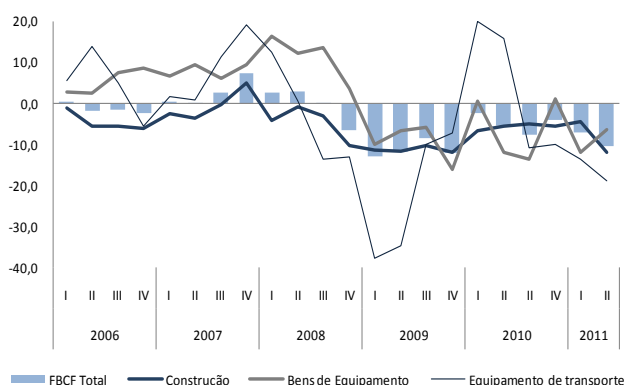


Fonte: ACAP.

## Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 2.º trimestre de 2011, o investimento registou uma quebra significativa em termos homólogos (-12,5% face a -6,2% no trimestre anterior). A componente que mais contribuiu para este comportamento foi a FBCF em Construção que apresentou uma quebra de 12% (-4,4% no 1.º trimestre). Também o Equipamento de Transporte contribuiu para o decréscimo do investimento, com uma contração de 18,7%, mais significativa em 5,1 p.p. do que no trimestre precedente. Já a componente de Bens de Equipamento teve um comportamento menos negativo do que no trimestre anterior (-6,2% face a -11,9% no 1.º trimestre).

**Figura 2.8. Formação Bruta de Capital Fixo**  
(VH, ano de referência 2006)

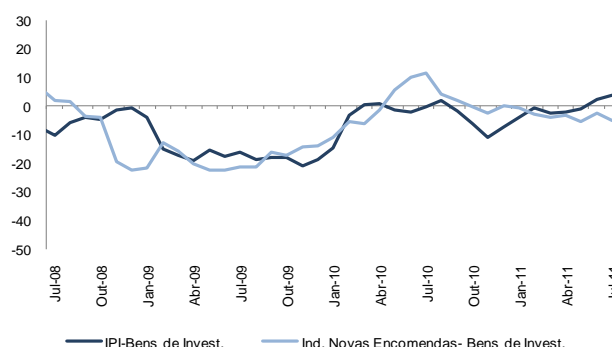


Fonte: INE.

Os dados disponíveis para os meses de julho e agosto, mostram que, em termos médios homólogos:

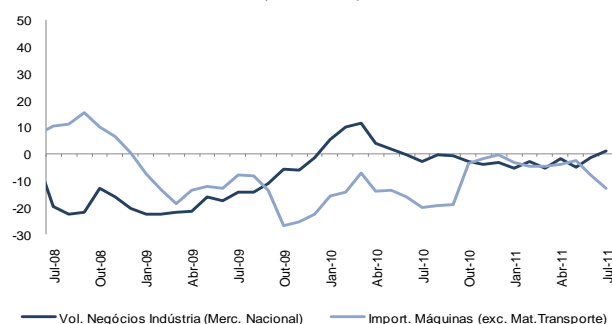
- as vendas de cimento acentuaram a quebra para 18,1% (-16,3% no 2.º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram uma quebra de 31,5% (-28,3% no 2.º trimestre);
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, continuaram uma evolução negativa.

**Figura 2.9. Produção de Bens de Investimento para o Mercado Nacional**  
(VH, MM3)



Fonte: INE.

**Figura 2.10. Bens de Equipamento**  
(VH, MM3)



Fonte: INE

No trimestre terminado em julho as importações de bens de capital exceto material de transporte, registaram uma quebra de 12,6% (-7,8% no 2.º trimestre). Já as licenças de construção de fogos e o índice de volume de negócios na indústria de bens de investimento para o mercado nacional, registaram melhorias (-11,6% e 1% face a -12,9% e -1,4% no 2.º trimestre, respetivamente). No mercado nacional, continuou a produção industrial de bens de investimento recuperou 1,7 p.p. (2,2% no 2.º trimestre), mas agravou-se a quebra do índice de novas encomendas de bens de investimento em 2,7 p.p. face ao 2.º trimestre, para -5,2%.

### Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

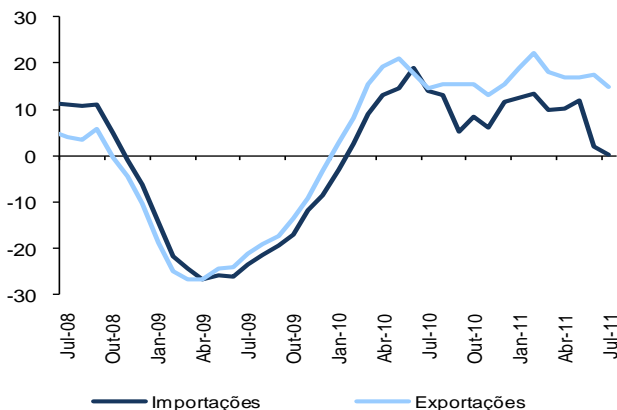
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul	ago
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-5,3	-4,1	-8,7	-5,2	-6,2	-12,5	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	INE	-4,9	-5,4	-7,5	-4,0	-7,0	-10,3	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-3,1	-1,4	-2,9	-2,6	-4,2	-10,6	-8,6	-10,6	-11,5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-7,0	-6,1	-4,7	-8,0	-6,1	-16,3	-13,0	-17,9	-20,3	-15,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	17,4	29,0	11,6	11,4	-12,6	-28,3	-26,8	-30,8	-32,1	-30,8
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-6,9	-3,5	-10,7	39,9	34,1	-2,6	-8,7	-32,3	-47,2	-20,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-28,3	-32	-29	-20,0	-21,9	-43,6	-50,2	-42,4	-44,2	-42,5
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-8,2	5,1	-7,0	-16,0	-24,9	-39,1	-38,6	-37,4	-30,3	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	-10,6	-16,1	-18,7	-0,4	-4,5	-7,8	-2,3	-19,8	-15,0	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-6,1	-0,1	-0,5	-3,2	-5,2	-1,4	-2,8	4,4	1,5	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* exceto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado Nacional.

**Contas Externas**

De acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 2.º trimestre de 2011, as exportações continuaram a registar um crescimento real significativo (8,4% tal como no trimestre anterior) e as importações apresentaram uma quebra acentuada (-5,4% face a -0,9% no 1.º trimestre), relacionada com o agravamento da quebra da procura interna em 2,1 p.p. (-3,1% no 2.º trimestre), mas também refletindo o efeito de base associado à importação de material militar no trimestre homólogo. Registou-se uma aceleração real na exportação de bens e uma desaceleração nos serviços, enquanto nas importações a quebra registou-se nos bens, já que as importações de serviços aumentaram. Esta situação traduziu-se num maior contributo da procura externa líquida para o crescimento real do PIB (4,8 p.p. face a 2,9 p.p. no trimestre precedente). As necessidades de financiamento da economia em percentagem do PIB situaram-se em 8,7% (9,3 no trimestre homólogo).

**Figura 2.11. Fluxos do Comércio Internacional de Bens** (VH, MM3, %)

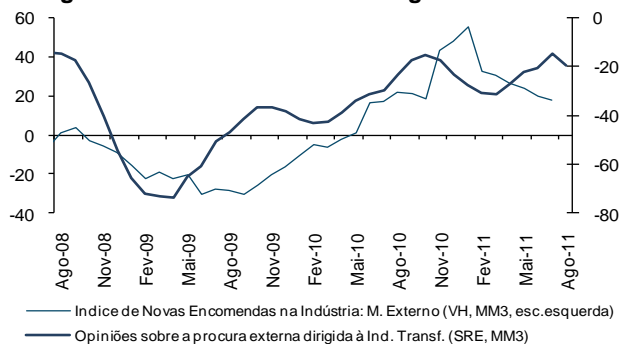


Fonte: INE.

No trimestre terminado em julho, os dados do comércio internacional de bens, mostram uma desaceleração em termos nominais dos fluxos de comércio internacional com as exportações de serviços a continuarem a registar um crescimento elevado (14,9% face a 17,5% no 2.º trimestre). Em ambos os casos verificou-se uma desaceleração quer na componente intracomunitária, como na extracomunitária.

No trimestre terminado em julho, as novas encomendas à indústria do mercado externo continuam em desaceleração (18% face a 20% no 2.º trimestre), apesar de continuarem a registar crescimentos elevados. Já as opiniões sobre a procura externa na indústria, no trimestre terminado em agosto, recuperaram ligeiramente face ao 2.º trimestre.

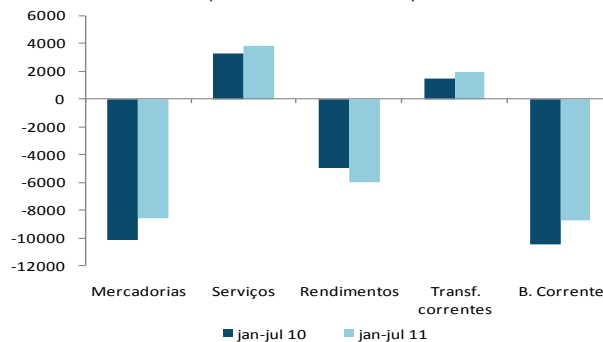
**Figura 2.12. Procura Externa dirigida à Indústria**



Fonte: INE.

Até julho de 2011, o défice acumulado da balança corrente foi de 8 713 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 1 712 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Este resultado traduz uma melhoria em todos os saldos, com exceção da balança de rendimentos. A maior recuperação registou-se na balança de bens, cujo défice diminuiu 1 616 milhões de euros em termos homólogos.

**Figura 2.13. Balança Corrente: composição do saldo** (em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 1 906 milhões de euros, o que se traduz numa diminuição das necessidades de financiamento externo face a igual período do ano anterior.

**Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas**

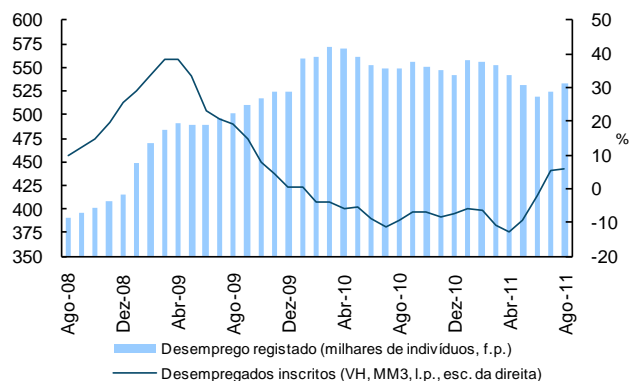
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010				2011		2011		
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	mai	jun	jul
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	8,8	9,2	9,6	8,5	7,8	8,4	8,4	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,1	6,2	9,6	1,2	3,7	-0,9	-5,4	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,2	7,0	8,2	6,0	7,5	5,6	4,7	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,3	-9,6	-9,3	-8,6	-5,9	-7,4	-8,7	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	16,0	15,4	17,7	15,5	15,3	17,9	17,5	21,9	14,5	8,9
Entradas de mercadorias	VH nom	"	11,0	8,9	18,9	5,1	11,5	9,7	1,9	15,4	-17,4	5,9

Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010		2011		Var. Acumulada
				jul	jan-jul	jul	jan-jul	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-15 300	- 562	-9 837	- 635	-7 931	1906
Saldo Balança de Bens	"	"	-18 195	-1079	-10 160	-1053	-8 544	1616
Saldo Balança de Serviços	"	"	6 706	833	3 274	930	3 824	550
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 926	-1014	-4 995	- 798	-5 970	- 975
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 174	596	1455	211	1977	522

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP em agosto os desempregados registados nos centros de emprego ascendiam a 533 mil, uma redução homóloga de 3%, 1,4 p.p. inferior à registada no mês anterior.

**Figura 2.14. Desemprego (%)**



Fonte: IEFP.

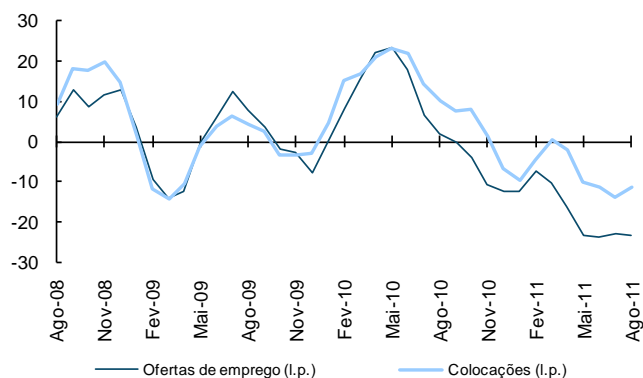
Em valores absolutos esta evolução evidenciou uma diminuição de 16 mil desempregados face a agosto de 2010, mas um aumento de 9,3 mil em relação a junho de 2011.

O número de desempregados inscritos mensalmente aumentou 6% em agosto, mais 0,4 p.p. que em julho, com a inscrição como desempregados nos centros de emprego de mais 3,3 mil pessoas que em agosto de 2010, mas 1,2 mil menos que no mês anterior.

Nas ofertas de emprego manteve-se a tendência de diminuição, com uma quebra em termos homólogos de 23,6% em agosto, mesmo assim uma melhoria de 2,6 p.p. em relação à observada no mês anterior.

No mesmo período as colocações apresentaram uma evolução mais positiva com um decréscimo de 8 %, 9,2 p.p. inferior ao registado em julho.

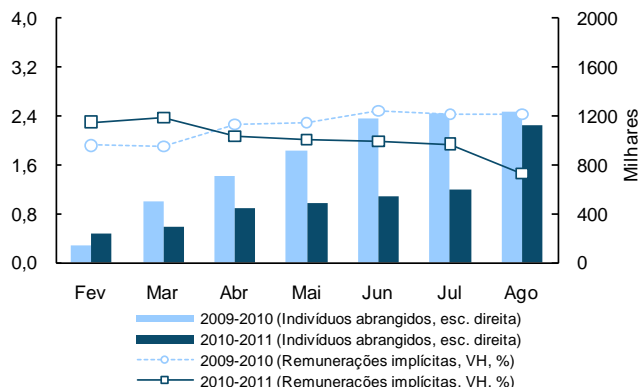
**Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)**



Fonte: IEFP.

A melhoria relativa das colocações face à evolução das ofertas de emprego levou a que o rácio das colocações sobre as ofertas descresse para os 63%, o valor mais alto em 2011.

**Figura 2.16. Contratação Coletiva**



Fonte: MTSS.

Foram cerca de 1,2 milhões os trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) até final de agosto, um acréscimo de 520 mil face a julho, mas uma diminuição 9,4% em termos homólogos. As remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho a registaram um crescimento homólogo de 1,5%, 0,4 p.p. inferior à de julho.

**Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho**

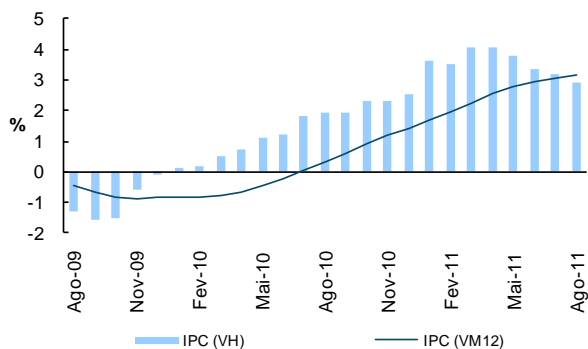
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010			2011		2011			
				2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Taxa de Desemprego	%	INE	10,8	10,6	10,9	11,1	12,4	12,1	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-1,5	-1,7	-1,1	-1,5	-2,8	-2,0	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	3,3	12,7	8,9	3,3	-3,5	-6,0	-5,4	-6,0	-4,4	-3,0
Desempregados Inscritos (I.p.)	VH	"	-6,7	-9,1	-6,8	-7,5	-11,0	-2,2	5,0	4,7	6,2	6,6
Ofertas de Emprego (I.p.)	VH	"	4,9	18,1	-0,3	-12,4	-10,3	-23,8	-23,0	-19,7	-26,2	-23,6
Contratação Coletiva	VHA	MTSS	2,4	2,5	2,4	2,4	2,4	2,0	2,0	2,0	1,9	1,5
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	1,4	1,3	-0,1	4,2	0,8	-0,8	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	1,6	1,5	1,2	1,7	2,7	3,6	-	-	-	-

\* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; I.p. - ao longo do período.

## Preços

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) manteve pelo 4.º mês consecutivo a tendência de abrandamento verificando-se uma taxa de variação homóloga de 2,9%, novo mínimo este ano, e 0,3 p.p. inferior à do mês anterior. A variação média dos últimos 12 meses do IPC estabilizou nos 3,1%.

**Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC**  
(VH, em %)



Fonte: INE.

Os transportes e a habitação, água e eletricidade, categorias onde se observa um forte impacto do preço dos produtos energéticos, que registaram um aumento de 10,8%, foram as categorias que mais contribuíram para a subida no IPC, com aumentos de 8,5% e 4,8%, respetivamente.

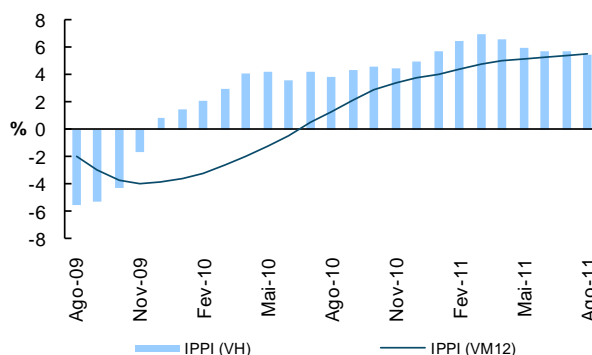
Outras categorias com impacto relevante na evolução dos preços foram os produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, as bebidas alcoólicas e tabaco e a saúde, com aumentos de preços de 1,3%, 8,0% e 4,5%, respetivamente. O calçado e vestuário foi novamente a única categoria a apresentar uma contribuição negativa para o aumento do IPC foi novamente, com uma forte redução de 11,9% dos preços em termos homólogos.

Os preços dos bens abrandaram pelo 4.º mês consecutivo, com um crescimento de 3,1%, menos 0,5 p.p. que no mês anterior. Os preços nos serviços cresceram 2,6%, 0,1 p.p. mais que em julho, interrompendo a tendência de decréscimo que se vinha verificando desde abril. O diferencial entre ambos diminuiu 0,7 p.p. para os 0,5 p.p..

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) diminuiu 0,3 p.p. em agosto para os 1,8%. O diferencial face ao IPC total manteve-se nos 1,1 p.p..

Em agosto, o Índice de Preços na Produção Industrial apresentou pelo 5.º mês consecutivo um abrandamento no aumento dos preços, com um crescimento homólogo dos preços de 5,5%, menos 0,2 p.p. que no mês transato. A variação média dos últimos 12 meses subiu 0,1 p.p. para os 5,6%.

**Figura 2.18. Taxa de Variação do IPPI**  
(VH, %)



Fontes: INE.

Com crescimentos de 4,7% e 10,5% os agrupamentos industriais dos produtos intermédios e na energia foram, respetivamente, onde se verificaram os maiores aumentos. Por secções os maiores subidas registam-se na Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Ar Frio e nas Indústrias Transformadoras, 6,1% e 5,4%, respetivamente.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor para Portugal apresentou em agosto uma variação homóloga de foi de 2,8%, 0,2 p.p. menor que no mês anterior. Já na área euro assistiu-se a uma estabilização nos 2,5%. Assim sendo, o diferencial entre ambas reduziu-se 0,3 p.p. para os 0,2 p.p..

**Quadro 2.6. Indicadores de Preços**

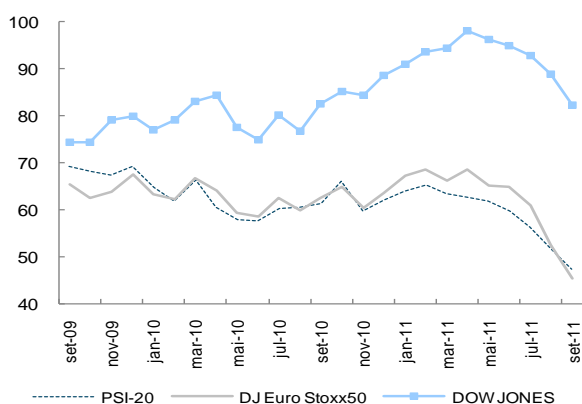
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2010	2011							
				Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,3	0,6	0,0	1,6	0,4	-0,1	-0,2	-0,1	-0,4
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	:	2,5	3,6	3,5	4,0	4,1	3,8	3,4	3,2	2,9
Índice de Preços no Consumidor	VM 12	"	14	14	1,7	2,0	2,3	2,5	2,8	2,9	3,1	3,1
IPC – Bens	VH	"	17	3,4	4,4	4,4	4,8	4,8	4,6	3,9	3,6	3,1
IPC – Serviços	"	"	10	1,1	2,5	2,4	2,7	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	0,2	0,9	2,1	1,9	2,4	2,6	2,5	2,3	2,1	1,8
Índice de Preços na Produção Industrial	VH	"	3,7	4,9	5,8	6,5	7,0	6,6	6,0	5,8	5,7	5,5
IHPC	"	"	14	2,4	3,6	3,5	3,9	4,0	3,7	3,3	3,0	2,8
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	-0,2	0,2	1,3	1,1	1,2	1,2	1,0	0,6	0,5	0,2

## Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Os índices bolsistas internacionais diminuíram acentuadamente nos meses de agosto e setembro de 2011, em resultado do fraco crescimento económico previsto, especialmente para as economias mais desenvolvidas e do aumento das tensões nos mercados financeiros relacionadas com a sustentabilidade das finanças públicas quer nos EUA quer na área do euro. No caso da área do euro, esta tendência descendente foi particularmente acentuada para o sector financeiro, cujo índice situava-se, no início do mês de setembro (dia 7), 34% abaixo do nível de final de maio.

Assim, em setembro e, em termos médios até ao dia 22, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* diminuíram 26% e 11%, respetivamente, face ao final do mês de maio.

**Figura 2.19. Índices Bolsistas**  
(abril 2007=100, fim do período)

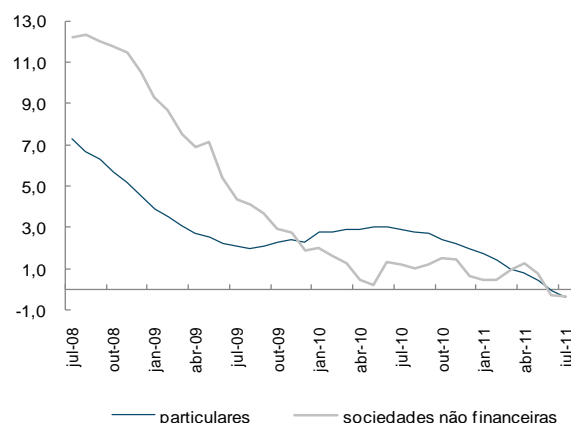


Fontes: CMVM; *Finance Yahoo*. Para setembro, o valor é do dia 22.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20, também teve uma diminuição significativa. Em setembro e, em termos médios até ao dia 22, o índice PSI-20 desceu 20% face ao final do mês de maio.

Em julho de 2011, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao setor privado não financeiro continuou a desacelerar, tendo a taxa de variação anual diminuído para -0,4% (-0,2% em junho). Para esta evolução contribuiu uma diminuição tanto do crédito dirigido às empresas como aos particulares.

**Figura 2.20. Empréstimos ao Setor Privado**  
(va, em %)

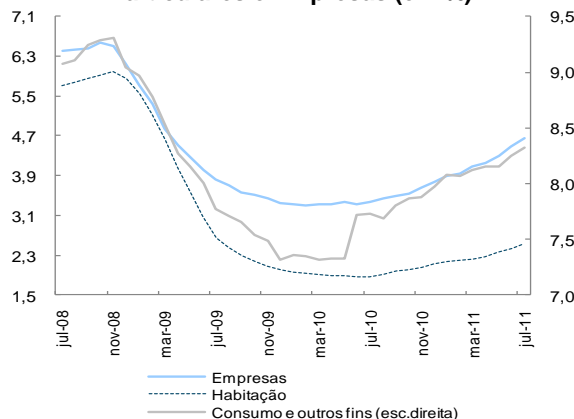


Fonte: Banco de Portugal.

Assim, dentro do segmento dos particulares, os empréstimos para a aquisição de habitação prosseguiram a tendência de desaceleração, tendo apresentado uma variação nula (0,4% em junho), enquanto o crédito destinado ao consumo manteve uma variação negativa para -3,1% (-2,5% em junho).

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram tanto para os particulares como para as empresas, tendo a subida sido mais pronunciada para o último caso.

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)**



Fonte: Banco de Portugal.

## Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

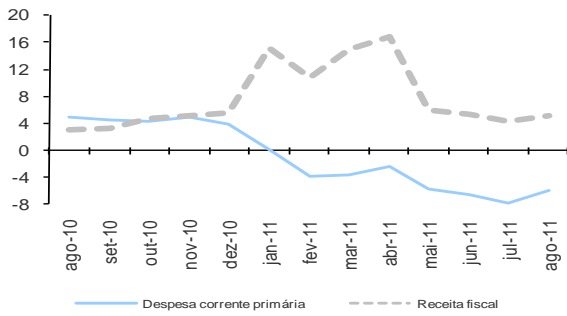
Indicador	Unidade	Fonte	2010	2011									
				dez	jan	fev	mar	abr	maí	jun	jul	ago	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	6,6	6,6	6,9	7,4	8,4	9,5	9,7	9,6	10,6	10,2	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	365	365	379	424	511	624	672	665	803	795	
PSI 20*	VC	CMVM	-10,3	3,6	3,0	2,3	-3,0	-1,0	-1,6	-3,1	-5,9	-8,3	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,4	2,4	2,2	1,9	1,6	1,3	0,9	0,4	0,0	:	
- para consumo	va**	"	0,6	0,6	0,4	-0,1	-1,0	-1,5	-2,4	-2,5	-3,1	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	0,7	0,7	0,4	0,4	1,0	1,3	0,8	-0,3	-0,4	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/habitação*	%	"	2,12	2,12	2,17	2,19	2,22	2,26	2,36	2,44	2,53	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/empresas*	%	"	3,77	3,77	3,88	3,95	4,08	4,15	4,30	4,49	4,66	:	

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

**Finanças Públicas – Estado**

Até agosto, o valor provisório para o défice global do Estado, na ótica da contabilidade pública, foi de 7202,3 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 2023,4 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. O défice primário foi de 3617,8 milhões de euros, menos 2470,2 milhões de euros do que o registado no mesmo período de 2010.

**Figura 2.22. Execução Orçamental do Estado (VHA, em %)**



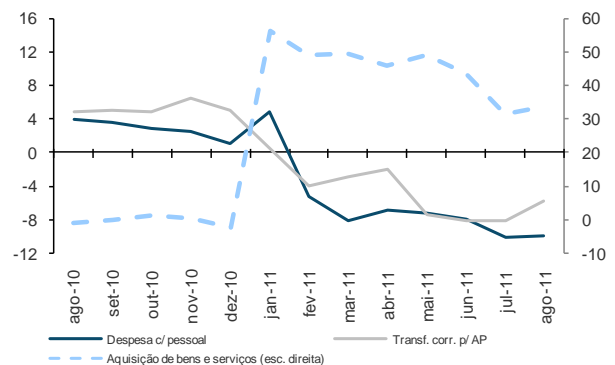
Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2010, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 5,1%, justificado pelo crescimento de 4,8% na receita dos impostos indiretos e de 5,4% dos impostos diretos. Nos impostos indiretos, esta variação é o resultado do crescimento da receita do IVA em 10,5%, demonstrando uma desaceleração face aos meses de junho e julho, em termos homólogos, dado o empolamento da receita de IVA em julho e agosto de 2010, resultante da subida das taxas em 1 p.p. em julho de 2010. Nos impostos diretos, o principal contributo é dado pela receita do IRC, que cresce 9,5%, em consequência do aumento de retenções na fonte, diminuição das transferências de derrama e diminuição nos reembolsos, enquanto o IRS registou um aumento de 2,1%. A receita não fiscal apresentou um crescimento de 3,1%, justificada, principalmente, pelas outras receitas correntes (188%), participações para a ADSE (107,9%), transferências correntes (13,4%), taxas multas e outras penalidades (12,6%) e da venda de bens e de serviços correntes (6,7%); e
- um decréscimo da despesa total em 2,9% e da despesa primária em 4,8%. Para este resultado contribuíram o decréscimo das despesas com pessoal (-10% mas -6,1% expurgando o efeito da alteração metodológica<sup>1</sup>) e dos

subsídios (-46,0%), justificado pela redução dos montantes de bonificação de juros à aquisição de habitação própria, pelo efeito base associado aos encargos com os apoios à instalação de painéis solares verificados em 2010 e ainda pela diminuição das indemnizações compensatórias. Em sentido contrário, verifica-se a inclusão da contribuição financeira para o orçamento da UE, o perfil intra-anual da contribuição financeira para a CGA e, ainda, o aumento das despesas com juros e outros encargos (14,2%), das transferências de capital (14,9), da aquisição de bens e serviços (33,7%, mas retirando o efeito da reclassificação da despesa da ADSE, seria de 6,4%) e de outras despesas correntes (26,9%).

**Figura 2.23. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)**



Fonte: DGO.

No final de agosto, a dívida direta do Estado situou-se em 168,9 mil milhões de euros, diminuindo 1041 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida refletiu essencialmente a emissão líquida negativa de Bilhetes do Tesouro (1029 milhões de euros) e de Certificados de Aforro (297 milhões de euros). Em sentido contrário, registou-se a emissão líquida positiva de outros títulos não transacionáveis (acordos de recompra), como os Certificados do Tesouro e CEDIC.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida (milhões de euros)**

	31-jul-11		ago-11			01-ago-11
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo	
Transacionável	126 970	2 874	3 602	- 19	126 223	
Bilhetes do Tesouro	18 377	2 463	3 492	0	17 349	
Obrigações do Tesouro	103 940	0	0	0	103 940	
Não Transacionável	23 040	2 993	3 244	0	22 789	
Cert. de Aforro e do Tesouro	14 005	100	372	0	13 732	
CEDIC e CEDIM	5 181	2 829	2 813	0	5 198	
Prog. de Assist. Financeira	19 919	0	0	- 42	19 877	
<b>Total</b>	<b>169 929</b>	<b>5 867</b>	<b>6 846</b>	<b>- 62</b>	<b>168 888</b>	

Fonte: IGCP.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

	2010		2011		2011				
	jan a ago		jan a ago		mai	jun	jul	ago	
	10^6 euros		Exec. face OE corrig.* (%)						VHA (%)
Receita Total	22688	23788	62,3	61,3	6,9	4,8	4,4	4,8	
Receita corrente	22256	23504	64,2	62,5	7,2	5,4	5,0	5,6	
Impostos diretos	7748	8169	58,2	59,3	5,4	1,9	3,0	5,4	
Impostos indiretos	12411	13012	70,1	65,9	6,3	7,4	5,2	4,8	
Despesa Total	31914	30990	61,0	63,7	-7,2	-3,4	-4,8	-2,9	
Despesa corrente primária	26916	25299	63,6	64,6	-5,9	-6,6	-7,9	-6,0	
Despesa corrente	30053	28884	62,9	63,6	-7,5	-5,6	-5,8	-3,9	
Despesa com pessoal	7361	6624	63,6	67,4	-7,2	-8,0	-10,1	-10,0	
Aquisição bens e serviços	720	962	45,2	49,5	49,0	43,8	31,6	33,7	
Subsídios	256	138	35,3	22,3	-37,5	-42,0	-49,0	-46,0	
Juros	3138	3584	57,0	56,9	-29,2	0,7	10,9	14,2	
Transferências corr. p/ AP	16314	15358	65,8	67,3	-7,4	-8,1	-8,2	-5,9	
Saldo Global	-9226	-7202	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	-6088	-3618	-	-	-	-	-	-	

Nota: \* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

<sup>1</sup>Em 2011, foi introduzida a contribuição patral para a ADSE (registada em despesas com pessoal) e os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração direta do Estado passaram a ser registadas como aquisição de bens e serviços (enquanto até 2010 estavam registados como despesas com o pessoal). Desta forma, evita-se a duplicação da despesa com encargos em saúde nos serviços que pagam a contribuição e na ADSE que efetua a despesa final.

## Serviços e Fundos Autónomos

### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até agosto, e na ótica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1193,9 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 44,3 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afetada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se refletem nas taxas de variação apresentadas<sup>1</sup>, bem como pela ausência de reporte de algumas entidades.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- um aumento da receita de 1,5%, explicada pelas transferências do OE para CGA, assim como pelas transferências de capital para a CGA, relacionadas com a operação de cessão de créditos à Caixa *Leasing* e *Factoring* – Instituição Financeira de Crédito, SA e as transferências no âmbito do FEDER destinadas ao IAPMEI, verificando-se um aumento da receita de capital em 44,3%. As contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE registam um decréscimo de 6,2%, explicado pela diminuição da compensação por pagamento de pensões de entidades fora das administrações públicas (devido à integração na CGA dos fundos de pensões respetivos) e da contribuição das entidades para a CGA em consequência do aumento das aposentações e da aplicação da medida de contenção das remunerações totais; e
- um crescimento da despesa em 1,4%, que tem subjacente o incremento da despesa corrente em 0,6% e o acréscimo da despesa de capital em 17,3%. Para a evolução da primeira contribuíram os aumentos nas rubricas despesas com pessoal (11,5%, em resultado da inexistência de reporte em 2010 de alguns estabelecimentos de saúde) e transferências correntes (1,4%), justificado pelo aumento dos encargos com pensões e abonos da responsabilidade da CGA. A despesa de capital reflete o aumento nas transferências de capital (18,8%), influenciado pela renegociação da cedência do crédito da CGA sobre a PT Comunicações que resultou na anulação parcial do montante inicial contratado.

### Quadro 2.10. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos					
	2010		2011		2011	
	jan a ago		jan a ago		jul	ago
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)	
Receita Total	5 618	5 859	55,2	63,3	-0,6	1,5
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 687	2 520	62,6	60,2	-7,5	-6,2
Transferências correntes das Adm. Públicas	10 246	10 154	63,4	66,1	-4,5	-0,9
Despesa Total	14 469	14 665	54,1	60,0	1,6	1,4
Despesa com pessoal	1 631	1 819	47,5	56,8	6,3	11,5
Aquisição de bens e serviços	5 292	5 218	58,4	64,1	-1,2	-1,4
Transferências correntes	6 447	6 535	58,9	62,0	1,4	1,4
Saldo Global	1 150	1 194	-	-	-	-

Fonte: DGO.

## Serviço Nacional de Saúde

### Execução financeira consolidada do SNS

Nos primeiros oito meses de 2011, a execução financeira consolidada<sup>2</sup> provisória do SNS aponta para um défice de 198,1 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 99,0 milhões de euros face ao excedente registado no período homólogo. A execução financeira, face a 2010, caracterizou-se por:

- um decréscimo da receita em 6,3%, justificada pela redução da transferência do Orçamento do Estado (-6,9%) no âmbito do financiamento do sistema de saúde; e
- uma diminuição da despesa em 7,6%, devido à diminuição da despesa com subcontratos (-7,8%, onde se destacam as reduções observadas na comparticipação de medicamentos, nos outros serviços de saúde - Hospitais E.P.E. e nos meios complementares de diagnóstico e terapêutica) e das despesas com pessoal (-5,9%, que conjuga o efeito da redução da massa salarial, da gestão mais rigorosa das horas extraordinárias e dos suplementos remuneratórios e número de aposentações).

### Quadro 2.11. Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde

	Serviço Nacional de Saúde			
	2010		2011	
	jan a ago		jul-11	ago-11
	10 <sup>6</sup> euros		VHA (%)	
Receita Cobrada	5 968	5 593	-6,5	-6,3
Transferências do Orçamento do Estado	5 799	5 398	-6,9	-6,9
Prestação de serviços	56	65	19,8	17,6
Outras receitas	113	129	3,4	14,1
Despesa Total	6 265	5 791	-5,6	-6,3
Despesa com pessoal	696	655	-6,0	-5,9
Subcontratos	5 206	4 802	-5,8	-7,8
Outras despesas	363	335	-3,2	-7,8
Saldo Global	-297	-198	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

<sup>1</sup>Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

<sup>2</sup>Considerando a despesa efetivamente realizada e os compromissos assumidos, em consonância com o princípio de registo em base de compromissos.

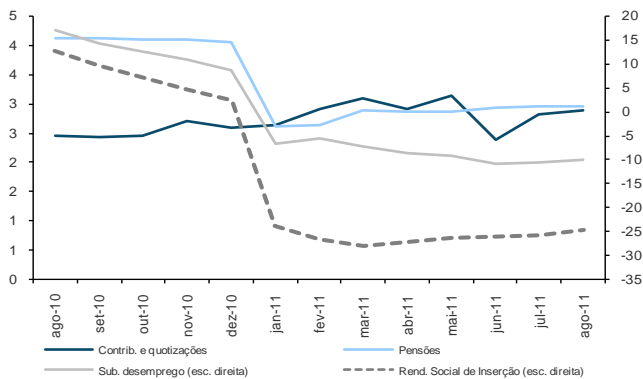
**Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações**

Até agosto, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na ótica da contabilidade pública, foi de 734,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 73,6 milhões de euros face ao mesmo período de 2010.

A execução orçamental da Segurança Social, face a 2010, caracterizou-se por:

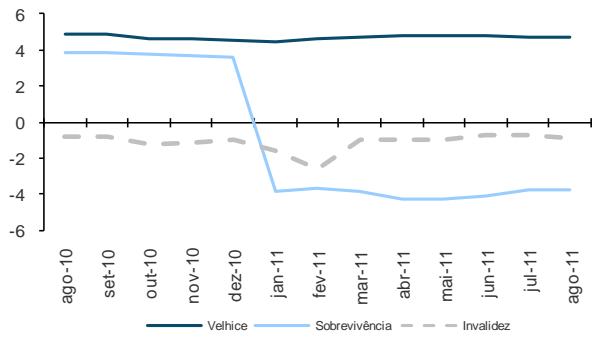
- ligeira melhoria da receita (0,3%) como resultado do aumento das receitas de contribuições e quotizações (2,9%), de transferências do Fundo Social Europeu (60,9%) e de outras receitas correntes (17,5%) e reduções nas transferências correntes da Administração Central no âmbito do financiamento da Lei de bases da Segurança Social (-12,6%); e
- decréscimo pouco acentuado da despesa (0,2%), refletindo a evolução das despesas com ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu (30,8%) e das pensões (3%); contrariamente, as prestações sociais registaram uma diminuição de 1,4%, para a qual contribuiu o subsídio de desemprego e apoio ao emprego (-10%), o subsídio familiar a crianças e a jovens (-32,4%), o rendimento social de inserção (-24,6%) e, em sentido contrário, o subsídio por doença (1,9%). No que respeita ao número de beneficiários, evidencia-se um acréscimo de 2,3% nas pensões de velhice da SS e uma diminuição de 16,2% nos subsídios de desemprego e social de desemprego e de 5,9% no subsídio de doença.

**Figura 2.24. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)



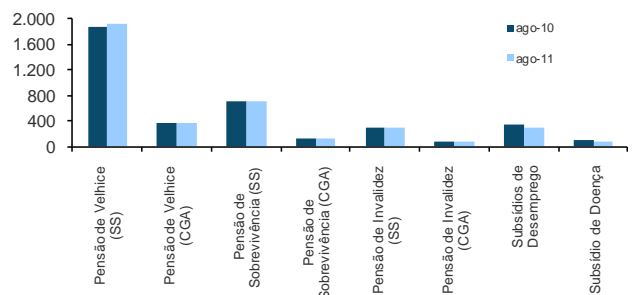
Fonte: DGO.

**Figura 2.25. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO

**Figura 2.26. Número de Pensões Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até agosto, o saldo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 463,5 milhões de euros, mais 446,2 milhões de euros face ao período homólogo. A receita total aumentou 14,3%, refletindo, fundamentalmente, a cedência de um crédito da CGA sobre a PT Comunicações, S.A., no âmbito da assunção de responsabilidades com as pensões e outros abonos dos trabalhadores da PT que, após renegociação, sofreu uma anulação de 144,2 milhões de euros com impacto na despesa de capital. A despesa total aumentou 6,1%, como resultado do aumento da despesa em pensões (3,5%) e da referida anulação do crédito sobre a PT Comunicações, S.A..

**Quadro 2.12. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

	Segurança Social						Caixa Geral de Aposentações					
	2010			2011			2010			2011		
	jan a ago			jan a ago			jan a ago			jan a ago		
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)	Execução face ao OE (%)
Receita Total	15767	15810	0,3	66,1	65,7	66,1	5444	6222	14,3	52,5	67,6	67,6
Contribuições e quotizações	8886	9144	2,9	65,9	64,8	65,9	2684	2516	-6,2	62,6	60,2	60,2
Transferências correntes da Adm. Central	5255	4592	-12,6	66,5	66,1	66,5	2698	3029	12,3	67,1	70,8	70,8
Despesa Total	15106	15076	-0,2	65,2	64,3	65,2	5427	5759	6,1	64,3	65,1	65,1
Pensões	8957	9222	3,0	64,1	64,2	64,1	5402	5592	3,5	64,3	64,6	64,6
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1530	1377	-10,0	68,9	66,1	68,9	-	-	-	-	-	-
Prestações e ação social	3106	2805	-9,7	67,2	65,3	67,2	-	-	-	-	-	-
Saldo Global	660	734	-	-	-	-	17	464	-	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

### Administração Central e Segurança Social

Até agosto, o défice global provisório da Administração Central e Segurança Social foi de 5274,2 milhões de euros, representando uma melhoria de cerca de 2141 milhões de euros face ao mesmo período de 2010. A receita total exibiu um grau de execução de 62,7%, face ao objetivo traçado no Orçamento do Estado, com a receita corrente e a receita de capital a apresentarem níveis de execução de 62,9% e 57,7%, respetivamente. A despesa total revelou um grau de execução orçamental ligeiramente inferior ao da receita, situando-se nos 62%, refletindo as execuções de 62,9% e 50,7% da despesa corrente e da despesa de capital, respetivamente.

### Administração Regional

De janeiro a julho, e na ótica da contabilidade pública, o excedente orçamental da Administração Regional situou-se nos 28,1 milhões de euros, o que revela uma melhoria face ao saldo deficitário registado até ao mês anterior (39,9 milhões de euros). Este comportamento deveu-se ao excedente orçamental registado na Região Autónoma dos Açores (RAA) de 46,4 milhões de euros, contrariamente, na Região Autónoma da Madeira (RAM) observou-se um défice 18,3 milhões de euros.

A execução orçamental da Administração Regional, face ao valor acumulado até junho, caracterizou-se por:

- um aumento da receita total em 264,9 milhões de euros, devido, sobretudo, ao aumento da receita fiscal, em 89,6 milhões de euros, e das transferências correntes do Estado, em 71 milhões de euros; e

- um aumento da despesa total em 197 milhões de euros, refletindo o comportamento das transferências correntes (58,1 milhões de euros), da despesa com pessoal (57,8 milhões de euros) e da aquisição de bens e serviços (28,7 milhões de euros).

**Quadro 2.13. Execução Orçamental da Adm. Regional**

	Administração Regional		
	2011		2011
	jan a jun	jan a jul	jan a jul
	10 <sup>6</sup> euros		VC (%)
Receita total	938	1 203	28,2
Impostos	505	595	17,7
Transferências correntes	297	368	24,0
Despesa total	978	1 175	20,1
Pessoal	380	438	15,2
Aquisição de bens e serviços	146	175	19,6
Transferências correntes	237	295	24,5
Investimento	82	102	24,6
Saldo global	- 40	28	-

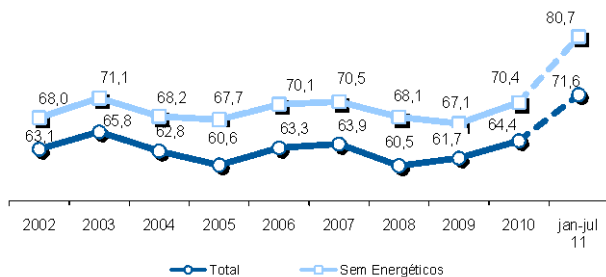
Fonte: DGO.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o mês de julho de 2011, as exportações de mercadorias cresceram, nos primeiros sete meses de 2011 e, em termos homólogos, 16,3% e as importações 5,7% [3]. Este comportamento levou a uma melhoria do défice da balança comercial (fob/cif) de 14,1%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações também cresceram a uma taxa significativamente superior à das importações (16,9% e 2%, respetivamente) (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)**



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)**

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro a julho			VH	
	2010	2011	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	21.210	24.669	16,3	14,9	16,5
Importações (cif)	32.625	34.473	5,7	0,2	7,6
Saldo (fob-cif)	-11.416	-9.804	-14,1	-26,4	-7,7
Cobertura (fob/cif)	65,0	71,6	-	-30,5	-9,9
Cobertura (fob/fob)	68,2	75,1	-	-	-
<b>Sem energéticos:</b>					
Exportações (fob)	19.691	23.015	16,9	14,5	16,7
Importações (cif)	27.943	28.508	2,0	-4,6	4,5
Saldo (fob-cif)	-8.252	-5.493	-33,4	-49,3	-21,8
Cobertura (fob/cif)	70,5	80,7	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	74,0	84,7	-	-	-
<b>Extra-UE (milhões de Euros)</b>					
Exportações (fob)	5.234	6.056	15,7	16,3	16,7
Importações (cif)	8.027	9.283	15,6	15,1	17,3
Saldo (fob-cif)	-2.793	-3.226	15,5	13,0	18,6
Cobertura (fob/cif)	65,2	65,2	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	68,4	68,5	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros. Fator de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009, 2010 e 2011: 0,9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt) ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº09/2011").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de julho de 2011 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as importações e 250 mil para as exportações, em 2010). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Entre janeiro e julho de 2011, as exportações passaram a representar 71,6% das importações, sendo que a taxa de cobertura das importações pelas exportações registou um acréscimo de 6,6 p.p face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 80,7% das importações (+10,2 p.p. que em igual período no ano transato).

No último ano a terminar em julho de 2011, as exportações registaram uma variação homóloga de 16,5% e as importações de 7,6%. O défice comercial recuperou 7,7%.

**Quadro 3.2. Balança Comercial: janeiro a julho**

janeiro a julho	Valores em milhões de Euros		
	2010	2011	TVH
<b>Intra+Extra UE</b>			
Exportações (fob)	21 210	24 669	16,3
Importações (cif)	32 625	34 473	5,7
Saldo (fob-cif)	- 11 416	- 9 804	-14,1
Cobertura (fob/cif)	65,0	71,6	-
<b>Intra UE</b>			
Exportações (fob)	15 976	18 612	16,5
Importações (cif)	24 599	25 190	2,4
Saldo (fob-cif)	- 8 623	- 6 578	-23,7
Cobertura (fob/cif)	64,9	73,9	-
<b>Extra UE</b>			
Exportações (fob)	5 234	6 056	15,7
Importações (cif)	8 027	9 283	15,6
Saldo (fob-cif)	- 2 793	- 3 226	15,5
Cobertura (fob/cif)	65,2	65,2	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Nos primeiros sete meses de 2011, o défice da balança comercial Intra UE recuperou 23,7% relativamente ao período homólogo. As exportações de mercadorias cresceram 16,5% e as importações 2,4%. O saldo negativo da balança comercial Extra UE registou um agravamento de 15,5% (Quadro 3.2).

**Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2010	2011	TVH	2010	2011	TVH
jan	4 014	4 453	10,9	2 608	3 121	19,7
fev	4 230	4 636	9,6	2 719	3 314	21,9
mar	5 029	5 475	8,9	3 333	3 779	13,4
abr	4 485	5 010	11,7	2 962	3 441	16,2
mai	4 679	5 400	15,4	3 048	3 715	21,9
jun	5 544	4 578	-17,4	3 137	3 594	14,5
jul	4 645	4 920	5,9	3 402	3 705	8,9
ago	4 177			2 512		
set	4 884			3 314		
out	5 082			3 267		
nov	5 095			3 327		
dez	5 190			3 133		
1º Trim	13 273	14 565	9,7	8 659	10 213	17,9
2º Trim	14 708	14 988	1,9	9 148	10 750	17,5
3º Trim	13 706			9 228		
4º Trim	15 367			9 727		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota: Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

## Exportações de Mercadorias

Entre janeiro e julho de 2011, as exportações de mercadorias cresceram 16,3% em termos homólogos. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 16,9%.

Nos primeiros sete meses do ano, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias, com especial destaque para o “Material de Transporte” (+3,7 p.p.), os “Químicos” (+2,9 p.p.) e os “Minérios e Metais” (+2,6 p.p.).

As “Máquinas” continuam a ser o grupo de produtos com maior peso na estrutura das exportações de mercadorias (14,3%), seguindo-se o “Material de Transporte”, que representam 13,6% das exportações totais de mercadorias.

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em Julho de 2011.

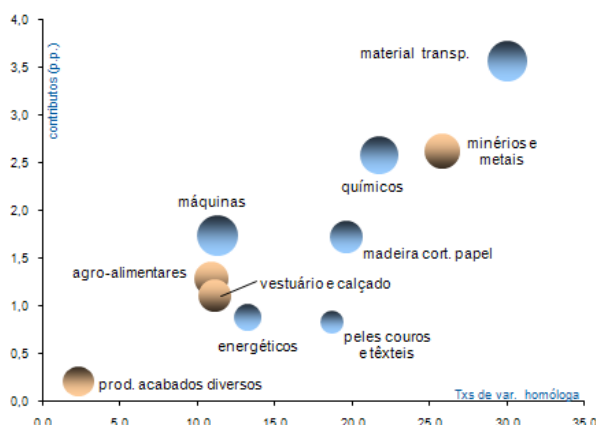
Pela sua análise e dos valores que constam no Quadro 3.4 conclui-se que, no período em análise, todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+16,5%), registando, conseqüentemente, taxas de variação homóloga positivas. (Quadros 3.1 e 3.4).

Os grupos de produtos “Material de Transporte” (+3,6 p.p.), “Químicos” e “Minérios e Metais” (ambos com contributos de +2,6 p.p) foram os que mais contribuíram para o crescimento das exportações de mercadorias nos últimos 12 meses a terminar em julho de 2011.

De referir, ainda, os contributos dos grupos de produtos “Madeira, Cortiça e Papel” e “Máquinas” (ambos com +1,7 p.p.).

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)**

Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011 (Total: 16,5%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

## Quadro 3.4. Exportações \* de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		últimos 12 meses <sup>[1]</sup>		jan-jul	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>Total das Exportações</b>	<b>21 210</b>	<b>24 669</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>16,3</b>	<b>16,3</b>
000 Agro-Alimentares	2 338	2 582	8,7	11,7	11,0	10,5	10,9	1,3	10,4	1,1
100 Energéticos	1 518	1 654	4,1	6,7	7,2	6,7	13,2	0,9	8,9	0,6
200 Químicos	2 560	3 176	10,5	11,9	12,1	12,9	21,7	2,6	24,0	2,9
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 945	2 205	8,9	9,2	9,2	8,9	19,6	1,7	13,4	1,2
400 Peles, Couros e Têxteis	955	1 137	5,3	4,4	4,5	4,6	18,7	0,8	19,0	0,9
500 Vestuário e Calçado	2 122	2 354	12,4	9,8	10,0	9,5	11,1	1,1	10,9	1,1
600 Minérios e Metais	2 176	2 734	9,1	10,5	10,3	11,1	25,8	2,6	25,7	2,6
700 Máquinas	3 145	3 528	19,4	14,9	14,8	14,3	11,3	1,7	12,2	1,8
800 Material de Transporte	2 573	3 352	13,9	12,4	12,1	13,6	30,0	3,6	30,3	3,7
900 Produtos Acabados Diversos	1 876	1 947	7,7	8,6	8,8	7,9	2,3	0,2	3,8	0,3

Por memória:

Total sem energéticos	19 691	23 015	95,9	93,3	92,8	93,3	16,7	15,6	16,9	15,7
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011

[2] (ago 10-jul 11)/(ago 09-jul 10) x 100 - 100

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre janeiro e julho de 2011, as exportações para a UE cresceram 16,5%. As exportações com destino aos países da UE-15 cresceram 16,7% e para os Países do Alargamento, 11,4%. Relativamente às exportações para países terceiros a taxa de crescimento homólogo foi inferior (15,7%) (Quadro 3.5). As exportações de mercadorias para a UE continuam a ser as que mais contribuíram para o crescimento do total das exportações (+12,4 p.p.). O contributo das exportações para os países terceiros foi de 3,9 p.p.

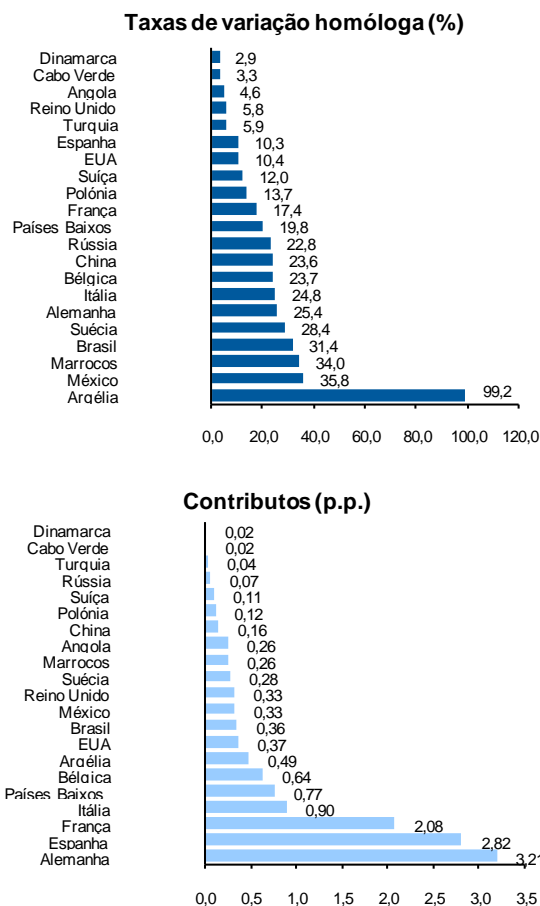
As exportações de mercadorias para a Alemanha e para a Espanha foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações (com contributos de 3,2 p.p. e 2,9 p.p., respetivamente). As exportações de mercadorias para a França e para o Reino Unido registaram crescimentos homólogos de 20,2% e 4,7%, respetivamente.

No último ano a terminar em Julho de 2011, as exportações para os países Intra UE cresceram 16,5%, tal como as exportações para os países da UE-15. As exportações com destino à Alemanha (+3,2 p.p.) e à Espanha (2,8 p.p) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações.

Entre os países terceiros, destaca-se a variação homóloga positiva das exportações para a Argélia (+99,2%), México (+35,8%) e Marrocos (+34). Angola continuou a contribuir positivamente, ainda que de forma diminuta, para o crescimento das exportações (Figura 3.3).

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011



**Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	jan-jul		anual		jan-jul		média anual 05-10*	12 meses <sup>[1]</sup>		jan-jul	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011		VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL</b>	<b>21 210</b>	<b>24 669</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,4</b>	<b>16,5</b>	<b>16,5</b>	<b>16,3</b>	<b>16,3</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>15 976</b>	<b>18 613</b>	<b>80,3</b>	<b>75,0</b>	<b>75,3</b>	<b>75,4</b>	<b>2,0</b>	<b>16,5</b>	<b>12,4</b>	<b>16,5</b>	<b>12,4</b>
dos quais:											
<b>UE-15</b>	<b>15 324</b>	<b>17 885</b>	<b>78,4</b>	<b>71,9</b>	<b>72,2</b>	<b>72,5</b>	<b>1,6</b>	<b>16,5</b>	<b>11,9</b>	<b>16,7</b>	<b>12,1</b>
Espanha	5 708	6 329	27,6	26,6	26,9	25,7	2,6	10,3	2,8	10,9	2,9
Alemanha	2 717	3 400	12,5	13,0	12,8	13,8	4,3	25,4	3,2	25,1	3,2
França	2 580	3 103	13,5	11,8	12,2	12,6	0,6	17,4	2,1	20,2	2,5
R.Unido	1 177	1 232	8,3	5,5	5,5	5,0	-4,8	5,8	0,3	4,7	0,3
P.Baixos	846	1 045	4,0	3,8	4,0	4,2	2,4	19,8	0,8	23,5	0,9
Itália	783	950	4,4	3,8	3,7	3,9	0,6	24,8	0,9	21,3	0,8
Bélgica	619	722	3,9	2,9	2,9	2,9	-2,9	23,7	0,6	16,7	0,5
Suécia	189	258	1,1	1,0	0,9	1,0	1,4	28,4	0,3	36,2	0,3
Dinamarca	157	154	0,8	0,7	0,7	0,6	0,4	2,9	0,0	-1,8	0,0
<b>Alargamento</b>	<b>652</b>	<b>727</b>	<b>1,8</b>	<b>3,1</b>	<b>3,1</b>	<b>2,9</b>	<b>14,6</b>	<b>15,8</b>	<b>0,5</b>	<b>11,4</b>	<b>0,4</b>
Polónia	186	220	0,5	0,9	0,9	0,9	13,3	13,7	0,1	18,4	0,2
<b>Extra UE-27</b>	<b>5 234</b>	<b>6 056</b>	<b>19,7</b>	<b>25,0</b>	<b>24,7</b>	<b>24,6</b>	<b>8,4</b>	<b>16,7</b>	<b>4,1</b>	<b>15,7</b>	<b>3,9</b>
dos quais:											
Angola	1 022	1 145	2,6	5,2	4,8	4,6	19,0	4,6	0,3	12,0	0,6
EUA	772	818	5,3	3,6	3,6	3,3	-4,3	10,4	0,4	5,9	0,2
Brasil	231	313	0,6	1,2	1,1	1,1	19,8	31,4	0,4	35,6	0,4
México	236	268	0,3	1,1	1,1	1,1	36,2	35,8	0,3	13,6	0,2
Suíça	200	223	0,8	0,9	0,9	0,9	5,7	12,0	0,1	11,4	0,1
Marrocos	179	230	0,4	0,8	0,8	0,9	18,2	34,0	0,3	28,4	0,2
Turquia	167	180	0,7	0,7	0,8	0,7	3,0	5,9	0,0	8,0	0,1
Cabo Verde	156	153	0,5	0,7	0,7	0,6	12,1	3,3	0,0	-2,5	0,0
China	135	192	0,5	0,6	0,6	0,8	6,6	23,6	0,2	42,1	0,3
Argélia	115	239	0,2	0,6	0,5	1,0	31,3	99,2	0,5	106,6	0,6
Por memória:											
Gibraltar	150	137	0,1	0,6	0,7	0,6	62,7	-2,2	0,0	-8,7	-0,1
PALOP	1 300	1 478	3,4	6,6	6,1	6,0	17,8	7,7	0,5	13,7	0,8
EFTA	254	280	1,1	1,1	1,2	1,1	3,4	10,5	0,1	10,4	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011

[2] (ago 10-jul 11)/(ago 09-jul 10) x 100 - 100

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

## Importações de Mercadorias

Nos primeiros sete meses de 2011, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga positiva de 5,7% relativamente a igual período no ano transato (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos” (+3,9 p.p.), “Agro alimentares” (+1,9 p.p.) e Químicos” (+1,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das importações.

No último ano a terminar em julho de 2011, as importações cresceram 7,6%. Os “Produtos Energéticos” (+3,6 p.p.) e os “Químicos” (+1,7 p.p.) foram os grupos de produtos que mais contribuíram para o crescimento das importações.

A UE-27 mantém a sua posição como principal mercado de origem das importações, tendo representado 73,1% das importações de mercadorias entre janeiro e julho de 2011.

Por sua vez, a Espanha permanece como principal mercado de origem das importações de mercadorias (31% do total).

Entre janeiro e julho de 2011, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 2,4%, sendo que provenientes dos países da UE-15 aumentaram 2,1% e as provenientes dos países do Aargamento 11%. As importações de mercadorias provenientes da Espanha foram as que mais contribuíram para o aumento das importações (+2,2 p.p.).

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 15,6% em termos homólogos. Destacam-se as importações provenientes da Nigéria, do Brasil e da China, que representaram 3%, 2,6% e 2,5%, respetivamente, do total das importações de mercadorias. Neste período, as importações de mercadorias provenientes da Arábia Saudita (+57,3%), do Brasil (+47%) e dos EUA (+36,1%) foram as que registaram maior crescimento homólogo.

**Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	jan-jul		Anual		jan-jul		12 meses <sup>[1]</sup>		jan-jul	
	2010	2011	2005	2010	2010	2011	VH <sup>[2]</sup>	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>	VH	contrib. p.p. <sup>[3]</sup>
<b>TOTAL DAS IMPORTAÇÕES</b>	<b>32 625</b>	<b>34 473</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>7,6</b>	<b>7,6</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>
<b>Grupos de Produtos</b>										
000-Agro-Alimentares	4 411	5 025	11,9	13,8	13,5	14,6	10,5	1,5	13,9	1,9
100-Energéticos	4 682	5 965	14,1	14,6	14,4	17,3	26,2	3,6	27,4	3,9
200-Químicos	5 006	5 546	13,3	15,2	15,3	16,1	11,4	1,7	10,8	1,7
300-Peleas, Mad, Cortiça e Papel	1 500	1 616	4,7	4,6	4,6	4,7	8,6	0,4	7,7	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 142	2 292	6,8	6,8	6,6	6,7	9,2	0,6	7,0	0,5
500-Minérios e Metais	2 810	3 153	9,2	8,5	8,6	9,1	11,9	1,0	12,2	1,1
600-Máquinas [4]	5 290	5 080	20,5	16,4	16,2	14,7	-1,7	-0,3	-4,0	-0,6
700-Material de Transporte [5]	4 769	4 010	13,5	14,1	14,6	11,6	-3,9	-0,5	-15,9	-2,3
800-Prod. Acabados Diversos	2 016	1 784	6,0	5,9	6,2	5,2	-7,3	-0,5	-11,5	-0,7
<b>Total sem energéticos</b>	<b>27 943</b>	<b>28 508</b>	<b>85,9</b>	<b>85,4</b>	<b>85,6</b>	<b>82,7</b>	<b>4,5</b>	<b>3,9</b>	<b>2,0</b>	<b>1,7</b>
<b>Mercados de origem</b>										
<b>Intra UE-27</b>	<b>24 599</b>	<b>25 190</b>	<b>77,6</b>	<b>75,7</b>	<b>75,4</b>	<b>73,1</b>	<b>4,6</b>	<b>3,5</b>	<b>2,4</b>	<b>1,8</b>
dos quais:										
<b>UE-15</b>	<b>23 847</b>	<b>24 355</b>	<b>75,8</b>	<b>73,4</b>	<b>73,1</b>	<b>70,7</b>	<b>4,5</b>	<b>3,3</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>
Espanha	9 963	10 678	30,7	31,2	30,5	31,0	7,0	2,2	7,2	2,2
Alemanha	4 426	4 356	14,4	13,9	13,6	12,6	8,0	1,1	-1,6	-0,2
França	2 471	2 436	8,7	7,3	7,6	7,1	-5,4	-0,4	-1,4	-0,1
Itália	1 941	1 867	5,9	5,7	5,9	5,4	-1,4	-0,1	-3,8	-0,2
Países Baixos	1 694	1 649	4,5	5,1	5,2	4,8	3,2	0,2	-2,7	-0,1
Reino Unido	1 245	1 160	4,3	3,8	3,8	3,4	3,2	0,1	-6,9	-0,3
Bélgica	921	937	2,9	2,9	2,8	2,7	6,9	0,2	1,8	0,1
Suécia	354	379	1,1	1,0	1,1	1,1	4,6	0,1	6,9	0,1
Irlanda	298	338	0,9	1,0	0,9	1,0	10,7	0,1	13,4	0,1
<b>Aargamento</b>	<b>752</b>	<b>835</b>	<b>1,8</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>	<b>2,4</b>	<b>6,7</b>	<b>0,2</b>	<b>11,0</b>	<b>0,3</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>8 027</b>	<b>9 283</b>	<b>22,4</b>	<b>24,3</b>	<b>24,6</b>	<b>26,9</b>	<b>17,3</b>	<b>4,1</b>	<b>15,6</b>	<b>3,8</b>
dos quais:										
China	886	862	1,1	2,8	2,7	2,5	11,9	0,3	-2,8	-0,1
Nigéria	852	1 024	1,9	2,4	2,6	3,0	5,6	0,1	20,2	0,5
Brasil	600	882	1,9	1,8	1,8	2,6	40,7	0,7	47,0	0,9
EUA	488	664	2,1	1,5	1,5	1,9	17,5	0,3	36,1	0,5
Líbia	373	14	0,6	1,3	1,1	0,0	-25,0	-0,2	-96,3	-1,1
Cazaquistão	387	421	0,5	1,1	1,2	1,2	48,0	0,4	8,8	0,1
Angola	326	426	0,0	1,0	1,0	1,2	55,9	0,4	30,8	0,3
Noruega	389	314	1,0	0,9	1,2	0,9	-31,9	-0,4	-19,5	-0,2
Arábia Saudita	335	526	0,8	0,9	1,0	1,5	35,8	0,3	57,3	0,6
Rússia	283	364	0,7	0,7	0,9	1,1	-21,1	-0,2	28,7	0,2
Índia	253	330	0,4	0,7	0,8	1,0	32,1	0,2	30,3	0,2
Suíça	214	216	0,6	0,6	0,7	0,6	3,8	0,0	1,1	0,0
Japão	220	201	1,1	0,6	0,7	0,6	7,0	0,0	-8,9	-0,1
Turquia	199	66	0,7	0,6	0,6	0,2	-41,8	-0,2	-66,6	-0,4
OPEP <sup>[6]</sup>	2 260	2 761	6,4	6,7	6,9	8,0	18,6	1,2	22,2	1,5
EFTA	614	542	1,7	1,6	1,9	1,6	-19,3	-0,4	-11,7	-0,2
PALOP	338	442	0,1	1,1	1,0	1,3	48,5	0,4	30,9	0,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2010.

[1] Últimos 12 meses a terminar em julho de 2011

[2]  $(\text{ago } 10\text{-jul } 11) / (\text{ago } 09\text{-jul } 10) \times 100 - 100$

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share:  $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[4] Não inclui tractores.

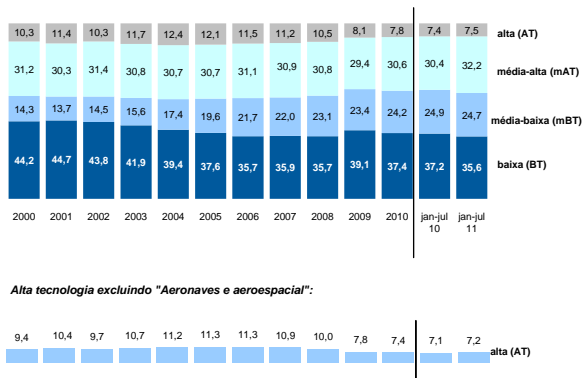
[5] Inclui tractores.

[6] Inclui Angola.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Nos primeiros sete meses de 2011, as exportações de produtos industriais transformados cresceram, em termos homólogos, 16,3%. As exportações de produtos de média intensidade tecnológica (alta+baixa) continuam a representar mais de metade do total das exportações destes produtos (57%). As exportações de produtos de média alta tecnologia (32,2%) foram as que registaram um maior crescimento homólogo (Figura 3.4 e Quadro 3.7).<sup>1</sup>

**Figura 3.4. Exportações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



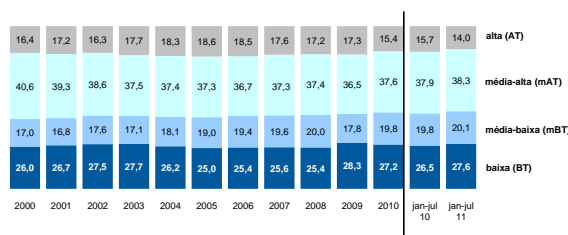
Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

As exportações de produtos de média alta intensidade tecnológica foram as que mais contribuíram para o aumento homólogo das exportações de produtos industriais transformados (+7 p.p.).

As exportações dos produtos de *baixa intensidade tecnológica* contribuíram com +4,2 p.p. para o crescimento das exportações de produtos industriais transformados.

As importações deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 2,9%. Neste caso, os produtos de baixa tecnologia foram os que mais contribuíram para o crescimento das importações dos produtos industriais transformados (+1,8 p.p.).

**Figura 3.5. Importações de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Fonte: Quadro 3.7. Exportações e Importações de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

## Quadro 3.7. Exportações e Importações\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2010	janeiro a julho		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)			
		2010	2011	média 2005-10	2010/09	jan-jul 2011/10	2009	2010	jan-jul		2010	jan-jul 2011		
									2010	2011				
<b>EXPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>34 496 078</b>	<b>20 020 949</b>	<b>23 279 332</b>	<b>3,0</b>	<b>15,1</b>	<b>16,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>15,1</b>	<b>16,3</b>		
Alta tecnologia	2 686 060	1 489 126	1 734 439	-5,8	10,2	16,5	8,1	7,8	7,4	7,5	0,8	1,2		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	2 538 850	1 413 089	1 668 027	-5,3	8,3	18,0	7,8	7,4	7,1	7,2	0,7	1,3		
Média-alta tecnologia	10 550 318	6 092 349	7 500 136	2,9	19,8	23,1	29,4	30,6	30,4	32,2	5,8	7,0		
Média-baixa tecnologia	8 344 929	4 988 226	5 758 770	7,4	18,8	15,4	23,4	24,2	24,9	24,7	4,4	3,8		
Baixa tecnologia	12 914 771	7 451 248	8 285 987	2,9	10,3	11,2	39,1	37,4	37,2	35,6	4,0	4,2		
<i>Por memória:</i>														
<b>Total das Exportações</b>	<b>36 762 238</b>	<b>21 209 810</b>	<b>24 668 530</b>	<b>3,4</b>	<b>16,0</b>	<b>16,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>16,0</b>	<b>16,3</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	2 266 160	1 188 861	1 389 198	11,0	32,1	16,9	5,4	6,2	5,6	5,6	1,7	0,9		
<b>IMPORTAÇÕES</b>														
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>47 097 923</b>	<b>26 948 613</b>	<b>27 729 600</b>	<b>1,7</b>	<b>8,3</b>	<b>2,9</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>8,3</b>	<b>2,9</b>		
Alta tecnologia	7 232 366	4 230 635	3 884 600	-2,1	-4,1	-8,2	17,3	15,4	15,7	14,0	-0,6	-1,3		
- Sem Aeronáutica e aeroespacial <sup>[2]</sup>	6 887 619	3 980 737	3 757 651	-1,3	0,2	-5,6	16,1	14,7	14,9	13,6	0,0	-0,8		
Média-alta tecnologia	17 715 298	10 219 827	10 614 918	1,9	11,5	3,9	36,5	37,6	37,9	38,3	4,3	1,5		
Média-baixa tecnologia	9 336 281	5 344 798	5 578 585	2,6	20,6	4,4	17,8	19,8	19,8	20,1	4,1	0,9		
Baixa tecnologia	12 813 977	7 153 354	7 651 497	3,5	4,0	7,0	28,3	27,2	26,5	27,6	1,1	1,8		
<i>Por memória:</i>														
<b>Total das Importações</b>	<b>57 053 115</b>	<b>32 625 490</b>	<b>34 472 597</b>	<b>2,1</b>	<b>11,0</b>	<b>5,7</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>11,0</b>	<b>5,7</b>		
Residual <sup>[3]</sup>	9 955 192	5 676 877	6 742 998	4,0	26,2	18,8	15,4	17,4	17,4	19,6	4,6	3,3		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Exportações/Importações de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Exportações (Importações) – Exportações (Importações) de produtos industriais transformados.

<sup>1</sup>Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas.

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

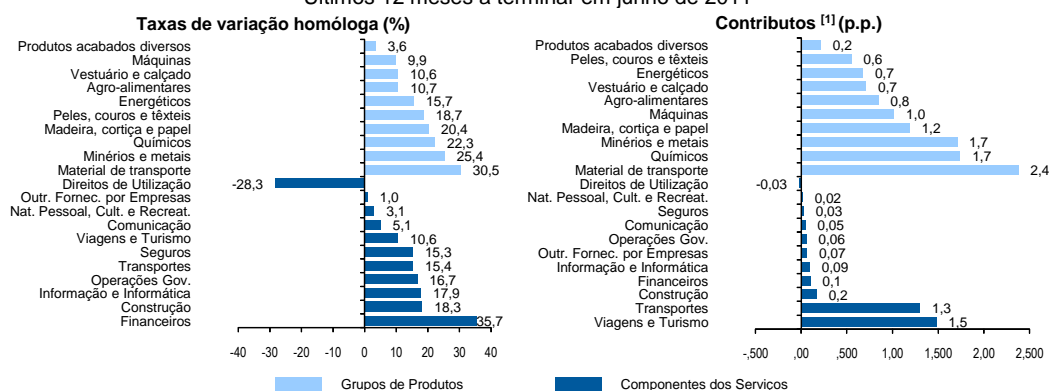
Segundo os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de junho de 2011, as “Exportações” (crédito) de Bens e Serviços cresceram, no primeiro semestre de 2011, e em termos homólogos, 15,5%. A componente dos Bens foi aquela que mais contribuiu para o crescimento das “exportações” totais (12,3 p.p.).

Entre janeiro e junho de 2011, a componente dos Serviços representou 29% do total das “Exportações” e contribuiu com 3,1 p.p. para o crescimento das “exportações” totais. No que se refere às “Importações” (débitos) o seu peso no total foi de 16,6% e o seu contributo muito menos expressivo (+1,1 p.p.) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em junho de 2011, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das “exportações” de Bens e Serviços.

Neste período continua a destacar – se o contributo positivo do Material de Transporte (+2,4 p.p.) e dos serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (+1,5 p.p.).

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**  
Últimos 12 meses a terminar em junho de 2011



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior - 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (14,4%).

## Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de Euros										
	janeiro a junho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
	2010	2011	Anual		janeiro a junho		média anual 05-10	12 meses [1]		janeiro a junho	
		2005	2010	2010	2011		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]	
<b>CRÉDITO (Exportações)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	25 642	29 604	100,0	100,0	100,0	100,0	4,7	14,4	14,4	15,5	15,5
<b>Bens</b>	17 865	21 026	71,8	67,7	69,7	71,0	3,4	16,4	11,0	17,7	12,3
<b>Serviços</b>	7 777	8 578	28,2	32,3	30,3	29,0	7,5	10,2	3,3	10,3	3,1
Transportes	2 199	2 519	5,9	8,6	8,6	8,5	12,9	15,4	1,3	14,5	1,2
Viagens e Turismo	2 983	3 246	14,3	14,0	11,6	11,0	4,2	10,6	1,5	8,8	1,0
Comunicação	238	246	1,0	0,9	0,9	0,8	1,6	5,1	0,0	3,5	0,0
Construção	218	276	0,7	0,9	0,9	0,9	11,3	18,3	0,2	26,7	0,2
Seguros	47	58	0,2	0,2	0,2	0,2	3,6	15,3	0,0	23,8	0,0
Financeiros	75	115	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,3	35,7	0,1	53,2	0,2
Informação e Informática	130	172	0,3	0,5	0,5	0,6	17,9	17,9	0,1	32,8	0,2
Direitos de Utilização	17	19	0,1	0,1	0,1	0,1	-3,7	-28,3	0,0	12,8	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 645	1 698	4,8	6,0	6,4	5,7	9,8	1,0	0,1	3,2	0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	134	128	0,4	0,5	0,5	0,4	10,5	3,1	0,0	-4,7	0,0
Operações Governamentais	92	101	0,3	0,4	0,4	0,3	8,4	16,7	0,1	10,4	0,0
<b>DÉBITO (Importações Fob)</b>											
<b>Bens e Serviços</b>	32 282	34 201	100,0	100,0	100,0	100,0	2,7	7,2	7,2	5,9	5,9
<b>Bens</b>	26 946	28 518	85,6	83,5	83,5	83,4	2,2	7,2	6,0	5,8	4,9
<b>Serviços</b>	5 336	5 684	14,4	16,5	16,5	16,6	5,5	7,1	1,2	6,5	1,1
Transportes	1 557	1 642	4,5	4,9	4,8	4,8	4,2	5,5	0,3	5,5	0,3
Viagens e Turismo	1 463	1 491	4,3	4,5	4,5	4,4	3,8	6,0	0,3	1,9	0,1
Comunicação	219	218	0,5	0,7	0,7	0,6	6,8	3,0	0,0	-0,3	0,0
Construção	43	58	0,2	0,1	0,1	0,2	1,5	12,1	0,0	34,0	0,0
Seguros	120	115	0,3	0,4	0,4	0,3	7,0	6,9	0,0	-4,1	0,0
Financeiros	112	374	0,3	0,4	0,3	1,1	5,7	151,9	0,5	232,9	0,8
Informação e Informática	172	209	0,3	0,6	0,5	0,6	13,3	14,1	0,1	21,3	0,1
Direitos de Utilização	204	180	0,5	0,6	0,6	0,5	8,6	0,7	0,0	-11,5	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 149	1 121	2,8	3,5	3,6	3,3	7,3	1,2	0,0	-2,5	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	234	231	0,5	0,7	0,7	0,7	12,2	-0,8	0,0	-1,3	0,0
Operações Governamentais	64	46	0,2	0,2	0,2	0,1	-2,0	-16,7	0,0	-28,6	-0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até junho de 2011.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.



**Destques**

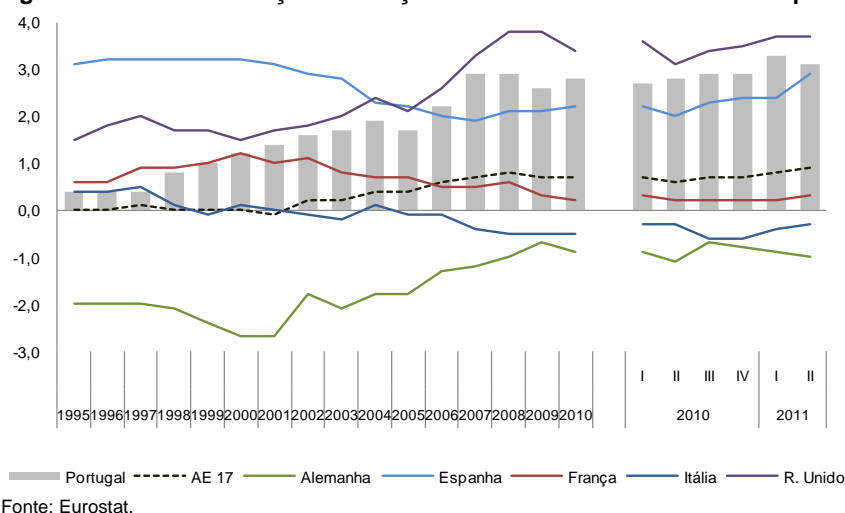


## Evolução da Balança de Serviços em Portugal

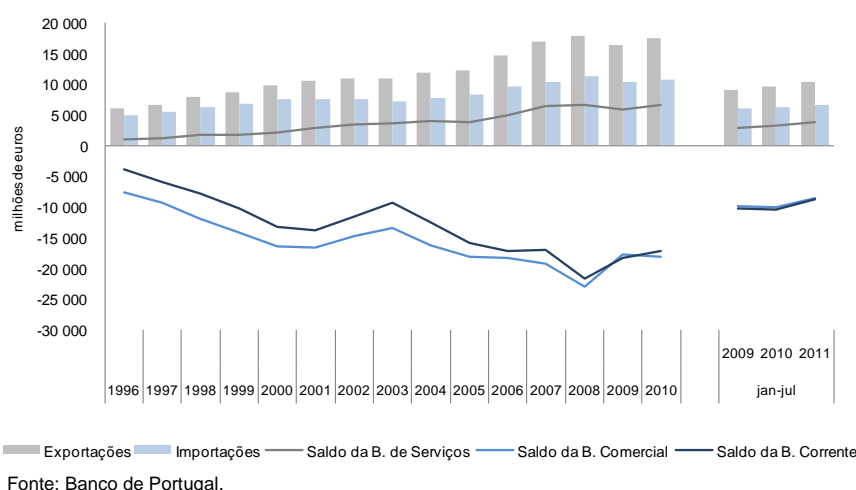
O comércio internacional assume-se, no modelo de desenvolvimento económico adotado no atual contexto de globalização, como fator propulsor do crescimento económico. A possibilidade de alargar o mercado e assim evitar estrangulamentos provocados pela insuficiente procura interna e mesmo o aproveitamento das oportunidades decorrentes do desenvolvimento de outros países, mostram-se como ferramentas incontornáveis na política de desenvolvimento económico.

Apesar da menor dimensão do comércio internacional de serviços face aos bens, a sua importância tem vindo a aumentar o comércio de serviços na economia mundial, e em particular na economia europeia. Também em Portugal o comércio internacional de serviços tem vindo a assumir uma importância crescente, já que em 1995 o saldo da Balança de Serviços representava 0,4% do PIB e no 2.º trimestre de 2011 esse peso era já de 3,1%. Em termos comparativos, o peso em Portugal é bastante superior à média da zona euro, cujo peso diminuto está influenciado por países como a Alemanha que, ainda assim, tem vindo a seguir uma trajetória ascendente, (Figura 1).

**Figura 1. Saldo da balança de serviços em % do PIB no contexto europeu**



**Figura 2. Evolução da balança de serviços em Portugal**



No caso português, a Balança Corrente tem sido, nas últimas décadas, persistentemente deficitária fortemente influenciada pelo comportamento da Balança Comercial. A atenuar esse comportamento tem estado a Balança de Serviços, historicamente superavitária, que a partir da segunda metade da década conheceu um aumento mais significativo do seu saldo, (Figura 2).

No que se refere aos principais parceiros no comércio internacional de serviços, verificou-se uma intensificação dos fluxos internacionais com países como o Brasil, Angola e também Irlanda. Em 1996 as exportações para estes países representavam cerca de 5,1% das exportações portuguesas de serviços e em 2010 o seu peso foi já de 11,8%.

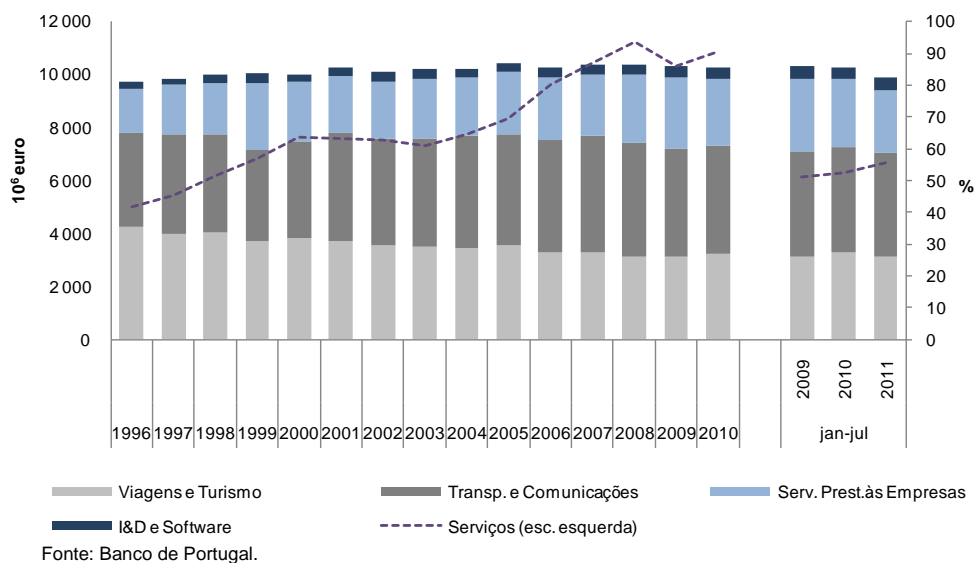
Também do lado das importações se verificou um aumento, embora menos significativo, já quem em 1996 esses 3 países representavam 3,7% das importações portuguesas de serviços e em 2010 esse peso passou para 6,%. Outros países perderam relevância como é o caso da França, Alemanha e EUA que em termos de exportações representavam 40,2% das exportações de serviços e em 2010, embora continuem a ser um forte destino das exportações de serviços representam menos 11,3 p.p.. Do lado das importações também se verificou essa redução, já que em 1996 representavam 33,7% das importações de serviços e em 2010 pesam 24,4%.

**Figura 3. Principais parceiros no comércio internacional de serviços**

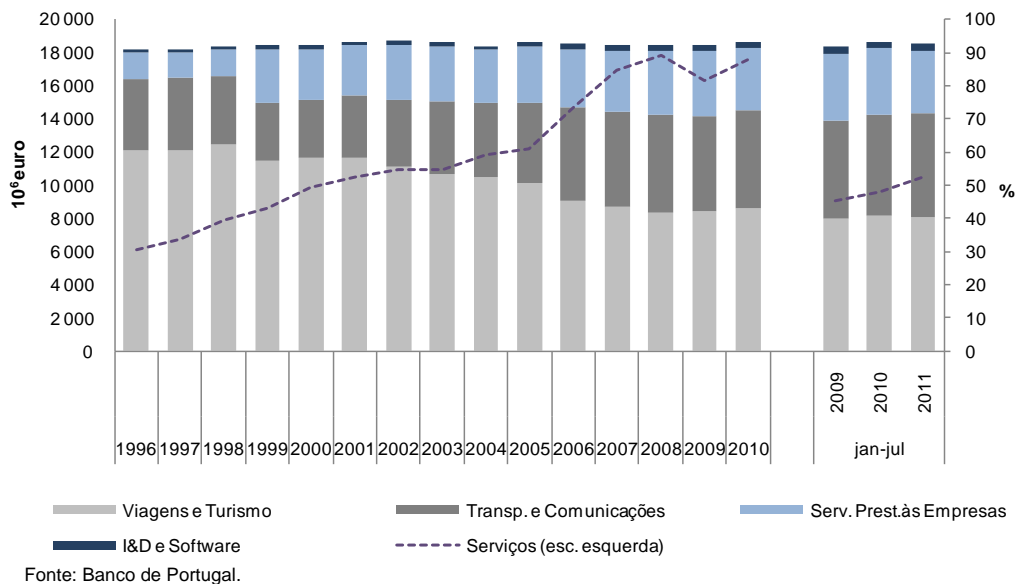
Exportações					Importações				
	1996	2000	2005	2010		1996	2000	2005	2010
<b>Total</b>	<b>6 077 743</b>	<b>9 830 101</b>	<b>12 227 278</b>	<b>17 572 131</b>	<b>Total</b>	<b>5 002 376</b>	<b>7 622 952</b>	<b>8 315 662</b>	<b>10 866 424</b>
<b>Principais Parceiros</b>	<b>92,3</b>	<b>93,9</b>	<b>93,2</b>	<b>91,4</b>	<b>Principais Parceiros</b>	<b>91,3</b>	<b>91,7</b>	<b>91,9</b>	<b>89,2</b>
Reino Unido	14,1	16,3	18,5	14,3	Espanha	18,4	20,7	24,3	23,2
Espanha	11,1	14,0	15,9	14,3	Reino Unido	11,3	11,8	11,8	12,8
França	15,2	15,2	13,6	13,8	França	12,3	11,1	10,7	9,6
Alemanha	16,4	10,5	10,8	10,2	Alemanha	11,5	9,5	9,8	8,7
EUA	8,7	8,8	5,1	4,9	Suiça	4,6	8,8	7,4	7,6
Brasil	2,7	2,5	3,0	4,9	EUA	10,0	10,4	5,8	6,1
Angola	1,9	1,6	2,1	4,9	Países Baixos	4,3	3,4	3,6	4,1
Suiça	4,0	3,8	4,1	4,3	Brasil	2,5	2,4	4,4	3,5
Países Baixos	3,4	2,9	3,8	4,3	Bélgica e Luxemburgo	5,4	4,2	3,6	3,4
Bélgica e Luxemburgo	5,5	6,4	3,9	3,8	Itália	4,6	4,0	4,2	3,0
Itália	2,8	4,6	4,7	3,5	Irlanda	0,3	0,5	1,5	2,2
Irlanda	0,5	0,9	2,0	2,0	Angola	0,9	0,6	0,9	1,2
Finlândia	0,4	0,4	0,6	1,2	Canadá	1,4	1,1	0,7	0,8
Dinamarca	0,8	0,8	1,2	1,1	Áustria	0,6	0,5	0,5	0,7
Suécia	0,8	1,3	1,3	1,1	Suécia	0,7	0,8	0,8	0,6
Canadá	2,9	2,5	1,0	0,9	Dinamarca	0,6	0,4	0,7	0,5
Noruega	0,5	0,6	1,0	0,9	África do Sul	0,5	0,4	0,4	0,5
Polónia	0,0	0,1	0,2	0,5	Japão	0,6	0,5	0,4	0,4
Rússia	0,0	0,0	0,1	0,4	Moçambique	0,4	0,3	0,2	0,3
Japão	0,6	0,6	0,4	0,2	Venezuela	0,5	0,2	0,2	0,1

Fonte: Banco de Portugal, via AICEP.

Do lado das importações portuguesas de serviços, é na rubrica Transportes e Comunicações que se regista maior volume de importações, seguida de Viagens e Turismo que, embora também tenha vindo a registar uma diminuição do seu peso na estrutura das importações, esta redução é menos acentuada do que nas exportações, (Figura 4).

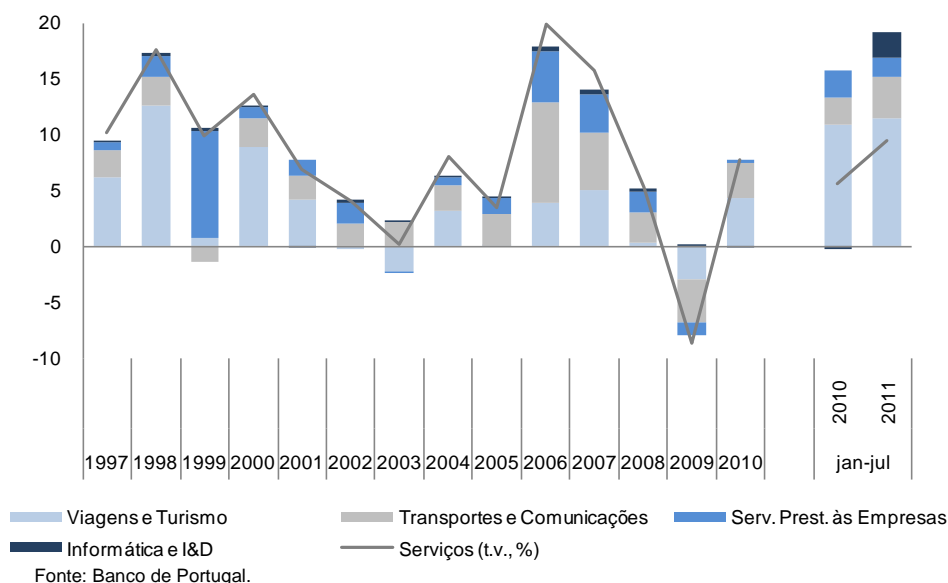
**Figura 4. Decomposição das importações de serviços nas suas principais rúbricas**

A rúbrica Viagens e Turismo e continua a ser aquela que maior destaque ocupa nas exportações portuguesas de serviços, embora se tenha verificado ao longo da última década uma diminuição do peso por contrapartida de um aumento da importância da exportação de serviços de Transporte e Comunicações e, embora em menor grau, dos Serviços Prestados às Empresas. Também a rúbrica de I&D e Software tem aumentado a sua relevância, mas continua a ter um papel discreto no total das exportações de serviços, (Figura 5).

**Figura 5. Decomposição das exportações de serviços nas suas principais rúbricas**

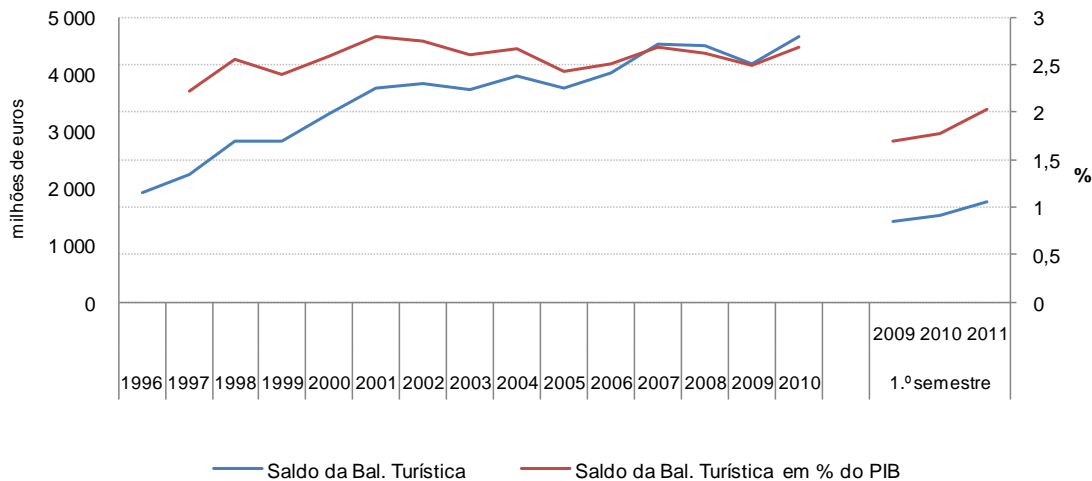
A figura seguinte mostra que a rúbrica Viagens e Turismo é aquela que, tradicionalmente, mais contribui para a variação das exportações portuguesas de serviços, com exceção do período 2005 a 2008 durante o qual se verificou um forte contributo da rúbrica de Transportes e Comunicações. Nos primeiros sete meses do ano, verificou-se um acentuado crescimento das exportações de serviços face a igual período do ano anterior (9,5% e 5,6%, respetivamente), influenciado pelo forte contributo do das Viagens e Turismo. A rúbrica I&D e Software, que nos primeiros sete meses de 2010 contribuiu negativamente para o crescimento das exportações portuguesas de serviços teve, em igual período deste ano, um contributo positivo (2,3 p.p. em 2011 face a -0,3 p.p. em igual período do ano anterior).

**Figura 6. Contributos para a variação das exportações portuguesas de serviços (p.p.)**



Apesar do contributo do Turismo para a variação das exportações de Serviços e do crescimento do saldo da Balança Turística ao longo dos últimos anos, o seu peso nas exportações de serviços tem vindo a diminuir, sublinhando a importância que as outras rúbricas têm vindo a assumir nas exportações portuguesas de serviços.

**Figura 7. Evolução da balança turística em Portugal**



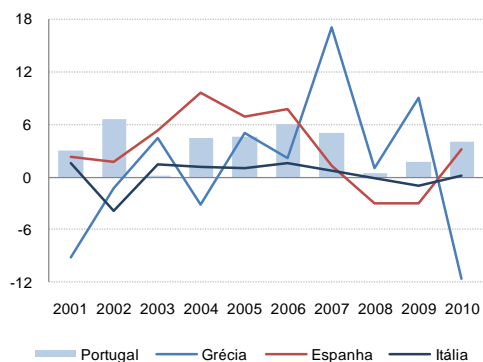
**Figura 8. Peso das exportações de turismo nas exportações de serviços em Portugal**

	1996	2000	2005	2010	jan-jul	
					2010	2011
Viagens e Turismo						
Créditos	3 687	5 720	6 199	7 601	3 911	4 245
Débitos	1 763	2 422	2 454	2 953	1 721	1 740
Saldo	1 923	3 298	3 744	4 648	2 190	2 505
Exportação de Serviços	6 078	9 830	12 227	17 572	9 585	10 493
Peso das Exportações de Turismo	61%	58%	51%	43%	41%	40%

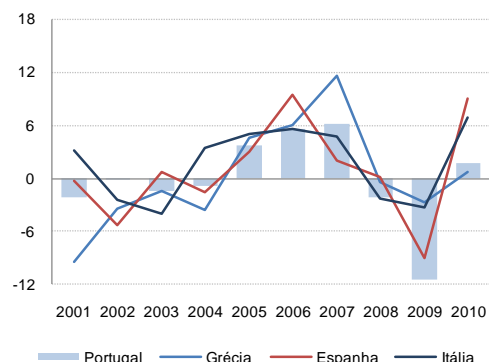
Fonte: Banco de Portugal.

Comparativamente a outros países europeus registaram-se, entre 2005 e 2007, crescimentos elevados do número de dormidas dos não-residentes (entre 4% em 2005 e 5,8% em 2007), aos quais se seguiram dois anos de decréscimo em resultado da crise financeira internacional. Em 2009 o decréscimo verificado em Portugal (-7,1%) foi superior ao registado noutros países (0,3% na Grécia, -2% em Itália e -6,5% em Espanha).

**Figura 9. Número de dormidas dos residentes, por país**



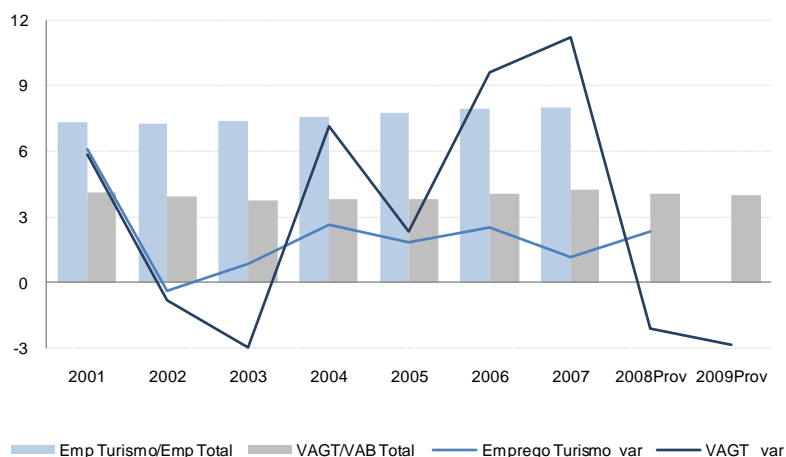
**Figura 10. Número de dormidas dos não-residentes, por país**



Fonte: Eurostat.

Os dados disponíveis para a Conta Satélite do Turismo, permitem verificar que a atividade do turismo em Portugal tem assumido, nos últimos anos, um comportamento estável quer em termos de emprego (7,4% em 2001 e 8% em 2007), quer em termos de VAB gerado (4,1% em 2001 e 4% em 2009, segundo dados provisórios). Depois de em 2003, num contexto de crise, se ter registado uma quebra da atividade do turismo (-3%), em 2004 verificou-se um elevado crescimento do VAB gerado pelo turismo associado ao Euro 2004 (7,2%), mantendo-se nos 3 anos seguintes uma taxa de crescimento do VAB superior à do número de indivíduos empregados nesta atividade. De acordo com os dados provisórios disponíveis, a quebra no VAB gerado pelo turismo associada à crise financeira e internacional de 2008 situou-se pelos 13,3 p.p.. Contudo, estas flutuações na taxa de crescimento do VAB terão acompanhado a quebra registada no total da economia, já que o peso do VAB gerado no turismo no total da economia não sofreu alterações.

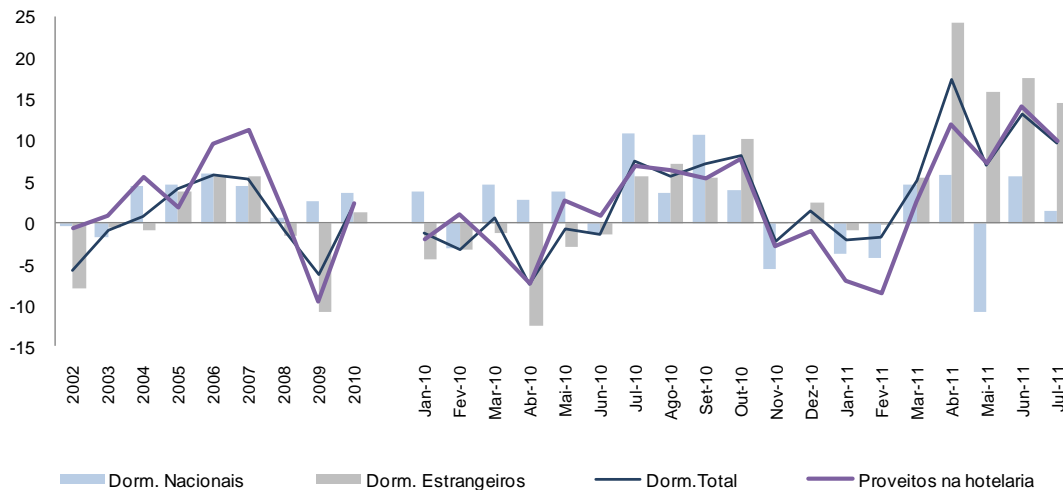
**Figura 11. Turismo em Portugal: evolução do número de indivíduos empregues e do VAB gerado (%)**



Fonte: INE - Conta Satélite do Turismo.

Depois de em 2009 e meados de 2010 se terem verificado quebras acentuadas no número de dormidas de estrangeiros, iniciou-se em 2010 um crescimento deste indicador que se prolongou em 2011. Também os proveitos registaram um aumento médio de 4,3% nos primeiros sete meses do ano (2,3% no ano de 2010 e -9,5% em 2009).

**Figura 12. Evolução das dormidas e proveitos na hotelaria em Portugal**



Na última década as dormidas em Portugal registaram um crescimento acumulado de 10,6% (33 795 mil dormidas em 2000 para 37 391 em 2010), que se ficou a dever a um crescimento acentuado por parte dos residentes (cerca de 42%), já que o número de dormidas dos não residentes sofreu uma quebra de 2%, aproximadamente. Quanto aos destinos escolhidos pelos turistas residentes, não se verificou uma alteração na estrutura das dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por região, continuando o Algarve a ser o principal destino que viu a sua preferência ser reforçada pelos turistas portugueses em detrimento dos destinos a norte do rio Tejo.

No que se refere aos turistas não-residentes, enquanto no ano 2000 o número de dormidas no Algarve representava mais de 50% em 2010 representou 40% do total de dormidas dos não-residentes. Para estes turistas ganhou relevância a cidade Lisboa que cresceu 5 p.p., mas também as regiões Norte e Centro do país. No que se refere às Regiões Autónomas, não se verificou uma alteração de estrutura significativa, continuando a Região Autónoma da Madeira a ser o 3.º destino turístico dos não-residentes, quando analisado através do número de dormidas.

**Figura 13. Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros e similares por região, em Portugal**

NUTS II	Residentes						Não-Residentes						Total de Dormidas					
	2000		2005		2010		2000		2005		2010		2000		2005		2010	
	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%	milhares	%
<b>Portugal</b>	<b>9 693</b>		<b>11 648</b>		<b>13 783</b>		<b>24 102</b>		<b>23 873</b>		<b>23 608</b>		<b>33 795</b>		<b>35 521</b>		<b>37 391</b>	
Continente	8 655	89%	10 362	89%	12 407	90%	19 598	81%	18 385	77%	18 956	80%	28 253	84%	28 747	81%	31 363	84%
Norte	1 865	19%	2 159	19%	2 511	18%	1 148	5%	1 279	5%	1 927	8%	3 013	9%	3 439	10%	4 438	12%
Centro	1 852	19%	2 217	19%	2 542	18%	1 070	4%	1 080	5%	1 342	6%	2 921	9%	3 297	9%	3 885	10%
Lisboa	1 922	20%	2 127	18%	2 623	19%	4 908	20%	5 130	21%	5 997	25%	6 831	20%	7 257	20%	8 620	23%
Alentejo	657	7%	695	6%	898	7%	261	1%	245	1%	275	1%	917	3%	939	3%	1 173	3%
Algarve	2 360	24%	3 163	27%	3 832	28%	12 211	51%	10 651	45%	9 416	40%	14 571	43%	13 814	39%	13 247	35%
Reg. A. Açores	378	4%	480	4%	509	4%	203	1%	655	3%	526	2%	580	2%	1 136	3%	1 035	3%
Reg. A. Madeira	661	7%	806	7%	868	6%	4 301	18%	4 833	20%	4 126	17%	4 962	15%	5 638	16%	4 994	13%

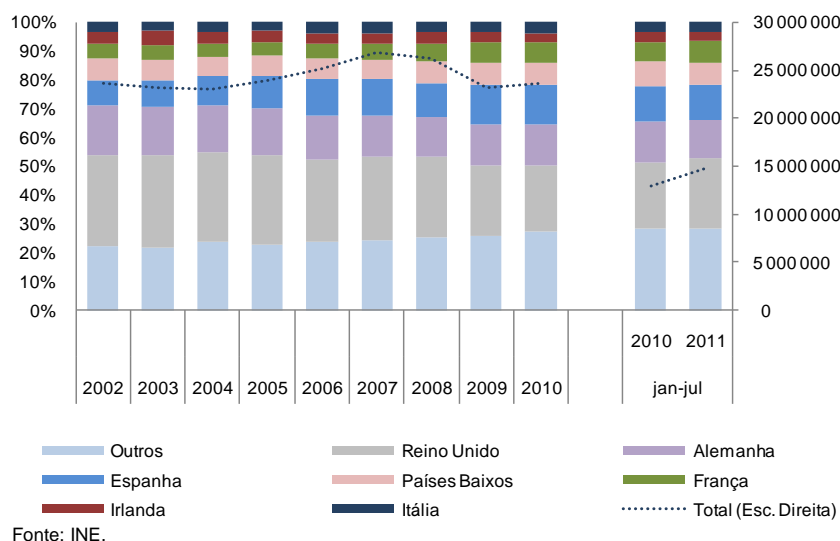
Fonte: Eurostat.

O número de dormidas dos não residentes depois de ter conhecido um crescimento mais significativo em 2006 e 2007, diminuiu no contexto da crise económica e financeira internacional, continuando nos

primeiros 7 meses deste ano a trajetória de recuperação. O Reino Unido continua a ser o principal país de origem dos turistas não residentes, embora ao longo dos últimos anos se tenha vindo a assistir a uma diminuição da sua importância relativa, quando analisado pelo número de dormidas (23% em 2010 face a 31% em 2002).

Em sentido contrário, tem-se assistido a um aumento da importância dos turistas espanhóis (14% do total de turistas não residentes em 2010 face a 9% em 2002), mas também a uma diversificação de mercados, com crescimento recente de turistas provenientes de outros países, nomeadamente do Brasil.

**Figura 14. Evolução das dormidas dos turistas não residentes**



A segunda metade do ano de 2010 marca uma recuperação do número de dormidas que se continuou a verificar no primeiro semestre de 2011. Em particular no 2.º trimestre deste ano verificou-se um crescimento homólogo acentuado (12,7%) depois de no mesmo período do ano anterior se ter registado uma quebra de 3,1%. Verificaram-se contudo, algumas exceções, uma vez que o número de dormidas dos turistas provenientes de Itália, EUA e principalmente do Brasil aumentou persistentemente neste período mais recente. Em particular o Brasil que tem registado elevadas taxas de crescimento e que representa já 2% do total do número de dormidas em Portugal.

**Figura 15. Número de dormidas por país de residência habitual**

	Peso	2010		2011 (milhares)		2010/09 (t.v.h.,%)				2011/10 (t.v.h., %)	
	2010	milhares	t.v.h.%	IT	IIT	IT	IIT	IIIT	IVT	IT	IIT
<b>Dormidas-Total</b>	<b>100%</b>	<b>37 454</b>	<b>2,1</b>	<b>6 031</b>	<b>11 078</b>	<b>-1,1</b>	<b>-3,1</b>	<b>6,6</b>	<b>3,5</b>	<b>1,0</b>	<b>12,7</b>
<b>Não residentes</b>	<b>63%</b>	<b>23 680</b>	<b>1,2</b>	<b>3 830</b>	<b>7 561</b>	<b>-2,8</b>	<b>-5,5</b>	<b>6,1</b>	<b>5,6</b>	<b>2,0</b>	<b>19,5</b>
<b>Principais países</b>	<b>51%</b>	<b>19 126</b>	<b>0,1</b>	<b>3 008</b>	<b>6 110</b>	<b>-4,0</b>	<b>-6,7</b>	<b>5,0</b>	<b>4,4</b>	<b>3,6</b>	<b>19,7</b>
Reino Unido	15%	5 495	-4,1	870	1 956	-15,2	-9,4	2,8	1,9	2,5	29,3
Alemanha	9%	3 279	-1,8	653	973	-8,0	-9,7	6,0	4,3	1,7	12,5
Espanha	9%	3 278	1,4	424	834	19,0	-7,1	4,7	-7,0	-6,6	18,9
França	4%	1 619	0,3	210	626	-10,3	-8,0	7,2	10,5	27,7	19,1
Países Baixos	5%	1 843	2,5	344	547	-5,1	-2,0	5,5	12,8	4,2	10,5
Irlanda	2%	827	-6,9	59	287	7,5	-18,2	-4,7	11,1	6,8	12,5
Brasil	2%	829	37,6	163	281	41,6	39,5	41,5	28,6	13,8	31,7
Itália	2%	869	7,5	132	232	7,9	4,6	7,3	12,0	3,9	12,7
EUA	2%	577	7,3	90	193	3,6	4,4	8,6	11,6	10,3	10,5
Bélgica	1%	510	-7,8	64	182	-13,0	-13,7	-3,7	-1,5	12,0	15,8

Fonte: INE.



## Previsões Macroeconómicas da CE e do FMI - Outono de 2011

Em setembro, foram divulgadas as previsões de Outono do FMI contendo novas projeções para 2011 e 2012 e as previsões intercalares da CE para as 7 principais economias da UE para 2011. Face às previsões de Primavera, o PIB mundial foi revisto em baixa para 2011 e 2012, tendo esta revisão sido particularmente acentuada para o grupo das economias avançadas, com destaque para o Japão e EUA. Relativamente à área do euro, a revisão em baixa incidiu para o ano de 2012 (-0,7 p.p.) devido sobretudo à expectativa de um crescimento mais fraco desta economia no 2.º semestre de 2011, a qual deve abranger a generalidade dos países.

Após uma forte recuperação da economia mundial em 2010, a qual se estendeu à generalidade das regiões, perspetiva-se uma desaceleração do crescimento nos anos de 2011 e 2012, continuando a ser impulsionado pelo forte crescimento dos países emergentes, assente no elevado dinamismo dos países asiáticos (China e Índia), América Latina e Rússia. De entre as principais economias avançadas, o FMI prevê um crescimento mais fraco dos EUA, uma desaceleração acentuada do Japão (associado, em parte, aos efeitos do terramoto de março de 2011) e o prosseguimento de um crescimento mais moderado da União Europeia, com evoluções muito distintas entre os estados membros, apresentando-se mais forte na Alemanha, Suécia e Polónia; mais modesto no Reino Unido e em França e, mais fraco na Itália e em Espanha. Sendo de referir que alguns países periféricos da área do euro vão manter-se em recessão, em 2012, sendo o resultado de um processo de forte reajustamento estrutural das suas economias.

No período mais recente, o nível de incerteza do enquadramento internacional tornou-se particularmente elevado, tendo aumentado os riscos no sentido descendente do ritmo de crescimento económico mundial, associado, no caso dos EUA, à persistência de amplos desequilíbrios macroeconómicos (défices público e externo), à fragilidade do mercado de habitação e à continuação de um mercado de trabalho pouco dinâmico. Paralelamente a esta situação, manteve-se a crise das dívidas soberanas em alguns países periféricos da área do euro, com a intensificação dos riscos de contágio para os restantes países da área do euro que se repercutiram na forte instabilidade dos mercados financeiros internacionais e no nível de confiança dos agentes económicos.

**Figura 1. PIB**

	(variação anual, em %)				Desvíos face à Primavera de 2011, em p.p.		
	2010	2011		2012	2011		2012
		CE	FMI	FMI	CE	FMI	FMI
Economia Mundial	5,1	:	4,0	4,0	:	-0,4	-0,5
Economias Avançadas	3,1	:	1,6	1,9	:	-0,8	-0,7
EUA	3,0	:	1,5	1,8	:	-1,3	-1,1
Japão	4,0	:	-0,5	2,3	:	-1,9	0,2
União Europeia	1,8	1,7	1,7	1,4	-0,1	-0,1	-0,7
Reino Unido	1,4	1,1	1,2	2,0	-0,6	-0,5	-0,3
Área do Euro	1,8	1,6	1,6	1,1	0,0	0,0	-0,7
Alemanha	3,6	2,9	2,7	1,3	0,3	0,2	-0,8
França	1,4	1,6	1,7	1,4	-0,2	0,1	-0,4
Itália	1,3	0,7	0,6	0,3	-0,3	-0,5	-1,0
Espanha	-0,1	0,8	0,8	1,1	0,0	0,0	-0,5
<b>Portugal</b>	<b>1,3</b>	:	<b>-2,2</b>	<b>-1,8</b>	:	<b>-0,7</b>	<b>-1,3</b>
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	7,3	:	6,4	6,1	:	-0,1	-0,4
Rússia	4,0	:	4,3	4,1	:	-0,5	-0,4
China	10,4	:	9,5	9,0	:	-0,1	-0,5
Índia	10,4	:	7,8	7,5	:	-0,4	-0,3
Brasil	7,5	:	3,8	3,6	:	-0,7	-0,5

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, setembro 2011; Comissão Europeia, Previsões Intercalares, setembro 2011.

Associado à aceleração dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo e dos produtos alimentares, a taxa de inflação deve aumentar na generalidade dos países, em 2011, situando-se mais

elevada nos países emergentes e permanecer menos forte na maioria das economias avançadas. Adicionalmente, o esforço exigido por alguns países da área do euro na consolidação orçamental tem levado ao aumento dos impostos indiretos e à aceleração dos preços administrados, os quais têm vindo a impulsionar uma subida da taxa de inflação nesta região.

Para a área do euro (AE), o FMI prevê uma desaceleração das exportações para 6,9% e 4,3%, nos anos de 2011 e 2012, respetivamente (11% em 2010), em linha com o abrandamento do crescimento da economia mundial. O consumo privado deve manter um fraco crescimento, em torno de 0,3% e de 0,6%, nestes dois anos (0,8% em 2010), o qual se encontra influenciado pelos efeitos da subida dos preços no rendimento disponível das famílias; pelo crescimento moderado dos salários; por um progresso lento do mercado de trabalho e, pelas medidas de consolidação orçamental entretanto implementadas. Porém, quanto ao investimento, este deve aumentar para 2,2%, em média, no conjunto dos anos de 2011 e 2012, representando uma recuperação face à diminuição registada ao longo dos últimos 3 anos, especialmente em bens de equipamento.

**Figura 2. Taxa de inflação e preço das matérias-primas**

	(variação anual, em %)				Desvios face à Primavera de 2011, em p.p.		
	2010	2011		2012	2011		2012
		CE	FMI	FMI	CE	FMI	FMI
<b>Economias Avançadas</b>	1,6	:	2,6	1,4	:	0,4	-0,3
EUA	1,6	:	3,0	1,2	:	0,8	-0,4
Japão	-0,7	:	-0,4	-0,5	:	-0,6	-0,7
União Europeia	2,0	2,9	3,0	1,8	-0,1	0,3	-0,1
Reino Unido	3,3	4,4	4,5	2,4	0,3	0,3	0,4
Área do Euro	1,6	2,5	2,5	1,5	-0,1	0,2	-0,2
Alemanha	1,2	2,3	2,2	1,3	-0,3	0,0	-0,2
França	1,7	2,1	2,1	1,4	-0,1	0,0	-0,3
Itália	1,6	2,6	2,6	1,6	0,0	0,6	-0,5
Espanha	2,0	2,9	2,9	1,5	-0,1	0,3	0,0
<b>Portugal</b>	<b>1,4</b>	<b>:</b>	<b>3,4</b>	<b>2,1</b>	<b>:</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>
<b>Economias Emergentes e em Desenvolvimento</b>	6,1	:	7,5	5,9	:	0,6	0,6
Rússia	6,9	:	8,9	7,3	:	-0,4	-0,7
China	3,3	:	5,5	3,3	:	0,5	0,8
Índia	12,0	:	10,6	8,6	:	3,1	1,7
Brasil	5,0	:	6,6	5,2	:	0,3	0,4
<i>em memória:</i>							
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	80,2	111,5	103,2	100,0	-5,9	-4,0	-8,0
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	26,3	:	21,2	-4,7	:	-3,9	-0,4

Fontes: FMI, *World Economic Outlook*, setembro 2011; Comissão Europeia, Previsões Intercalares, setembro 2011.

Associado ao fraco crescimento económico, o mercado de trabalho deve manter-se anémico na AE, embora com alguns sinais de melhoria, estando previsto um aumento do emprego em 0,3%, em média, nos anos de 2011 e 2012 (-1,9% e -0,5% em 2009 e 2010, respetivamente) tornando-se mais evidente na Alemanha e em França. A taxa de desemprego deve apenas diminuir para 9,9% para a AE, em 2012 (10,1% em 2010), tendência que se estende à generalidade dos países, com exceção da Grécia, Portugal, Chipre, Eslovénia, Irlanda e Itália.

Figura 3. Taxa de desemprego

	(Em % da População Activa)			Desvíos face à Primavera de 2011, em p.p.	
	2010	2011	2012	2011	2012
		FMI			
Economias Avançadas	8,3	7,9	7,9	0,1	0,5
EUA	9,6	9,1	9,0	0,6	1,2
Japão	5,1	4,9	4,8	0,0	0,1
Área do Euro	10,1	9,9	9,9	0,0	0,3
Alemanha	7,1	6,0	6,2	-0,6	-0,3
França	9,8	9,5	9,2	0,0	0,1
Itália	8,4	8,2	8,5	-0,4	0,2
Espanha	20,1	20,7	19,7	1,3	1,5
<b>Portugal</b>	<b>12,0</b>	<b>12,2</b>	<b>13,4</b>	<b>0,3</b>	<b>1,0</b>
Bélgica	8,4	7,9	8,1	-0,5	-0,1
Irlanda	13,6	14,3	13,9	-0,2	0,6
Grécia	12,5	16,5	18,5	1,7	3,5
Chipre	6,4	7,4	7,2	0,9	0,9
Malta	6,9	6,3	6,2	-0,2	-0,2
Luxemburgo	6,2	5,8	6,0	-0,1	0,2
Países Baixos	4,5	4,2	4,2	-0,2	-0,2
Áustria	4,4	4,1	4,1	-0,2	-0,2
Eslovénia	7,3	8,2	8,0	0,7	0,8
Finlândia	8,4	7,8	7,6	-0,2	-0,2
Eslováquia	14,4	13,4	12,3	0,1	0,2
Estónia	16,9	13,5	11,5	-1,3	-1,3
União Europeia	9,7	:	:	:	:
Reino Unido	7,9	7,8	7,8	0,0	0,1
Dinamarca	4,2	4,5	4,4	0,0	0,0
Suécia	8,4	7,4	6,6	0,0	0,0
Rep. Checa	7,3	6,7	6,6	-0,4	-0,3

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, setembro 2011.

Finalmente, o esforço de equilíbrio orçamental feito pela generalidade dos países vai, originar uma melhoria da situação das finanças públicas, estando previsto um défice em torno dos 3,6% do PIB, em média, na AE no conjunto dos anos de 2011 e 2012, ficando abaixo dos défices alcançados nos últimos dois anos, que se situaram, em média, em 6,2% do PIB. No entanto, a dívida pública em percentagem do PIB deve continuar a aumentar para cerca de 89%, em média, nos anos de 2011 e 2012, prosseguindo a tendência ascendente registada a partir de 2008.

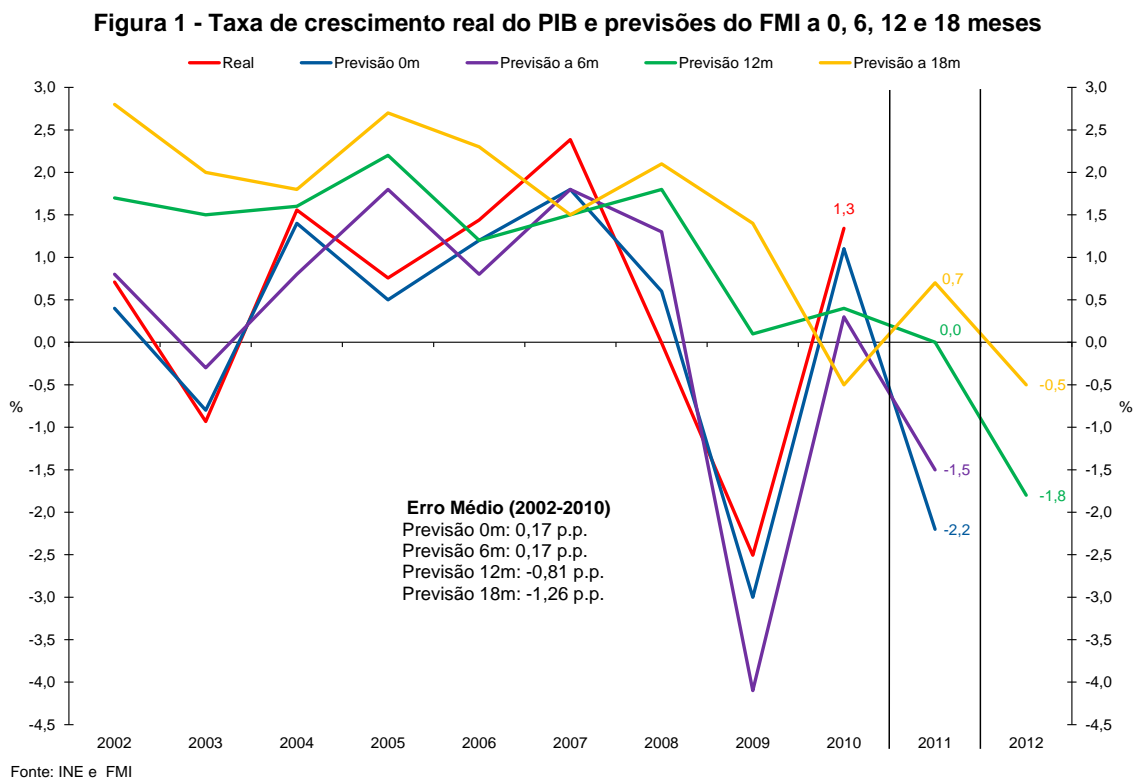


## As Previsões do FMI para o Crescimento Real do PIB de Portugal<sup>1</sup>

Pedro M. Esperança<sup>2</sup>, João C. Fonseca<sup>3</sup>, Paulo Júlio<sup>4</sup>

O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou, em setembro de 2011, o *World Economic Outlook* (WEO) com previsões de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) para a economia portuguesa entre 2011 e 2012 de -2,2% e -1,8%, respetivamente (Figura 1). Uma análise ao período de 2002 a 2010 mostra que as previsões do FMI para o crescimento real do PIB em Portugal a 0 meses (feitas no 2º semestre para o próprio ano) e 12 meses (feitas no segundo semestre para o ano seguinte) tenderam a ser subavaliadas em 0,17 p.p. e sobreavaliadas em 0,81 p.p., respetivamente (vd. nota metodológica em baixo).

A figura 1 mostra ainda que as sucessivas previsões para o ano de 2011 publicadas nos WEO assumem uma expressiva variação, entre 0,7% a 18 meses (WEO abril de 2010) e a atual previsão de -2,2%. O mesmo acontece relativamente a 2012, sendo a previsão a 18 meses de -0,5% agora revista para -1,8%.



Uma análise comparativa dos erros médios das previsões a 0 e 12 meses entre 2000 e 2010 em quatro instituições (Banco de Portugal (BdP), Comissão Europeia (CE), FMI e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)) mostra que o erro médio das previsões do FMI sobre o crescimento real do PIB em Portugal se encontra entre os mais elevados (Tabela 1). A OCDE regista o menor erro médio a 0 meses e o BdP o menor erro médio a 12 meses. No entanto, em todas as

<sup>1</sup> O conteúdo do trabalho é da exclusiva responsabilidade dos autores.

<sup>2</sup> Mestrando na Universidade de Oxford.

<sup>3</sup> Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: joao.fonseca@gee.min-economia.pt

<sup>4</sup> Técnico Superior no Gabinete de Estratégia e Estudos. e-mail: paulo.julio@gee.min-economia.pt.

instituições as previsões a 0 meses são, em média, subavaliadas (sinal positivo), enquanto a 12 meses se encontram sobreavaliadas (sinal negativo).

**Tabela 1 - Erro Médio das Previsões do PIB entre 2002 e 2010**

Unid: p.p.				
<i>Meses</i>	<i>BdP</i>	<i>CE</i>	<i>FMI</i>	<i>OCDE</i>
<b>0</b>	0,22	0,14	0,17	0,06
<b>12</b>	-0,47	-0,65	-0,81	-0,82

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados do INE, BdP, CE, FMI e OCDE

#### Nota metodológica<sup>5</sup>:

**Previsões a 0 meses:** Feitas no 2º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 3º trimestre.

**Previsões a 6 meses:** Feitas no 1º semestre para o próprio ano. As previsões do BdP incorporam as Contas Nacionais Trimestrais do 1º trimestre.

**Previsões a 12 meses:** Feitas no 2º semestre para o ano seguinte.

**Previsões a 18 meses:** Feitas no 1º semestre para o ano seguinte.

**Erro:** Diferença entre a taxa de crescimento real do PIB e a previsão.

**Erro Médio:** Média dos erros entre 2002 e 2010 em p.p..

**Sinal positivo:** Previsão subavaliada

**Sinal negativo:** Previsão sobreavaliada

<sup>5</sup> Ver "The forecast quality of Portuguese GDP expenditure components" publicado nesta edição do BMEP para uma apresentação mais detalhada da metodologia.

**Artigos**



## Ensaio

## The Forecast Quality of Portuguese GDP Expenditure Components<sup>1</sup>

Pedro M. Esperança<sup>2</sup>, João C. Fonseca<sup>3</sup>, Paulo Júlio<sup>4</sup>

### 1. Introduction

The accuracy of macroeconomic forecasts has been subject to a vast scrutiny. The majority of the studies compare the quality of macroeconomic forecasts across different organizations and/or time spans. This analysis is usually undertaken for real Gross Domestic Product (GDP) or other macroeconomic variables, but not for the major expenditure components of GDP – namely, private consumption (C), public consumption (G), investment<sup>5</sup> (I), exports (X) and imports (M)<sup>6</sup>. The few exceptions include Ash et al. (1998), who evaluate the quality of OECD's forecasts for GDP components using a directional analysis approach, and Timmermann (2007), who explores IMF's forecasts for the current account for several world regions, but does not address forecasts for other GDP components.

This article focuses simultaneously on two dimensions of forecast quality (bias and dispersion) through three different perspectives: across institutions, across time spans and, most importantly, across GDP components. We use forecast data issued for Portugal by five different national and international institutions – Organization for Economic Co-operation and Development (OECD), International Monetary Fund (IMF), European Commission (EC), *Banco de Portugal* (BdP) and Portuguese Government Budget Office (GBO) – for four different time spans – labeled 18-month, 12-month, 6-month and 0-month. Our analysis, covering the 2002-2010 period, uses a scaled statistic which takes into account the inherent levels of volatility of each GDP component, and explores the contributions of expenditure components to the GDP forecast error. The scaled statistic suggests that investment is the hardest component to predict at longer horizons (1-year ahead predictions), and public consumption at shorter horizons (same-year predictions). Optimistic GDP forecasts at longer horizons result from overly optimistic forecasts for investment and exports. At shorter horizons, GDP forecasts are closer to actual values, but this is achieved with large deviations in components' predictions, which tend to cancel out. We propose a new statistic – termed Mean of Total Weighted Absolute Error (MTWAE) – to summarize the quality of forecasts across components for each institution and time span, thus evaluating whether accurate GDP predictions are obtained through more or less accurate components' predictions. This statistic suggests that, at 18-, 6- and 0-month spans, OECD issues the least reliable forecasts, even though its GDP forecasts are, on average, very accurate at shorter horizons.

The second half of the twentieth century witnessed a major revolution on economic forecasting with the appearance of formal economy-wide models and sophisticated econometric techniques (Wallis, 1989). Equivalent advances in evaluation methods followed and a number of important contributions to the topic were made during the 50s and 60s (Theil, 1958, 1966; Zarnowitz, 1967; Mincer and Zarnowitz, 1969). By the end of this period researchers stressed the importance of evaluating the accuracy of the forecasts being issued (Cairncross, 1969; Moore, 1969) and in the subsequent two decades the accuracy of macroeconomic forecasts originating from both public and private institutions was subject to a close

<sup>1</sup> The opinions expressed in this article represent the views of the authors and do not necessarily correspond to those of the Portuguese Ministry of Economy and Employment.

<sup>2</sup> NOVA School of Business and Economics. This article was written while the author was visiting at the *Gabinete de Estratégia e Estudos*, Portuguese Ministry of Economy and Employment.

<sup>3</sup> *Gabinete de Estratégia e Estudos*, Portuguese Ministry of Economy and Employment. Corresponding author: joao.fonseca@gee.min-economia.pt

<sup>4</sup> *Gabinete de Estratégia e Estudos*, Portuguese Ministry of Economy and Employment.

<sup>5</sup> More specifically, gross fixed capital formation.

<sup>6</sup> In this article, we always refer to real growth rates, even if not explicitly stated.

inspection – see for instance Stekler (1972, 1987), McNees (1976, 1978, 1986, 1988), Zarnowitz (1979, 1984), Holden and Peel (1985, 1990), Clemen and Winkler (1986), Nordhaus (1987) and Joutz (1988).

The literature has kept growing in recent years. For instance, Fildes and Stekler (2002) have conducted a survey on the state of macroeconomic forecasting focusing their analysis on studies made for the United States and the United Kingdom. Öller and Barot (2000) analyze OECD and national institutions' forecasts for GDP growth and inflation for 13 European countries (Portugal not included) and conclude that: (i) OECD and national institutions' forecasts are not significantly different in predictive quality; (ii) both produce efficient forecasts, although they tend to overestimate at longer horizons; (iii) there is an inverse relationship between accuracy and the forecast horizon; (iv) at 1-year horizon, growth forecasts perform better than a same-change alternative; and (v) in general, GDP forecasts have not improved consistently over time. Pons (2000) compares OECD and IMF's GDP growth forecasts for G7 countries and finds OECD's forecasts to be superior to those issued by the IMF. However, the author does not detect a consistent pattern of over or underestimation. Loungani (2001) compares *Consensus* to OECD, IMF and World Bank's forecasts for GDP growth for 63 countries, including Portugal, and concludes that these display very similar degrees of accuracy. Similar results are also found by Melander et al. (2007), for *Consensus*, EC, IMF and OECD's forecasts. Vuchelen and Gutierrez (2005) analyze OECD's GDP growth forecasts for 21 European countries, including Portugal, and show that, although evaluation statistics may suggest valueless forecasts, they occasionally contain some information and perform better than the same-change extrapolation at 1-year horizon.

The aforementioned literature focuses predominantly on GDP growth forecasts, while neglecting how these forecasts are assembled. In general, GDP forecasts issued by institutions result from adding up the contributions from the corresponding expenditure components, for which analyzing the forecast accuracy through this perspective may enable one to identify the major flaws in forecast models, and shed some additional light on the quality of GDP forecasts. *Ceteris paribus*, GDP forecasts which are obtained with smaller average errors in the corresponding expenditure components should be more reliable than those presenting larger average errors.

This article is organized as follows. The next section introduces our statistical methodology. Section 3 describes the data. Section 4 displays the results and conducts the respective analysis. Section 5 concludes.

## 2. Methodology

### 2.1. Notation

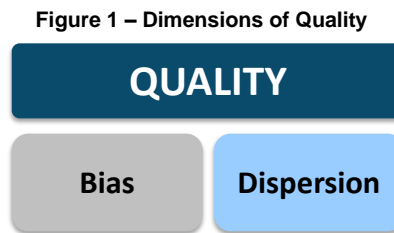
Let  $F_t(s)$  represent the  $s$ -period ahead forecast for the target variable  $A_t$  that is,  $F_t(s)$  is the forecast for year  $t$  produced  $s$  months in advance, where  $t$  is the *forecast period* (the period for which we are producing a forecast) and  $s$  is the *forecast horizon* or *time span* (the number of months between the production of the forecast  $F_t(s)$  and the actual realization of  $A_t$ ). Let  $e_t(s)$  be the corresponding forecast error, *i.e.*, the difference between actual and forecasted values

$$e_t(s) = A_t - F_t(s) \quad (1)$$

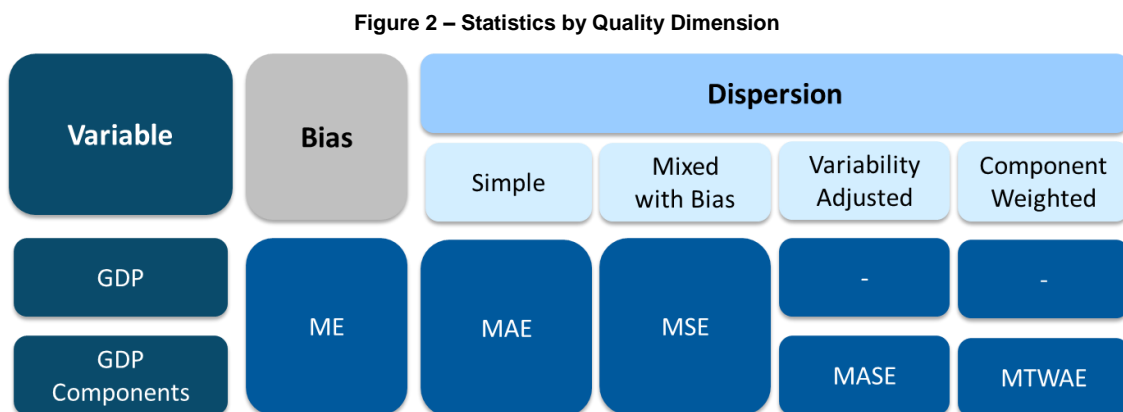
for  $t, s \in \mathbb{N}_0$ . From (1) it is clear that a positive forecast error implies an underestimation, whereas a negative error implies an overestimation, of  $A_t$ . Henceforth the forecast horizon  $s$  will be suppressed for notational convenience, if not strictly needed.

## 2.2. Quality

We evaluate the forecast quality of GDP and of the corresponding expenditure components across two dimensions: bias and dispersion (Figure 1).



Bias measures the average deviation of forecasts,  $F_t$ , from actual values,  $A_t$ , whereas dispersion measures how off-target forecasts are (*i.e.*, how distant forecasts are from actual values), on average. The following figure identifies the statistics used herein to evaluate these two dimensions.



Bias is measured through the so-called Mean Error (ME)

$$ME := \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T e_t$$

where  $T$  is the sample size. The ME is the average forecast error across the sample period, thus providing a simple measure of central tendency. A negative value suggests that forecasts tend to be overly optimistic, whereas a positive value points towards pessimistic forecasts.

Dispersion is evaluated according to four distinct statistics, each calibrated to capture a specific feature. The Mean Absolute Error (MAE)

$$MAE := \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T |e_t|$$

provides a measure of the average total forecast error, regardless of the direction of the error. Hence, a lower MAE reflects more accurate forecasts. The Mean Squared Error (MSE)

$$MSE := \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T e_t^2$$

also provides a measure of average total forecast error, but attributes disproportionately higher contributions to larger deviations from target. The MSE can be decomposed into a bias-component and a variance-component

$$MSE := ME^2 + Var$$

where  $Var$  denotes the variance of the forecast errors. The decomposition of MSE shows in squared percentage points (p.p.) the source of a forecast's poor performance: bias or dispersion. For the same MSE one can have low bias and high dispersion or vice-versa. For this reason, MSE is a composite measure of forecast quality.

The previous dispersion statistics are only valid when comparing a given variable's forecasts coming from different institutions or forecasting methods – one of the dimensions of our analysis. If one aims to compare the quality of an institution's forecasts across a group of variables – another dimension that we investigate here – these statistics are inadequate, as they do not take into account the intrinsic level of volatility of each series. A more volatile series is naturally harder to predict and thus forecast errors tend to be larger; however, this does not necessarily mean that the forecast model is performing worse. A comparative statistic which addresses this issue can be obtained by scaling each series' errors with the inverse of the corresponding in-sample average absolute difference between the actuals of consecutive periods (a measure of volatility). This yields the Mean Absolute Scaled Error (MASE)

$$MASE := \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T \left| \frac{e_t}{\frac{1}{J} \sum_{j=1}^J |A_j - A_{j-1}|} \right| = \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T \left| \frac{e_t}{V} \right|$$

where  $J$  is the sample size. Table 1, which presents the volatility of each series as measured by  $V$ , shows that investment, exports and imports are much more volatile than the remaining series. For these variables one should naturally expect larger errors in the corresponding forecasts. Thus, scaled statistics should be used to evaluate a model's quality in predicting the different components of GDP.

**Table 1 – Volatility as measured by  $V$ .**

	Volatility	Volatility relative to GDP
Gross Domestic Product	1.84	-
Private Consumption	1.49	0.81
Public Consumption	1.96	1.06
Investment	4.48	2.44
Exports	6.78	3.69
Imports	5.91	3.22

It is also possible to decompose the GDP forecast error into the individual contributions of the corresponding expenditure components. This exercise enables one to identify which components contribute the most to the GDP forecast error, and whether the errors in forecasted expenditure components tend to add up or to cancel out, to determine the GDP forecast. Let  $z_t$  denote the effective real growth rate of variable  $Z$  at year  $t$ , and  $z_t^f$  the corresponding forecasted real growth rate,  $Z = GDP, C, G, I, X, M$ ; and define  $w_t^Z = Z_t / GDP_t$  – the variable  $Z$ 's share on GDP at  $t$ . The effective real GDP growth rate can therefore be decomposed into the corresponding contributions from expenditure components

$$gdp_t \equiv c_t w_{t-1}^C + g_t w_{t-1}^G + i_t w_{t-1}^I + x_t w_{t-1}^X - m_t w_{t-1}^M \quad (2)$$

With forecasted values, a similar version of equation (2) does not hold, since neither the weights used by institutions nor the base year for those weights are known. Instead, we use effective weights, and consequently an additional discrepancy term,  $\epsilon_t$ , has to be included

$$gdp_t^f \equiv c_t^f w_{t-1}^C + g_t^f w_{t-1}^G + i_t^f w_{t-1}^I + x_t^f w_{t-1}^X - m_t^f w_{t-1}^M + \epsilon_t \quad (3)$$

Since effective weights are generally close to those used by institutions,  $\epsilon_t$  takes small values. Let  $e_t^Z$  denote the forecast error of variable  $Z$ 's growth rate, i.e.  $e_t^Z = z_t - z_t^f$ . Subtracting (3) from (2) and taking the average yields

$$\frac{1}{T} \sum_{t=1}^T (e_t^{gdp} + \epsilon_t) \equiv \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T (e_t^c w_{t-1}^c + e_t^g w_{t-1}^g + e_t^i w_{t-1}^i + e_t^x w_{t-1}^x - e_t^m w_{t-1}^m) \quad (4)$$

In equation (4),  $T^{-1} \sum_{t=1}^T e_t^Z w_{t-1}^Z$  represents the average contribution of the forecast error arising from variable  $Z$ , in p.p., to the GDP growth forecast error. Hence, a negative value means that the component is, on average, overestimated, and systematically contributes to overly optimistic GDP forecasts, whereas a positive value has the opposite interpretation. As it is clear from (4), even if GDP forecast errors are small, this can be achieved with large forecast errors in the respective GDP components, due to a “cancel-out effect.”

For this reason, we propose an additional measure of forecast quality, which evaluates the sum across components of the absolute distance between forecasted and actual contributions. We term this new statistic *Mean of Total Weighted Absolute Error* (MTWAE), since it reflects the mean of the sum across components of absolute errors, weighted by the corresponding shares on GDP. Letting

$$\mathbf{e}_t = (e_t^c, e_t^g, e_t^i, e_t^x, e_t^m)' \quad \text{and} \quad \mathbf{w}_t = (w_t^c, w_t^g, w_t^i, w_t^x, w_t^m)'$$

denote the vector of forecast errors and the vector with the corresponding component shares on GDP, MTWAE can be defined as

$$MTWAE := \frac{1}{T} \sum_{t=1}^T |\mathbf{e}_t|' \mathbf{w}_{t-1}$$

where  $|\mathbf{e}_t|$  is a vector whose entries are the absolute values of the entries in  $\mathbf{e}_t$ . This statistic is computed for every institution and forecast horizon. Those institutions with higher values in MTWAE achieve a given GDP forecast with higher absolute forecast errors across components, even if these errors cancel out. Thus, the lower is the MTWAE, the higher is the quality of institutions' predictions in general, *ceteris paribus*. Naturally, the MTWAE statistic can be decomposed in the respective components' contributions,  $T^{-1} \sum_{t=1}^T |e_t^Z| w_{t-1}^Z$ .

### 3. Data

Our dataset contains information on forecasts for Gross Domestic Product, Private Consumption, Public Consumption, Investment (namely gross fixed capital formation), Exports and Imports (all in volume percent change), issued for the 2002-2010 period. Forecasts from five institutions are analyzed: OECD, IMF, EC, BdP and the Portuguese GBO. Actual values and GDP expenditure component shares were taken from Statistics Portugal. Forecasts were aggregated into four categories, according to the issue date, as summarized in Table 2. Notice that, although institutions' forecasts are not issued exactly in the same month, comparing the forecast accuracy across institutions requires them to be classified according to the semester in which they are issued. For convenience, these forecasts are labeled 18-, 12-, 6- and 0-month ahead forecasts. Hence, 18-month (6-month) forecasts are those made in the first semester of the previous (same) year, and 12-month (0-month) forecasts are those made on the second semester of the previous (same) year. As such, some caution is required when comparing forecasts across institutions, since one institution may have used updated information that was not available to other institutions at the time they issued their forecasts. This is particularly relevant for the forecasts issued by BdP: since these are issued later, they use one additional quarter of information relative to other institutions. The forecasts from GBO are only available at 12-month and IMF does not publish forecasts for Portugal's GDP expenditure components.

Table 2 – Forecast horizon and issue date

Forecast period	Forecast horizon	Issue date
t	0	2nd semester t
	6	1nd semester t
	12	2nd semester t-1
	18	1nd semester t-1

## 4. Results

### 4.1. Bias

Table 3 presents the ME for every institution and forecast horizon. Several facts are readily uncovered. First, all institutions tend to overestimate GDP growth at 18- and 12-month spans and underestimate it at 6- (with the exception of EC) and 0-month spans, as given by the change in the sign of ME. Moreover, biases for 18- and 12-month spans are quite significant, varying between -0.82 (BdP) and -1.37 (OECD) p.p. in the former case, and between -0.47 (BdP) and -0.98 (GBO) p.p. in the latter. From international institutions, EC forecasts display the lowest biases for 6-month spans and over. As expected, bias for all institutions is significantly reduced as the time span falls from 12- to 6-month, suggesting that the accuracy of forecasts for year  $t$  significantly improves as the information for  $t - 1$  becomes available. Hence, forecasts with time spans of over one year should be interpreted with more caution, as they are generally associated with large errors.

Table 3 – Bias Statistics: Mean Error

	GDP				Private Consumption (C)				Public Consumption (G)				Investment (I)				Exports (X)				Imports (M)			
	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0
IMF	-1,26	-0,81	0,17	0,17	-0,40	0,25	0,42	0,42	0,98	1,39	1,21	0,99	-6,67	-4,63	-0,82	0,16	-2,76	-1,26	1,71	0,39	-3,13	-0,86	1,69	1,44
OECD	-1,37	-0,82	0,07	0,06	-0,40	0,25	0,42	0,42	0,98	1,39	1,21	0,99	-6,67	-4,63	-0,82	0,16	-2,76	-1,26	1,71	0,39	-3,13	-0,86	1,69	1,44
EC	-1,09	-0,65	-0,04	0,14	0,03	0,36	0,61	0,40	0,95	1,12	1,00	0,71	-4,53	-3,06	-0,86	0,86	-2,08	-1,00	0,51	0,07	-1,58	-0,35	1,12	1,18
BdP	-0,82	-0,47	0,14	0,22	0,20	0,28	0,58	0,44	1,30	1,23	1,39	0,31	-3,33	-2,02	0,04	0,78	-2,32	-1,00	0,70	0,05	-1,34	-0,06	1,68	0,71
GBO		-0,98				0,16				1,89				-5,23				-2,00				-1,30		

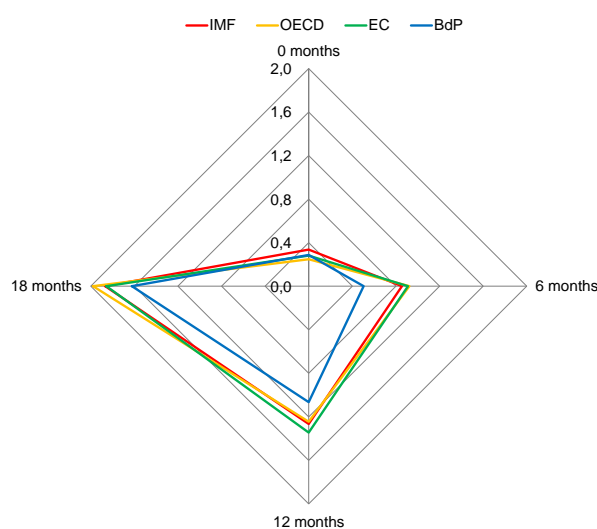
Second, all institutions tend to underestimate private consumption and public consumption at all time spans (except OECD for private consumption at the 18-month horizon), with public consumption having a higher ME (except BdP at 0-month forecasts). That is, forecasts for public consumption are more biased, on average, than those for private consumption. Inversely, all institutions tend to overestimate investment at 6-months and over (except BdP at 6-months), but underestimate it at 0-month spans. This component displays the largest ME at 18- and 12-month horizons for all institutions, with values comprised between -2,02 (BdP, 12-month predictions) and -6,67 (OECD, 18-month predictions) p.p.. Exports and imports have a similar ME pattern: all institutions overestimate at 18- and 12-months and underestimate at 6- and 0-months. These results suggest that negative GDP forecast errors at longer horizons (18- and 12-month spans) may be driven by overly optimistic investment and exports forecasts. At shorter horizons (6- and 0-month spans), institutions' forecasts underestimate the effective values on average, except for investment in some cases.

## 4.2. Dispersion

Table 4 shows the MAE and the MASE statistics for every institution and forecast horizon, for GDP and the corresponding expenditure components' forecasts.

MAE points towards average absolute errors that are monotonically decreasing in the forecast horizon for all institutions. The exceptions are forecasts for public consumption issued by BdP (at 6- and 12-month horizons) and by EC (at 0- and 6-months horizons). This fact is fully expected, since more information is available as the forecast horizon shortens. This statistic indicates that, at the 18-month span, OECD's forecasts display the highest average absolute errors (1.98 p.p.), whereas BdP's forecasts have the smallest average absolute errors (1.62 p.p.). At 12- and 6-month spans BdP's forecasts are still those with the smallest average absolute errors (1.06 and 0.50 p.p., respectively). At the 0-month span the forecast accuracy of different institutions is quite similar, varying between 0.25 (OECD) and 0.34 (IMF) p.p.. Figure 3 provides a graphical perspective of the MAE for all institutions and all time spans.

**Figure 3 – Mean Absolute Error of GDP growth forecasts**



The MAE statistic for GDP components suggests that forecasts for investment, exports and imports have the lowest accuracy. However, this does not imply that forecast models perform worse in predicting these components – since they are more volatile, they are also naturally harder to predict. We take this issue into account by using MASE to compare the accuracy of forecasts across GDP components. The radar plots in Figure 4 (in the appendix) illustrate the differences between MAE and MASE for different time spans. As the volatility measure is above 1 for all variables, the values displayed by the MAE are systematically larger than those from the MASE. More importantly, the conclusions yielded by each of these measures are substantially different.

From the analysis of MASE we conclude that, after correcting for volatility, forecast models perform comparatively worse when predicting investment at longer horizons (18- and 12-months) and public consumption at shorter horizons (6- and 0-months). This is not surprising, since investment decisions in the long-run are crucially affected by expectations, while in the short-run those decisions were already made and investment projects that have gone underway will hardly be canceled. Public consumption, on the other hand, is a political variable, often used by policy-makers to manipulate the economic cycle and to boost GDP growth, particularly in electoral periods. Hence, it is natural that, even in the short-run, public consumption cannot be accurately predicted by forecast models, when compared with other components, and adjusting for volatility. Institutions' forecast models seem to perform relatively well when predicting private consumption at longer horizons, but the volatility adjusted forecast accuracy does not increase as much as those of other components as the horizon shortens. In fact, at the 0-month span, when volatility is taken into consideration, exports and imports are the best predicted GDP components.

Although there is not one single institution providing the most accurate forecasts for all variables at all time spans, BdP ranks first in most cases, according to the MASE. A clear exception is public consumption, where the forecasts from EC seem to outperform those from BdP at 18-, 12- and 6-months spans. As we pointed out earlier, the good performance of BdP forecasts may be associated with the issue date of those forecasts. Among international institutions, EC delivers more accurate forecasts than OECD, on average, at most time spans, for all variables except private consumption at longer horizons.

The MSE should not be used to compare the quality of institutions' forecasts across GDP components, since it is not scaled. However, its disaggregation into a bias component and a dispersion component provides a new insight on the source of a forecast's poor performance. This disaggregation is shown in Table 5. Naturally, the dispersion (given by variance) for GDP, private consumption and public consumption is much lower than for investment, exports and imports, confirming the conclusions from MASE. The share of the MSE that is explained by the bias component relative to dispersion is also greater for these latter components, confirming that the poor quality embodied in the predictions for those components is mostly induced by the higher volatility levels. Table 5 also shows that investment forecast errors have the largest bias for all institutions at longer horizons (18- and 12-months), but this bias is significantly reduced at shorter horizons (6- and 0-months).

The contributions of expenditure components to the average GDP forecast error are detailed in Table 6. Notice that average discrepancies,  $\epsilon$ , originating from the difference between actual GDP expenditure components shares and the shares used by institutions in forecast models, are small.<sup>7</sup> At longer horizons (18- and 12-month), the overly optimistic forecasts for investment explain most of the large deviations of forecasted GDP growth from actual values. In fact, for all institutions, investment forecast errors contribute in more than 100% to the forecast error of GDP growth, even though investment represents a smaller share of GDP as compared to other components. This result suggests that institutions should direct their efforts into improving the accuracy of investment forecasts. The external sector is also overestimated and the contributions of the forecast errors of exports and imports are significant in magnitude, especially at the 18-month span. However, since imports contribute negatively to GDP, the corresponding forecast errors partially offset those from other components. The contributions of private consumption and public consumption to the GDP forecast error are smaller, even at longer time spans, as these components are easier to predict. In fact, those components which are harder to predict also display the largest contributions to the GDP forecast error.

At 6- and 0-month spans, GDP forecast errors are small in average, although this is achieved through large errors in components' predictions. These errors tend to cancel out: except for investment, all components are generally underestimated, but the forecast error originating from imports, which enters with a negative sign in the GDP identity, mostly offsets those arising from other components. In fact, imports present the largest contribution to GDP forecast error at shorter horizons in almost all institutions. This is generally confirmed by MTWAE in Table 7: the average forecast errors across all components are comprised between 2.73 and 3.85 p.p. for the 6-month span, and between 1.54 and 2.05 p.p. for the 0-month span, with imports consistently presenting the largest contribution to the statistic.

---

<sup>7</sup> In practice,  $\epsilon$  may also accommodate any statistical discrepancy shown by the data, and the marginal contribution of the change in inventories, which are often unreported by institutions and thus ignored in the analysis below.

Table 4 – Standard Dispersion Statistics: MAE and MASE (in p.p.)

		GDP				Private Consumption (C)				Public Consumption (G)				Investment (I)				Exports (X)				Imports (M)			
		18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0
MAE	IMF	1,87	1,27	0,85	0,34																				
	OECD	1,98	1,24	0,92	0,25	1,29	0,82	0,74	0,59	2,04	1,51	1,51	1,28	6,67	4,70	2,99	1,28	6,70	4,58	3,33	1,87	5,19	3,79	3,43	1,56
	EC	1,86	1,34	0,91	0,28	1,30	0,91	0,73	0,56	1,24	1,23	1,48	1,27	5,52	3,56	2,25	1,66	5,87	4,98	2,83	1,63	4,84	3,83	2,32	1,59
	BdP	1,62	1,06	0,50	0,29	1,15	0,88	0,66	0,53	1,51	1,53	1,69	0,87	4,02	3,21	1,50	1,28	6,17	4,56	2,61	1,21	4,60	3,78	2,13	0,88
	GBO		1,45				1,00				1,89				5,39				4,57				3,93		
MASE	IMF	0,98	0,66	0,45	0,18																				
	OECD	1,03	0,65	0,48	0,13	0,77	0,49	0,44	0,35	1,06	0,78	0,79	0,66	1,46	1,03	0,66	0,28	0,89	0,61	0,44	0,25	0,80	0,59	0,53	0,24
	EC	0,97	0,70	0,48	0,15	0,77	0,55	0,44	0,34	0,64	0,64	0,77	0,66	1,21	0,78	0,49	0,36	0,78	0,66	0,38	0,22	0,75	0,59	0,36	0,25
	BdP	0,85	0,56	0,26	0,15	0,69	0,53	0,39	0,32	0,78	0,79	0,88	0,45	0,88	0,70	0,33	0,28	0,82	0,61	0,35	0,16	0,71	0,58	0,33	0,14
	GBO		0,76				0,60				0,98				1,18				0,61				0,61		

Table 5 – MSE Components (in squared p.p.)

		GDP				Private Consumption (C)				Public Consumption (G)				Investment (I)				Exports (X)				Imports (M)			
		18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0
MSE <i>ME<sup>2</sup> + Var</i>	IMF	4,60	2,31	0,91	0,14																				
	OECD	5,33	2,20	1,18	0,09	2,36	1,00	0,70	0,45	5,24	3,88	3,56	2,19	61,57	30,64	14,73	2,27	62,19	31,10	21,12	4,66	44,28	19,70	18,97	4,70
	EC	4,76	2,30	1,01	0,11	2,58	1,26	0,91	0,44	2,88	3,10	3,56	2,11	42,02	18,81	6,67	3,89	51,30	39,85	14,25	4,48	36,27	21,00	8,07	4,41
	BdP	3,73	1,42	0,37	0,10	2,02	1,13	0,69	0,43	4,84	3,67	3,59	1,40	28,16	16,89	2,92	2,75	53,84	28,80	10,08	2,08	31,06	20,80	8,17	1,62
	GBO		3,03				1,47				4,74				41,18				35,06				24,86		
Bias <i>ME<sup>2</sup></i>	IMF	1,59	0,65	0,03	0,03																				
	OECD	1,88	0,67	0,01	0,00	0,16	0,06	0,18	0,18	0,95	1,92	1,46	0,97	44,52	21,42	0,67	0,03	7,61	1,59	2,92	0,15	9,78	0,74	2,87	2,07
	EC	1,20	0,42	0,00	0,02	0,00	0,13	0,37	0,16	0,91	1,26	1,00	0,50	20,50	9,37	0,74	0,74	4,33	1,01	0,26	0,01	2,51	0,12	1,25	1,40
	BdP	0,67	0,22	0,02	0,05	0,04	0,08	0,34	0,19	1,69	1,52	1,92	0,10	11,11	4,09	0,00	0,61	5,38	1,00	0,48	0,00	1,79	0,00	2,83	0,50
	GBO		0,96				0,02				3,58				27,33				4,01				1,68		
Dispersion <i>Var</i>	IMF	3,01	1,66	0,88	0,11																				
	OECD	3,45	1,53	1,18	0,09	2,20	0,94	0,52	0,28	4,29	1,96	2,10	1,22	17,05	9,22	14,06	2,24	54,57	29,52	18,20	4,51	34,49	18,96	16,10	2,63
	EC	3,56	1,87	1,00	0,09	2,58	1,13	0,54	0,28	1,97	1,84	2,56	1,61	21,52	9,44	5,93	3,15	46,97	38,84	13,99	4,48	33,76	20,88	6,83	3,01
	BdP	3,06	1,20	0,35	0,06	1,98	1,05	0,35	0,24	3,16	2,16	1,67	1,31	17,05	12,80	2,92	2,13	48,46	27,80	9,60	2,08	29,26	20,79	5,33	1,12
	GBO		2,07				1,45				1,15				13,85				31,05				23,18		

An examination across institutions shows that the lower GDP forecast errors displayed by BdP are associated with better predictions for investment: in fact, this component seems to display the highest gain from the additional information available to BdP when issuing their forecasts. At shorter horizons, BdP also issues the most reliable forecasts, with the lowest average forecast errors across all components, as shown by MTWAE. The forecasts issued by EC are associated with more accurate contributions vis-à-vis OECD's, particularly for investment and the external sector. This is reflected into a lower MTWAE for all forecast horizons.

**Table 6 - Contributions of expenditure components (in p.p.) to average GDP forecast error**

	OECD				BoP				EC				GBO
	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	12
Private Consumption	-0,26	0,17	0,28	0,27	0,14	0,19	0,38	0,28	0,03	0,24	0,40	0,26	0,10
Public Consumption	0,20	0,28	0,24	0,20	0,26	0,25	0,28	0,06	0,19	0,22	0,20	0,14	0,38
Investment	-1,67	-1,16	-0,29	-0,02	-0,86	-0,54	-0,05	0,13	-1,18	-0,81	-0,29	0,15	-1,31
Exports	-0,85	-0,41	0,52	0,12	-0,72	-0,32	0,21	0,01	-0,66	-0,35	0,13	0,02	-0,65
Imports	-1,21	-0,36	0,70	0,56	-0,54	-0,06	0,66	0,26	-0,63	-0,17	0,41	0,46	-0,53
GDP by components	-1,36	-0,77	0,05	0,01	-0,65	-0,37	0,16	0,22	-0,98	-0,53	0,02	0,11	-0,94
<i>discrepancy (€)</i>	0,01	0,04	-0,02	-0,05	0,16	0,10	0,02	0,01	0,11	0,12	0,07	-0,03	0,04
<b>GDP reported</b>	<b>-1,37</b>	<b>-0,82</b>	<b>0,07</b>	<b>0,06</b>	<b>-0,82</b>	<b>-0,47</b>	<b>0,14</b>	<b>0,22</b>	<b>-1,10</b>	<b>-0,65</b>	<b>-0,04</b>	<b>0,14</b>	<b>-0,98</b>

**Table 7 - The MTWAE statistic and its decomposition (in p.p.)**

	OECD				BoP				EC				GBO
	18	12	6	0	18	12	6	0	18	12	6	0	12
<b>MTWAE</b>	<b>6,91</b>	<b>4,93</b>	<b>3,85</b>	<b>2,05</b>	<b>5,87</b>	<b>4,70</b>	<b>2,73</b>	<b>1,54</b>	<b>6,10</b>	<b>4,86</b>	<b>3,12</b>	<b>2,02</b>	<b>5,32</b>
Private Consumption	0,84	0,53	0,48	0,38	0,75	0,57	0,43	0,35	0,84	0,60	0,48	0,37	0,65
Public Consumption	0,41	0,30	0,31	0,26	0,30	0,31	0,34	0,18	0,25	0,25	0,30	0,26	0,38
Investment	1,67	1,26	0,72	0,27	1,19	1,01	0,34	0,35	1,38	1,03	0,65	0,31	1,38
Exports	2,00	1,39	1,01	0,55	1,85	1,36	0,79	0,35	1,77	1,51	0,83	0,48	1,39
Imports	1,99	1,45	1,33	0,60	1,77	1,45	0,83	0,33	1,86	1,48	0,87	0,61	1,52

#### 4. Conclusions

This article analyzes the quality of forecasts for real GDP growth and for the corresponding expenditure components on two dimensions: bias and dispersion. We use forecast data issued for Portugal by five national and international institutions, covering the 2002-2010 period. Our conclusions indicate that, along the bias dimension, forecasts for real GDP growth are on average optimistic at longer forecast horizons. This is mostly explained by the negative contributions of investment and exports to the GDP forecast error. At shorter horizons, forecasts for GDP growth are in general accurate; however, this is achieved with large errors in GDP expenditure components' predictions, whose effects tend to cancel out. To measure this, we propose a new statistic – termed Mean of Total Weighted Absolute Error, which evaluates the average absolute forecast error across all GDP expenditure components, in percentage points. This statistic shows that, even though the average absolute errors of GDP forecasts are below 1 percentage point for all institutions and for same-year predictions, the total forecast error across all components is comprised between 1.5 and 4 percentage points. The forecasts issued by *Banco de Portugal* are generally better than those from other institutions, particularly for larger horizons, an outcome which is possibly related with the larger set of information available at that time – in general, their forecasts are issued a couple of months after those from other institutions. The forecast accuracy of international institutions is very similar; however, those issued by the European Commission have the upper edge when predicting GDP components.

Standard statistical measures indicate that investment, exports and imports are the hardest components to predict; however, these components are also the most volatile, for which these measures are inappropriate to compare the forecast accuracy across different components. We address this issue by using a scaling factor, which corrects the mean absolute error for the inverse of the volatility of each series. This statistic suggests that forecast models perform comparatively worse when predicting investment at longer horizons (1-year head predictions) and public consumption at shorter horizons (same-year predictions), and perform comparatively better when predicting private consumption and imports at longer horizons and exports and imports at shorter horizons.

## 5. Bibliography

Ash, J., D. Smyth, and S. Heravi (1998). *Are OECD forecasts rational and useful? A directional analysis*, International Journal of Forecasting, 14, 381-391.

Cairncross, A. K. (1969). *Economic forecasting*, Economic Journal, 79, 797-812.

Clemen, R. T. and R. L. Winkler (1986). *Combining economic forecasts*, Journal of Business and Economic Statistics, 4, 39-46.

Fildes, R. and H. O. Stekler (2002). *The state of macroeconomic forecasting*, Journal of Macroeconomics, 24, 435-468.

Holden, K. and D. Peel (1985). *An evaluation of quarterly National Institute forecasts*, Journal of Forecasting, 4, 227-234.

Holden, K. and D. Peel (1990). *On testing for unbiasedness and efficiency of forecasts*, The Manchester School, 58, 120-127.

Hyndman, R. J. and A. B. Koehler (2006). *Another look at measures of forecast accuracy*, International Journal of Forecasting, 22, 679-688.

Joutz, F. (1988). *Informational efficiency tests of quarterly macroeconomic GNP forecasts from 1976 to 1985*, Managerial and Decision Economics, 9, 311-330.

Loungani, P. (2001). *How accurate are private sector forecasts? Cross-country evidence from consensus forecasts of output growth*, International Journal of Forecasting, 17, 419-432.

McNees, S. K. (1976). *An evaluation of economic forecasts: extension and update*, New England Economic Review, 20-44.

McNees, S. K. (1978). *The "rationality" of economic forecasts*, American Economic Review, 68, 301-305.

McNees, S. K. (1986). *Forecasting accuracy of alternative techniques: a comparison of US macroeconomic forecasts*, Journal of Business and Economic Statistics, 4, 5-15.

McNees, S. K. (1988). *How accurate are macroeconomic forecasts?* New England Economic Review, 15-36.

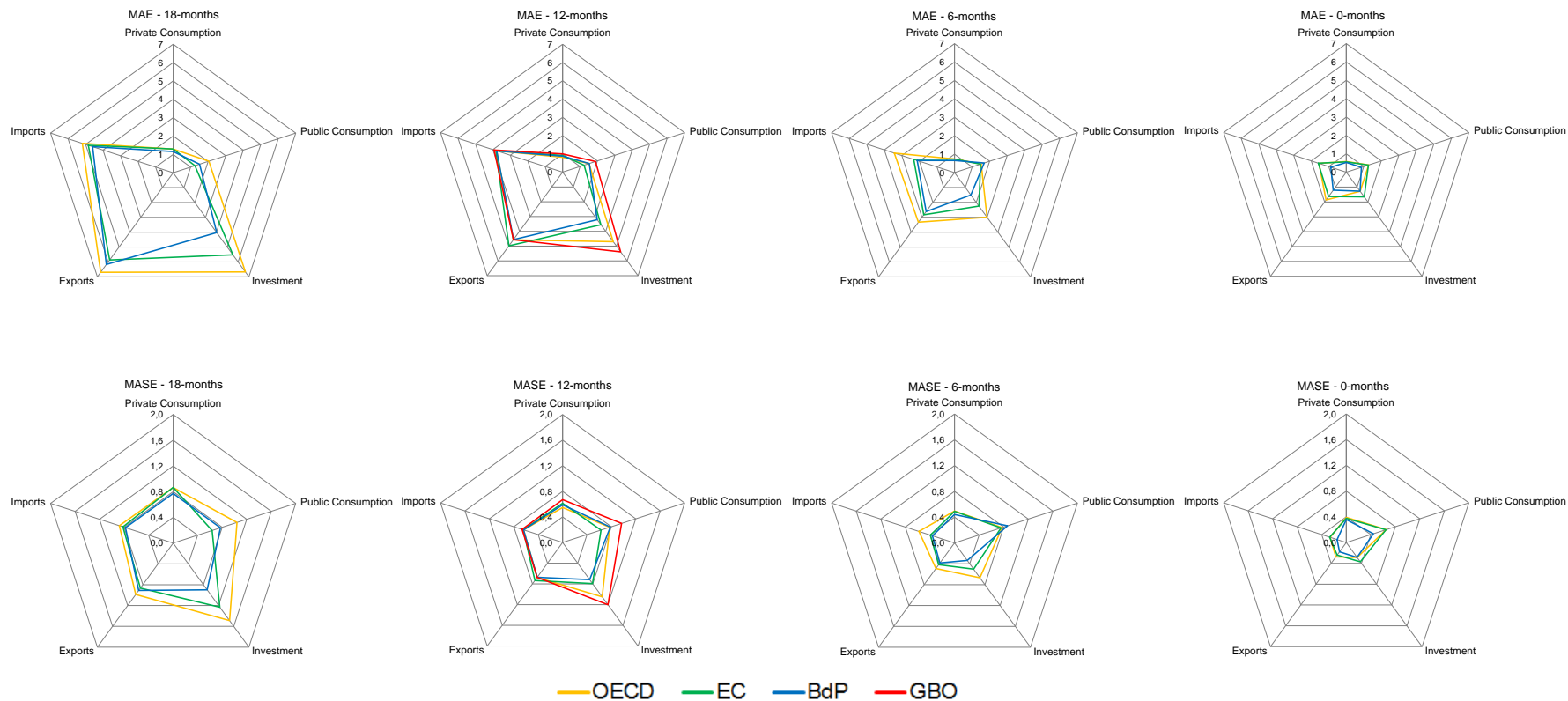
Melander, A., G. Sismanidis, and D. Grenouilleau (2007). *The track record of the Commission's forecasts – an update*, European Economy – Economic Papers 291, Directorate General Economic and Monetary Affairs, European Commission.

Mincer, J. A. and V. Zarnowitz (1969) *The evaluation of economic forecasts*, in Economic forecasts and expectations: analysis of forecasting behavior and performance, National Bureau of Economic Research, NBER Chapters, 1-46.

- Moore, G. H. (1969). *Forecasting short-term economic change*, Journal of the American Statistical Association, 64, 1-22.
- Nordhaus, W. D. (1987). *Forecasting efficiency: concepts and applications*, Review of Economics and Statistics, 69, 667-674.
- Öller, L. E. and B. Barot (2000). *The accuracy of European growth and inflation forecasts*, International Journal of Forecasting, 16, 293-315.
- Pons, J. (2000). *The accuracy of IMF and OECD forecasts for G7 countries*, Journal of Forecasting, 19, 53-63.
- Stekler, H. O. (1972). *An analysis of turning point forecasts*, American Economic Review, 62, 724-729.
- Stekler, H. O. (1987). *Who forecasts better?* Journal of Business and Economic Statistics, 5, 155-158.
- Theil, H. (1958). *Economic Forecasts and Policy*, Amsterdam: North-Holland Pub. Co.
- Theil, H. (1966). *Applied economic forecasting*, Amsterdam: North-Holland Pub. Co.
- Timmermann, A. (2007). *An evaluation of the World Economic Outlook forecasts*, IMF Staff Papers, 54, 1-33.
- Vuchelen, J. and M. I. Gutierrez (2005). *A direct test of the information content of the OECD growth forecasts*, International Journal of Forecasting, 21, 103-117.
- Wallis, K. F. (1989). *Macroeconomic forecasting: a survey*, Economic Journal, 99, 28-61.
- Zarnowitz, V. (1967). *An appraisal of short-term economic forecasts*, New York: National Bureau of Economic Research.
- Zarnowitz, V. (1979). *An analysis of annual and multiperiod quarterly forecasts of aggregate income, output, and the price level*, Journal of Business, 52, 1-33.
- Zarnowitz, V. (1984). *The accuracy of individual and group forecasts from business outlook surveys*, Journal of Forecasting, 3, 11-26.

Appendix

Figure 4 – Mean Absolute Error and Mean Absolute Scaled Error (in p.p.)





## **Iniciativas e Medidas Legislativas**



## 1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<i>Criação de emprego</i>	O Governo anunciou que vai estimular a contratação de pessoas desempregadas há mais de 6 meses através da criação de um apoio mensal no valor de 419,22 euros para as empresas que contratem este tipo de desempregados. O apoio pode durar até ao máximo de seis meses. Esta medida prevê também que as empresas têm de garantir formação ao trabalhador.
<i>Medicamentos genéricos</i>	O Conselho de Ministros de 1 de setembro aprovou uma proposta de lei que visa facilitar o acesso dos medicamentos genéricos ao mercado, contribuindo para o aumento da respetiva quota de mercado e conseqüente redução dos custos em medicamentos para o SNS e para os utentes.
<i>Conselho de Ministros de 1 de setembro</i>	A proposta de lei cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos. O novo regime determina uma separação clara entre a autorização técnica de introdução do medicamento no mercado e a eventual necessidade de resolver conflitos em matéria de patentes.  A proposta de lei visa ainda respeitar os compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Entendimento sobre as Condicionais de Política Económica firmado pelo Governo Português com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.
<i>Taxa de IVA sobre a eletricidade e o gás natural</i>	Foi aprovada uma proposta de lei que altera a taxa de IVA sobre a eletricidade e o gás natural. Propõe-se que passem da taxa mínima (6%) para a taxa máxima (23%).
<i>Conselho de Ministros de 1 de setembro</i>	
<i>Regime jurídico da contratação pública, nos domínios da defesa e da segurança</i>	Foi aprovado o regime jurídico da contratação pública, nos domínios da defesa e da segurança, relativa à adjudicação de contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança.  O novo regime favorece a participação das pequenas e médias empresas (PME) nos futuros contratos, ao contemplar expressamente disposições explícitas em matéria de subcontratação.
<i>Conselho de Ministros de 1 de setembro</i>	As novas regras dispõem sobre a adoção de procedimentos de negociação com publicação prévia de anúncio, ou concurso limitado por prévia qualificação, podendo ainda, em casos devidamente fundamentados, ser adotado o diálogo concorrencial ou o procedimento de negociação sem publicação de anúncio. Prevêem-se também disposições especiais relativamente à proteção da informação classificada no âmbito dos procedimentos de aquisição.
<i>Descontos sociais de energia</i>	O Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares, anunciou que cerca de 700 000 famílias economicamente vulneráveis vão ter um desconto de 2% na fatura da luz e 150 000 agregados pagarão menos 6% no gás.
<i>Conselho de Ministros de 1 de setembro</i>	Os descontos sociais de energia incluem um Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia, uma Tarifa Social de Gás e uma Tarifa Social de Eletricidade, descontos que são cumulativos.  As medidas entram em vigor a partir de Outubro e os consumidores que façam o pedido até ao final de 2011 terão direito ao desconto a partir desta data.
<i>Repartição das verbas resultantes da exploração dos jogos sociais</i>	Foi aprovada uma alteração na repartição das verbas resultantes da exploração dos jogos sociais que permite, dentro das receitas afetas a cada Ministério, a reorientação para áreas mais deficitárias ou estratégicas. Essa competência é cometida ao membro do governo responsável pela área em causa. Deste modo, são adaptadas à nova Lei Orgânica do Governo competências em matéria de disponibilização e utilização das verbas dos jogos sociais explorados pela Santa
<i>Conselho de</i>	

Iniciativa	Sumário
<i>Ministros de 8 de setembro</i>	Casa da Misericórdia de Lisboa.
<i>Reforma da Administração Local Autárquica Conselho de Ministros de 8 de setembro</i>	<p>O Conselho de Ministros aprovou os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da Administração Local Autárquica, através de uma resolução que confere natureza prioritária a esta reforma.</p> <p>A Reforma da Administração Local assenta em quatro grandes pilares:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) A reestruturação do Sector Empresarial Local;</li> <li>(ii) A reorganização do território;</li> <li>(iii) A redefinição do modelo de gestão municipal, intermunicipal e de financiamento;</li> <li>(iv) O reforço da democracia local.</li> </ul> <p>Os princípios orientadores da reforma da Administração Local Autárquica são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior proximidade e descentralização administrativa;</li> <li>- Reforço do municipalismo e da intervenção das freguesias;</li> <li>- Eficiência na gestão e afetação dos recursos públicos;</li> <li>- Reforço da sustentabilidade da estrutura autárquica, numa perspetiva de dimensão e de escala;</li> <li>- Valorização da prestação de serviço público;</li> <li>- Especificidades locais;</li> <li>- Reforço da coesão e competitividade territorial.</li> </ul>
<i>Novo estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado Conselho de Ministros de 8 de setembro</i>	Foi aprovada a proposta de lei com o novo estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública e alterando o regime de escolha livre do Governo para um regime de concurso, realizado e fiscalizado por entidades independentes.
<i>PREMAC Plano de Redução e Melhoria da Administração Central Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	O Conselho de Ministros de 15 de setembro aprovou a extinção ou fusão de 168 organismos, no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), tal como foi anunciado pelo Primeiro-Ministro. Entre os organismos a extinguir ou fundir estão 23 direções gerais, 21 institutos públicos, 11 direções regionais, 6 entidades públicas empresariais, 6 inspeções gerais e 6 secretarias-gerais, bem como outras 34 estruturas. No final, a Administração Central terá menos 142 organismos, o que representa uma redução de 40%, ficando com 217 organismos. Concomitantemente, serão eliminados 1711 cargos dirigentes superiores e intermédios, correspondendo a 27%, ficando a Administração Central com 4575 chefias. O Plano, tal como o acordo com a troika, previa a redução de 15% nas estruturas e de 15% nos cargos dirigentes, estando previsto que estes objetivos sejam ultrapassados. As novas leis orgânicas dos Ministérios deverão ser aprovados a 26 de Outubro.
<i>Equipas para eliminar pendência nos tribunais tributários Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	O Conselho de Ministros de 15 de setembro aprovou uma proposta de lei que cria equipas extraordinárias de juizes tributários para eliminar as pendências nos tribunais tributários e acelerar a resolução dos processos judiciais, com prioridade para os processos de valor superior a um milhão de euros. Os processos pendentes nos tribunais tributários com valor superior a um milhão de euros representam 60% do valor total de pendências de 10,5 mil milhões de euros. Estas equipas serão colocadas nos tribunais onde as pendências são em maior número.
<i>Lei da Arbitragem</i>	A proposta de Lei da Arbitragem Voluntária pretende uma aproximação ao regime da Lei Modelo da Uncitral sobre Arbitragem Comercial Internacional, com vista a

Iniciativa	Sumário
<i>Voluntária Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	<p>sensibilizar as empresas e os profissionais de diversas áreas que frequentemente recorrem à arbitragem noutros países para as vantagens da escolha de Portugal como sede de arbitragens internacionais, nomeadamente nos casos de litígios em que intervenham empresas ou outros operadores económicos de países lusófonos ou em que a lei aplicável seja a de um destes.</p> <p>A intenção é, em matéria de arbitragem, aderir aos padrões internacionais de referência, de forma a tornar o sector mais competitivo e criar mais transparência e segurança junto dos agentes económicos.</p>
<i>Realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam as suas atividades em território nacional.</p> <p>Esta proposta tem como objetivo proceder a uma avaliação do custo/benefício e viabilidade financeira de cada fundação e decidir sobre a sua manutenção, extinção, cancelamento dos apoios financeiros por entidades públicas ou a perda do estatuto de utilidade pública, caso este tenha sido concedido.</p> <p>A realização do censo tem por base a apresentação de respostas a um questionário e a disponibilização de documentação por todas as fundações atualmente existentes, bem como a prestação de informações pelas entidades públicas instituidoras ou prestadoras de apoios financeiros</p> <p>As respostas ao questionário, a disponibilização de documentação e a prestação de informações são obrigatórias.</p>
<i>Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	<p>Foi aprovada uma proposta de Lei que institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE), enquanto base de dados de caracterização de entidades públicas e dos respetivos recursos humanos.</p> <p>Ao SIOE compete, em resposta aos objetivos definidos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, a obrigação de reporte, em base trimestral, por todas as entidades públicas classificadas na ótica das contas nacionais. O SIOE incluirá, nomeadamente, a informação sobre as causas das variações do número de trabalhadores de entidades públicas, bem como das variações nas remunerações praticadas.</p>
<i>Saneamento e liquidação das instituições sujeitas a supervisão do Banco de Portugal Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	<p>Aprovou proposta de lei de autorização legislativa para a revisão do regime aplicável ao saneamento e liquidação das instituições sujeitas a supervisão do Banco de Portugal.</p> <p>Esta proposta visa promover a estabilidade do sector financeiro e uma maior proteção dos depositantes, designadamente mediante a atribuição de meios de intervenção acrescidos ao Banco de Portugal, a criação de um fundo de resolução e a atribuição de privilégios creditórios aos fundos de garantia.</p> <p>Com esta iniciativa, o Estado Português cumpre igualmente o compromisso de reforçar os regimes de intervenção em situações de desequilíbrio financeiro de instituições de crédito e de garantia de depósitos, assumidos no Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal.</p>
<i>Poderes de fisca- lização prévia do Tribunal de Contas Conselho de Ministros de 15 de setembro</i>	<p>Foi aprovada proposta de lei que alarga os poderes de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, reforçando as suas competências em matéria de vistos e os montantes das sanções a aplicar.</p>
<i>Simplificação de procedimentos administrativos em matéria da reabilitação urbana</i>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma Proposta de Lei que simplifica os procedimentos administrativos em matéria da reabilitação urbana, concretizando medidas previstas no Memorando de Entendimento com a “troika”. Esta proposta pretende que a reabilitação urbana constitua uma área essencial para requalificar e revitalizar as cidades e incentivar as atividades económicas associadas a este sector.</p>

Iniciativa	Sumário
<i>Conselho de Ministros de 28 de setembro</i>	Os objetivos prosseguidos com a presente Proposta de Lei serão, no curto prazo, objeto de uma nova intervenção legislativa, no sentido da dinamização do mercado de arrendamento, atendendo à estreita conexão do desenvolvimento deste mercado com o incentivo à reabilitação urbana.
<i>Condições especiais de acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde (SNS) Conselho de Ministros de 28 de setembro</i>	O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que vem regular as condições especiais de acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde (SNS), determinando as taxas moderadoras aplicáveis, mantendo o princípio da limitação do valor a um terço dos preços do SNS e instituindo a atualização anual automática do valor das taxas moderadoras à taxa de inflação. O diploma procede à revisão das categorias de isenção de pagamento das taxas moderadoras, com base em critérios de racionalidade e de discriminação positiva dos mais desfavorecidos, ao nível do risco de saúde ponderado e ao nível da insuficiência económica comprovada. A revisão do sistema de taxas moderadoras visa a racionalização de recursos e o controlo da despesa, não tendo como objetivo o incremento da receita.
<i>Regime de formação do preço dos medicamentos Conselho de Ministros de 28 de setembro</i>	O Conselho de Ministros aprovou o regime de formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participados. Este decreto-lei abrange a adoção de medidas para a revisão da política do medicamento em Portugal, promovendo o acesso por parte dos consumidores a medicamentos a custos comportáveis, através de uma baixa generalizada dos respetivos preços e garantindo um mais elevado grau de transparência no mercado farmacêutico. Este diploma visa ainda garantir uma redução nos gastos públicos com medicamentos e incentivar as vendas de produtos farmacêuticos a mais baixo custo. Neste âmbito, procede-se à revisão do atual sistema de referenciação de preços, baseado nos preços internacionais, alterando os países de referência, no espaço da União Europeia, e estabelecendo o preço máximo de venda ao público do primeiro medicamento genérico a introduzir no mercado, com referência ao preço do produto de marca com o mesmo princípio ativo.
<i>8.ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP e a 2.ª fase ao processo de reprivatização do capital social da REN Conselho de Ministros de 28 de setembro</i>	O Conselho de Ministros aprovou os Decretos-Lei que legislam a 8.ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP e a 2.ª fase ao processo de reprivatização do capital social da REN. A legislação define os princípios e regras gerais que nortearão os referidos processos de reprivatização, permitindo o início dos procedimentos tendentes à alienação das participações do Estado Português nas referidas empresas. A alinação de participações no âmbito dos processos de reprivatização será essencialmente efetuada com recurso à venda direta, sem no entanto se deixar de parte a possibilidade de se recorrer a outros mecanismos, como seja a oferta pública de venda. A legislação pretende estabelecer um modelo operacional que permita acautelar devidamente os interesses públicos em presença, assim como os interesses estratégicos das empresas visadas, sem descurar a celeridade necessária ao cabal cumprimento dos compromissos assumidos pelo Estado Português no âmbito do programa de Assistência Económica e Financeira.

## 2. Seleção de Medidas Legislativas

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Adjudicação da proposta de aquisição, por venda direta, do BPN - Banco Português de Negócios, S.A</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2011. D.R. n.º 171, Série I de 2011-09-06</p>	<p>O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que procede à adjudicação da proposta de aquisição, por venda direta, do BPN - Banco Português de Negócios, S.A., fixando o preço e as demais condições de celebração do contrato de compra e venda, bem como o preço e demais condições de aquisição preferencial de ações pelos trabalhadores.</p>
<p><i>Sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS</i></p> <p>Lei n.º 49/2011. D.R. n.º 172, Série I de 2011-09-07</p>	<p>Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro</p>
<p><i>Transferência de competências dos Governos Cívicos</i></p> <p>Conselho de Ministros de 8 de setembro</p>	<p>O Conselho de Ministros de 8 de setembro aprovou dois diplomas que concluem o processo da transferência de competências dos governos civis para outras entidades da Administração Pública. Os diplomas agora aprovados determinam a liquidação do património dos Governos Cívicos e definem o regime legal aplicável aos seus funcionários. Estes diplomas permitem obter ganhos de eficiência, seja através da reafecção de património a diferentes serviços, sobretudo às Forças e Serviços de Segurança e Proteção Civil, quer através do aproveitamento dos funcionários anteriormente alocados aos governos civis.</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º 17523/2011 D.R. n.º 173, Série II de 08-09-2011</p>	<p>Taxa de juros para o mês de setembro já multiplicada pelo fator 0.96 é de 2,21844%</p>
<p><i>Taxa de juros</i></p> <p>Aviso n.º 17522/2011 D.R. n.º 173, Série II de 08-09-2011</p>	<p>Publicação da taxa média a vigorar no mês de setembro de 2,31087% a qual multiplicada pelo fator 1,10 é de 2,54196%</p>
<p><i>Lista de aposentados e reformados</i></p> <p>Aviso n.º 17703/2011 D.R. n.º 174, Série II de 09-09-2011</p>	<p>Lista de aposentados e reformados a partir de 1 de outubro de 2011</p>
<p><i>Lei Quadro das Privatizações</i></p> <p>Lei n.º 50/2011. D.R. n.º 176, Série I de 2011-09-13</p>	<p>Procede à segunda alteração da Lei Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de abril</p>
<p><i>Lei das Comunicações Eletrónicas</i></p> <p>Lei n.º 51/2011. D.R. n.º 176, Série I de 2011-09-13</p>	<p>Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE</p>
<p><i>Celebração ou renovação contratos de trabalho ou prestação de serviços profissionais de saúde</i></p> <p>Despacho n.º 12083/2011 D.R. n.º 178, Série II de 15-09-2011</p>	<p>Determina que a celebração ou renovação de contratos de trabalho ou de prestação de serviços profissionais de saúde, pelos hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde integrados com sector empresarial do Estado esteja sujeita à apresentação prévia ao MS de informação detalhada e casuística que, fundamentalmente demonstre imprescindibilidade da contratação</p>
<p><i>Serviço de interruptibilidade no mercado livre</i></p> <p>Portaria n.º 268/2011. D.R. n.º 179, Série I de 2011-09-16</p>	<p>Prorroga, até 30 de novembro de 2012, o prazo para instalação dos equipamentos de medida, registo e controlo necessários para a gestão, controlo e medida do serviço de interruptibilidade.</p>
<p><i>Governos Cívicos</i></p> <p>Decreto-Lei n.º 97/2011. D.R. n.º 181, Série I de 2011-09-20</p>	<p>Transfere a competência da concessão do passaporte comum dos governos civis para o diretor nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, procedendo à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de Maio, que aprova o regime legal da concessão e emissão do passaporte eletrónico português</p>
<p><i>Garantia pessoal do Estado</i></p> <p>Despacho n.º 12383/2011 D.R. n.º 181, Série II de 20-09-2011</p>	<p>Garantia pessoal do Estado ao empréstimo contraído pelo MARL, S.A.</p>

*Instituto Português do Desporto e Juventude*

*Decreto-Lei n.º 98/2011. D.R. n.º 182, Série I de 2011-09-21*

Cria o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e aprova a sua orgânica

*Livro Branco do Sector Empresarial Local*

*Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2011. D.R. n.º 183, Série I de 2011-09-22*

Prorroga o mandato da comissão de acompanhamento da elaboração do Livro Branco do Sector Empresarial Local, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2010, de 30 de agosto

*Reforma da administração local autárquica*

*Resolução do Conselho de Ministros n.º 40/2011. D.R. n.º 183, Série I de 2011-09-22*

Aprova os princípios orientadores e os eixos estruturantes da reforma da administração local autárquica

*Taxas aplicadas à emissão do passaporte eletrónico*

*Portaria n.º 270/2011. D.R. n.º 183, Série I de 2011-09-22*

Segunda alteração à Portaria n.º 1245/2006 de 25 de agosto, que define o regime das taxas aplicadas à emissão do passaporte eletrónico

*Passe Social+*

*Portaria n.º 272/2011. D.R. n.º 184, Série I de 2011-09-23*

Define as condições de atribuição do Passe Social+ e os procedimentos relativos à operacionalização do sistema que lhe está associado

*Indicadores de liquidez geral e autonomia financeira*

*Portaria n.º 274/2011. D.R. n.º 185, Série I de 2011-09-26*

Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência. Revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de agosto

*Acordos com prestadores de saúde*

*Aviso n.º 19060/2011 D.R. n.º 185, Série II, de 26-09-2011*

Alteração de acordos com prestadores de serviços de saúde

*Acordos com prestadores de saúde*

*Aviso n.º 19061/2011 D.R. n.º 185, Série II, de 26-09-2011*

Adesão a convenções de prestadores de cuidados de saúde

## **Abreviaturas Utilizadas**



## Abreviaturas

<b>Siglas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Siglas</b>	<b>Descrição</b>
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-Geral do Orçamento		
DGT	Direção-Geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

<b>Siglas</b>	<b>Unidades</b>
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efetivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano
VM01	Varição Homóloga dos últimos 01 meses

## Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.  
 : representa valor não disponível.  
 - não se aplica.